



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

MARIA FLÁVIA ANDRADE ARAÚJO LISBOA

**MULHERES DO ALTO SERTÃO SERGIPANO E O VALOR-DE-USO
DAS PLANTAS MEDICINAIS: resistência ao modelo metabólico do capital**

**São Cristóvão – SE
2024**



MARIA FLÁVIA ANDRADE ARAÚJO LISBOA

**MULHERES DO ALTO SERTÃO SERGIPANO E O VALOR-DE-USO
DAS PLANTAS MEDICINAIS: resistência ao modelo metabólico do capital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

**São Cristóvão – SE
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L769m Lisboa, Maria Flávia Andrade Araújo
Mulheres no Alto Sertão Sergipano e o valor-de-uso das plantas
medicinais : resistência ao modelo metabólico do capital / Maria
Flávia Andrade Araújo Lisboa ; orientadora Nelmires Ferreira da Silva.
– São Cristóvão, SE, 2024.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2024.

1. Serviço social – Pesquisa. 2. Plantas medicinais - Sergipe. 3.
Mulheres - Condições sociais. 4. Capitalismo. 5. Assistentes sociais
– Pesquisa. I. Silva, Nelmires Ferreira da, orient. II. Título.

CDU 364.4-055.2:615.322

MARIA FLÁVIA ANDRADE ARAÚJO LISBOA

**MULHERES DO ALTO SERTÃO SERGIPANO E O VALOR-DE-USO DAS
PLANTAS MEDICINAIS: resistência ao modelo metabólico do capital**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Data: 31 de janeiro 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva (Presidente)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PROSS)

Prof.^a. Dra. Maria Cecília Tavares Leite (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/DSS)

Prof.^a. Dra. Milena Fernandes Barroso (Examinador Externo)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PROSS)

Prof.^a. Dra. Catarina Nascimento Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PROSS)

Prof.^a. Dra. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes (Examinador Suplente)
Universidade Federal de Sergipe (UFS/PROSS/UFAL)

Dedico este trabalho as pessoas nunca desistiram de mim, mesmo quando eu já havia desistido: minha mãe, Maria de Fátima, minha irmã, Ana Francielle e meu esposo, Willames. Dedico também a todas mulheres camponesas do Alto Sertão de Sergipe que resistem cotidianamente contra a burguesia.

AGRADECIMENTOS

Essa foi a jornada mais conturbada que enfrentei ao longo da minha vida, não pela jornada acadêmica, mas por fatores externos. Chegar até aqui me parecia improvável, porém cheguei. Agora preciso agradecer, pois sozinha jamais teria conseguido.

Agradeço a **Deus** e ao **universo** pela vida e por toda generosidade comigo, com os meus e com as minhas lutas.

Agradeço também as pessoas que nunca desistiram de mim:

Minha mãe, Maria de Fátima, que mesmo nos piores dias de sua vida me perguntava se eu estava conseguindo ler/estudar e como estava o andamento da minha produção, a senhora é fonte de inspiração por todas as batalhas que travou, e que lutou de cabeça erguida, sem desistir de si e dos seus.

A minha única e amada **irmã, Ana Francielle**, que sempre me incentivou mesmo quando eu não via possibilidades em avançar, você é muito importante e me ensina todos os dias com sua perseverança.

E ao **meu esposo, Willames**, com quem compartilho a minha vida e os meus ideais há 14 anos, você é fonte de inspiração e de coragem, e independente do tempo que passar e do lugar onde estivermos você continuará sendo parte indissociável desse processo. Serei sempre grata por todo apoio. Obrigada

Preciso agradecer também aos **meus filhos felinos**, meus amores e minhas companheiros de estudos, **Manfredidi** e **Herberth**, obrigada por cada ronronar, por cada piscadinha de olho e por todas as vezes que vocês não me deixaram desistir. Amo vocês, meus filhos.

Muito obrigada de todo meu coração a minha orientadora **Professora Dra. Nelmiros Ferreira**. Obrigada por tudo e principalmente por ter acreditado em mim quando eu já não acreditava. A senhora me mostrou que é possível existir afeto e empatia no universo acadêmico.

Obrigada, **Professora Dra. Silmere** por ter me acolhido e me orientado durante o estágio em docência.

Agradeço a **CAPES** pela bolsa concedida através do Edital PDPG-Semiárido. Eu que sempre me vi na condição de ter que trabalhar para poder estudar pude conhecer outra realidade.

Agradeço também a todos **docentes** que compõem o PROSS em especial às **Professoras Vera Núbia, Catarina Nascimento, Flávia Augusta e Milena Fernandes** por

tantas contribuições significativas. Obrigada, **Walter Luis**, secretário do PROSS, que sempre nos recebe de maneira tão agradável e solícita.

Indispensável também agradecer aqueles que estiveram presentes na minha vida em momentos anteriores ao mestrado: **minha avó materna, Eufrosina** (*in memoriam*), a qual mesmo sem ter tido a oportunidade de concluir seus estudos sempre foi uma fonte de incentivo, uma mulher a frente do seu tempo, que valorizava os estudos e a ciência. **Meus tios/as Orlando e Carla, Gilson e Neide** por terem me acolhido em suas casas para que eu pudesse fazer meu ensino médio e superior, respectivamente. O apoio e a paciência de vocês foram fundamentais. Obrigada, queridos/as.

Obrigada, **Flávia Dantas, minha amiga e irmã de coração** as nossas origens e as nossas lutas são semelhantes e por isso até hoje falamos a mesma língua e torcemos tanto uma pela outra. Não é de hoje que nos apoiamos e compartilhamos os nossos objetivos.

Obrigada também a minha **querida amiga, Aleida Caldas**, que sorte a minha te conhecer e de poder compartilhar minhas experiências com você que é uma mulher que defende um outro modelo de sociedade que seja livre das amarras do capital.

Quero agradecer também aos amigos **Lara Cíntia e José Elenildo** por todas as vezes que seguraram a onda e seguraram meu choro, por terem me socorrido quando eu já estava em desespero total. Obrigada, queridos amigos.

Aos queridos **colegas da turma 2018.1: Sandrinha, Tainá, Carina, Vinicius, Cibele, Márcia, Ingrid, Isabela, Bruna Mariana, Suellen e Adriana**, obrigada pelas partilhas e, sobretudo por tanto afeto e empatia.

Aos **colegas da turma 2021.1: Rafael, Mayara, Leydiane e Juliana**, que mesmo à distância não me faltaram com atenção, obrigada queridos.

As **mulheres camponesas e lideranças comunitárias do Alto Sertão Sergipano** por todo empenho, paciência e acima de tudo pela generosidade em compartilhar saberes tão enriquecedores para esta pesquisa e para a minha vida. Muito obrigada e vamos à luta!

Por fim, obrigada a **todos que defendem o projeto popular de sociedade, que defendem a classe trabalhadora e que valorizam a educação pública.**

A história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes.

*Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista,
2015.*

RESUMO

A presente dissertação de mestrado sinaliza em seus objetivos investigar práticas político-pedagógicas de mulheres em suas estratégias de valor de uso de plantas medicinais populares no Alto Sertão de Sergipe. Entre outros objetivos de natureza específica, almeja caracterizar o perfil socioeconômico das camponesas que atuam como lideranças no campo das práticas populares em saúde no Alto Sertão de Sergipe; analisar, a partir do avanço do capital monopolista na atual conjuntura de hegemonia das oligarquias financeiras, como as práticas populares em saúde têm sofrido regressão e, ou risco de extinção no território do Alto Sertão Sergipano; verificar o trabalho das mulheres, sob a perspectiva do valor de uso das plantas medicinais. Além disso, objetiva-se examinar de que forma os arranjos de políticas públicas executadas pelo governo do estado neste território têm alterado as condições objetivas de vida das mulheres, bem como, os índices de desigualdades frente aos entraves para os processos de organização, mobilização comunitária e política das camponesas que lidam com plantas medicinais na atualidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter empírico, teórica e documental quanti-qualitativa cujo percurso analítico adotado foi a abordagem materialista histórico-dialética, sob a qual se apreende o objeto na totalidade da vida social à luz da complexidade do real, mediado pelas sínteses de múltiplas determinações da realidade concreta (Kosik,1976). Outrossim, conforme Gil (2008, p. 14), “a dialética fornece as bases para uma interpretação [...] da realidade”, logo os fatos sociais não podem ser compreendidos quando considerados de maneira isolada, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais. Destarte, na perspectiva dialética do modo de produção da vida material verificam-se os aspectos que determinam o processo social, político e espiritual da sociedade, nos quais encontramos sustentação para as análises desta pesquisa (Netto,2011). Para tanto, os caminhos metodológicos adotados foram: entrevista com mulheres camponesas que vivem em assentamentos de reforma agrária, território remanescente de quilombolas, comunidades rurais e que fazem uso das plantas medicinais no desenvolvimento de práticas populares em saúde. Constituem-se resultados: a expansão do capitalismo, mediado por pactuações com o estado para a viabilização de políticas públicas que promovem consensos geradores de um apassivamento de classes num território de intensas desigualdades sociais, forte concentração de terras, crescente espaço de dominação hegemônica da burguesia agrária e empresarial via esgotamento da proposta de política de reforma agrária popular, exploração da mão de obra camponesa, expropriação dos/as camponeses/as dos seus territórios, saberes e culturas, êxodo rural e empobrecimento dos/das trabalhadores/as. Consubstancia esse estudo os elementos da sociabilidade burguesa, a categoria trabalho, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, além dos debates acerca do avanço do capitalismo monopolista e a expropriação da classe trabalhadora, perpassando pelo capitalismo tardio, movimentos sociais, luta das mulheres camponesas e expropriação do fundo público em detrimento dos interesses da elite oligárquica financeira. Nesse sentido, a lógica da agenda de políticas públicas do estado de Sergipe sob orientação (ultra)neoliberal, coloca-se ainda mais distanciada das práticas de saúde popular, embora se verifique a apropriação de retóricas em defesa das lutas das mulheres no campo e na cidade. Foi evidenciado pela pesquisa, que na fase atual do capitalismo é possível afirmar que os elementos da acumulação primitiva sustentam as condições objetivas de vida das mulheres, pois ocorre no território do Alto Sertão de Sergipe a dominação da burguesia agrária, a disputa pela terra conforme registros bibliográficos, que datam desde a década de 1980, e que mesmo diante do número de assentamentos e territórios remanescentes de quilombo ainda registra-se uma enorme concentração de terras, além de ser um território que se constitui um campo favorável para a busca de lucros pelas indústrias do ramo de laticínios, haja vista a mão de obra barata das camponesas e camponeses que são obrigadas/os a trabalhar para atender ao mercado da cadeia produtiva retrocitada sem se quer ter acesso a melhorias nas condições de vida, como foi demonstrado durante as entrevistas.

Palavras-Chave: Mulheres em Resistência; Plantas Medicinas; Alto Sertão Sergipano; Valor de Uso; Lógica Metabólica do Capital.

ABSTRACT

This master's thesis aims to investigate political-pedagogical practices of women in their value strategies for using popular medicinal plants in the Alto Sertão of Sergipe. Among other objectives of a specific nature, it aims to characterize the socioeconomic profile of peasant women who act as leaders in the field of popular health practices in the Alto Sertão of Sergipe; analyze, based on the advancement of monopoly capital in the current situation of hegemony of financial oligarchies, how popular health practices have suffered regression and, or risk of extinction, in the territory of Alto Sertão Sergipe; verify women's work, from the perspective of the use value of medicinal plants. Furthermore, the objective is to examine how the public policy arrangements implemented by the state government in this territory have changed the objective living conditions of women, as well as the inequalities indices in the face of obstacles to the processes of organization, community mobilization and politics of peasant women who deal with medicinal plants today. This is an exploratory research of an empirical, theoretical and quantitative-qualitative nature whose analytical path adopted was the historical-dialectic materialist approach, under which the object is apprehended in the totality of social life in light of the complexity of reality, mediated by syntheses of multiple determinations of concrete reality (Kosik,1976). Furthermore, according to Gil (2008, p. 14), “dialectics provides the basis for an interpretation [...] of reality”, therefore social facts cannot be understood when considered in isolation, abstracted from their political influences, economic, cultural. Thus, in the dialectical perspective of the mode of production of material life, the aspects that determine the social, political and spiritual process of society are verified, in which we find support for the analyzes of this research (Netto,2011). To this end, the methodological paths adopted were: interviews with peasant women who live in agrarian reform settlements, remaining quilombola territories, rural communities and who use medicinal plants in the development of popular health practices. The results are: the expansion of capitalism, mediated by agreements with the state to make public policies viable that promote consensus that generates a weakening of classes in a territory of intense social inequalities, strong concentration of land, growing space of hegemonic domination of the bourgeoisie agrarian and business via exhaustion of the popular agrarian reform policy proposal, exploitation of peasant labor, expropriation of peasants from their territories, knowledge and cultures, rural exodus and impoverishment of workers. This study substantiates the elements of bourgeois sociability, the category of work, Ruy Mauro Marini's theory of dependence, in addition to debates about the advancement of monopoly capitalism and the expropriation of the working class, going through late capitalism, social movements, the struggle of peasant women and expropriation of public funds to the detriment of the interests of the oligarchic financial elite. In this sense, the logic of the public policy agenda of the state of Sergipe under (ultra)neoliberal guidance is even more distant from popular health practices, although there is an appropriation of rhetoric in defense of women's struggles in the countryside and in city. It was evidenced by the research that in the current phase of capitalism it is possible to affirm that the elements of primitive accumulation sustain the objective living conditions of women, as the domination of the agrarian bourgeoisie, the dispute over land, according to records bibliographical data, which date back to the 1980s, and that even in view of the number of settlements and remaining quilombo territories, there is still a huge concentration of land, in addition to being a territory that constitutes a favorable field for the search for profits by dairy industries, given the cheap labor of peasant women who are forced to work to serve the market in the backward production chain without wanting to have access to improvements in living conditions, as demonstrated during the interviews.

Keywords: Women in Resistance; Medicinal Plants; Alto Sertão Sergipe; Use Value; Metabolic Logic of Capital.

LISTA DE SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSA	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
CEDAW	Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CMRADR	Conferência Mundial Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CSW	Comissão sobre Situação de Mulheres
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão do Pronaf
EdPopSUS	Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde
EMDAGRO	Empresa do Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EPS	Educação Popular em Saúde
FUNESA	Fundação Estadual de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MOPS	Movimento Popular em Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PA	Projeto de Assentamento Federal

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PNEP-SUS	Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
Pronaf	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PROSS/UFS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFS
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
PT	Partido dos Trabalhadores
SEIAS	Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social
SES	Secretaria de Estado da Saúde
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SR	Superintendência Regional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCCs	Trabalhos de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRQ	Território Remanescentes Quilombola
UFS	Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Alto Sertão Sergipano

Figura 02: Mapa do território da Serra da Guia e Serra Negra

Figura 03: Altar da casa de oração “Vale Encantado”

Figura 04: Capela católica do Quilombo Serra da Guia

Figura 05: Diálogo com mulheres quilombolas – Quilombo Mocambo

Figura 06: Acesso ao viveiro de mudas da Associação de Mulheres de mulheres

Figura 07: Viveiro de mudas da Associação de Mulheres do PA Mandacaru

Figura 08: Mandacaru as Margens do Rio São Francisco - Quilombo Mocambo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária

Gráfico 2 – Estado Civil

Gráfico 3 – Filhos

Gráfico 4 – Pessoas por Domicílio

Gráfico 5 – Renda do Grupo Familiar

Gráfico 6 – Religião

Gráfico 7 – Grau de Escolaridade

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Distribuição da quantidade de áreas destinadas a reforma agrária por quinquênio

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos imóveis rurais por município, área e quantitativo de acordo com o cadastro de imóveis junto ao SNCR

Quadro 2 – Demonstrativo da participação das camponesas entrevistadas em movimentos sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I.....	39
1 TRABALHO, LUTAS CAMPONESAS E O MOVIMENTO DO CAPITAL.....	40
1.1 Os fundamentos do trabalho no sentido ontológico e capitalista.....	40
1.2 O campesinato, lutas de classes e a concentração fundiária no Brasil.....	43
1.3 Capital rentista: expropriação da classe trabalhadora.....	50
CAPÍTULO II.....	58
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MULHERES CAMPONESAS NA CONTRACORRENTE DA HEGEMONIA BURGUESA.....	59
2.1 O movimento feminista camponês no Brasil.....	60
2.2 Mulheres em contextos rurais ante os interesses produtivistas.....	63
2.3 Capitalismo: instrumento para manutenção de exploração da mulher	67
CAPÍTULO III.....	71
3 VALOR DE USO DAS PLANTAS MEDICIAIS: RECHAÇO AO CAPITAL.....	72
3.1 Perfil socioeconômico da população entrevistada.....	72
3.2 Mulheres do Alto Sertão: lideranças comunitárias em defesa das plantas medicinais.....	81
3.3 A subalternização dos saberes populares em detrimento das oligarquias financeiras.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES.....	105
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	106
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista.....	110
APÊNDICE C – Levantamento das plantas medicinais.....	114

INTRODUÇÃO

Investigar o tema: Mulheres do Alto Sertão de Sergipe e o Uso de Plantas Medicinais como prática popular em saúde na corrente contra hegemônica da sociedade burguesa, *locu* em que se contextualiza e se problematiza, demanda esforços teóricos e metodológicos com atenção ao rigor científico que é exigido pelo método do materialismo histórico dialético e a teoria social crítica. Para tanto, é importante destacar acerca dos elementos motivadores do interesse em investigar o referido tema que, embora o Serviço Social brasileiro apresente um arsenal de pesquisas e produções do conhecimento, desde a década de 1980, auge da maturidade intelectual, o tema/objeto sobre o qual se propõe a debruçar, não foi identificado nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e dissertações de mestrado, na graduação e na pós-graduação, em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

Logo, o interesse em pesquisar o tema explicitou-se, ainda mais, a partir do acesso ao fomento à pesquisa, frente à provação da proposta submetida ao Edital de Apoio à Região Semiárida Brasileira da Capes, PDPG-Semiárido, sendo contemplada com a Bolsa de Pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Subsequente, o fato do Alto Sertão Sergipano ser parte do espaço da produção e reprodução capitalista, apresenta aspectos da dinâmica escalar do capital em seu processo de concentração da terra e expropriação da classe trabalhadora do campo. Nesse território reúnem-se fatores inerentes à expansão do capitalismo no campo, ao rentismo, latifúndio à especulação e a exploração do trabalho.

Ainda compõe a motivação deste estudo as tensões que são provocadas pela expansão e concentração fundiárias, as quais têm desdobramentos diretos nas formas de vida, cultura, crenças e saberes das populações rurais, e, especialmente, das experiências de mulheres que vivem no espaço agrário brasileiro. Certamente, é fundamental apreender, entre os outros aspectos que compõem o interesse em desenvolver esta pesquisa, o estágio atual do capital monopolista sob a hegemonia das oligarquias financeiras, que fortalecem a perspectiva metabólica de mercantilização, e, portanto, no âmbito das plantas medicinais e dos saberes populares em saúde ocorrem as tentativas de sucumbi-las e expropriá-las por parte das grandes indústrias farmacêuticas e de biotecnologia, sob a lógica do acúmulo dos superlucros.

Assim, esta pesquisa agrega valor científico ao tema nos campos das Ciências Sociais, das Ciências Naturais, das Políticas Públicas e dos Movimentos Sociais, pois possibilita a compreensão de como se dá o movimento de resistência da produção das plantas

medicinais no bojo da sociedade burguesa, com o recorte do Alto Sertão de Sergipe, o que permite o conhecimento acerca das principais plantas medicinais que são cultivadas, são nativas da região, que, porventura, estejam ameaçadas, com destaque para a ação pedagógica e política das mulheres em suas atividades coletivas, sob a perspectiva da produção ontológica do trabalho.

Por fim, está à disposição do setor público, dos movimentos sociais e movimentos populares em saúde, para a construção de respostas às demandas das mulheres que desenvolvem práticas populares em saúde e cultivo de plantas medicinais no território mencionado. Certamente, uma importante contribuição à linha de pesquisa do PROSS/UFS linha (02) “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social” que contempla a compreensão dos fundamentos, teorias, impactos e mecanismos de gestão da política social na perspectiva dos direitos de cidadania. Também favorece a apreensão do eixo da investigação com as categorias movimentos sociais, sujeitos coletivos, debate de gênero, classes, estado e sociedade civil na interlocução com o Serviço Social.

No campo da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social, este estudo proporciona o amadurecimento teórico acerca do tema, com reflexões sobre a imprescindibilidade em percorrer o caminho da aparência até a essência do objeto de pesquisa, a fim de garantir uma formação profissional qualificada e ajustada ao método do materialismo histórico dialético.

No que se refere à contribuição para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, o primeiro aspecto deste estudo é que ele se apresenta como inovador, pois diz respeito a uma temática que ainda não foi explorada dentro do programa; e, por ser inovador, poderá contribuir para o desdobramento de novas pesquisas, seja através de contestações ou dos seus resultados. Além disso, ele também contribui para a elevação dos índices de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS-UFS).

Para a categoria profissional, especialmente as/os assistentes sociais que atuam no Alto Sertão de Sergipe, o estudo se coloca como objeto de apreciação para compreender as expressões da questão social que se consubstanciam desde a expansão do capitalismo no campo e que têm desdobramentos em todos os setores da sociedade, o que demanda da categoria profissional leitura crítica da realidade posta e capacidade teórico metodológica no exercício profissional a fim de dar respostas coerentes às expressões da questão social.

No tocante à contribuição para as mulheres que vivem no Alto Sertão de Sergipe e que praticam o cultivo de plantas medicinais ou que fazem uso delas além de desenvolverem

práticas populares em saúde, este estudo é como um fio condutor entre suas demandas e os espaços de disputa de projetos, pois fortalece a corrente contra hegemônica ao consubstanciar elementos teóricos e metodológicos que revelam a realidade concreta destas mulheres.

A relevância deste trabalho para a vida acadêmica da pesquisadora está posta na possibilidade de aperfeiçoar a leitura crítica acerca da sociedade burguesa através da teoria marxista, ao apreender o movimento real da sociedade de classes e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa no serviço social. Não obstante, possui relevância também na vida pessoal, em decorrência da identidade da pesquisadora com mulheres camponesas, tanto pelas suas vivências pessoais e de família, quanto pela sua vivência profissional de assistente social extensionista rural, uma vez que toda sua vida está intimamente relacionada ao meio rural, e, desde muito cedo, fez questionamentos a respeito das estruturas agrárias e da forma como a figura feminina é subalternizada seja nas esferas reprodutivas ou produtivas.

Todas estas contribuições podem fazer enfrentamentos a lógica burguesa, agrega política e teoricamente ao tema fornece subsídios para os debates tanto no campo acadêmico, quanto nos campos dos movimentos sociais e das políticas públicas voltadas para a educação popular em saúde. Entre outras sinalizações, este estudo em sua relevância para a sociedade em geral, traz importantes pistas para otimizar o debate relativo ao papel da mulher em seu cotidiano de luta, de enfrentamento as mazelas oriundas da sociabilidade do consumo intenso, da medicalização e da lógica centrada no valor de mercado.

Com base na exposição da justificativa deste estudo, apresenta-se à Academia e à sociedade em geral, um produto que traçou os caminhos da pesquisa prezando pela dimensão científica e ética. Outrossim, a expectativa é de que esta pesquisa provoque novos interesses pelo tema, na perspectiva da valorização do valor de uso, de aspectos centrados na dimensão ontológica da vida social, em seu movimento; a começar daí, situa-se os aspectos contextuais e problematizações dele emergentes.

No Brasil, o contexto de redemocratização, após a queda do regime ditatorial, inaugurou marcos significativos depois das lutas de movimentos sociais, sobretudo no campo das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, que representou, naquele momento, os interesses do campo progressista, garantiu em seu texto: reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres, reforma agrária, além de outros temas, e, nesse sentido, o advento do tripé da seguridade social consolidou a saúde, a assistência social e a previdência social no campo dos direitos sociais.

O artigo 5º, inciso I da Carta Magna de 1988 reconhece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações; o artigo 189, parágrafo único estabelece acerca dos

beneficiários de imóveis oriundos da reforma agrária e confere às mulheres o direito ao título da terra. Merece destaque, também, o artigo 196 que reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, sob a ótica da universalidade, equidade e igualdade social (BRASIL, 1988).

Em 1990 foi aprovada a Lei nº 8.080 de 19 de setembro – que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) – e trouxe, no seu ordenamento, avanços importantes, haja vista que, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde não tinha caráter universal e esta foi uma das pautas do Movimento Popular em Saúde (MOPS). A luta do MOPS não se esgotou com as conquistas da Constituição Federal e do SUS, considerando a face contraditória do Estado e os processos de exclusão a que as classes subalternizadas são submetidas.

Após a criação do SUS, a principal pauta do MOPS foi integrar a educação popular em saúde ao Sistema Único de Saúde; essa luta foi marcada por significativos avanços nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT): implementação da Política Nacional de Gestão Participativa, criação do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, repasse fundo a fundo para as gestões estaduais implementarem apoio à Educação Popular em Saúde (EPS), em 2006 foi criada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e, em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEP-SUS).

O aparato legal, retro mencionado, resultante das lutas coletivas, representa importantes avanços, especialmente para os sujeitos que desenvolvem práticas populares em saúde e que vivem a invisibilidade e tentativas de anulação decorrente da lógica capitalista da indústria farmacêutica e de biotecnologia.

Indivíduos que, historicamente, têm as práticas populares em saúde como sua única forma de acesso ao cuidado em saúde, cuja existência perpassa por essa alternativa, demandam reconhecimento e condições para manter seus saberes e agir de maneira integrada ao SUS, pois, inclusive, o saber popular é o ponto de partida para o conhecimento científico.

Em relação às práticas e aos sujeitos que as desenvolvem “Entre os muitos exemplos das práticas populares de cuidado e de seus atores podem ser citados raizeiros, benzedeiros, erveiros, curandeiros, parteiras, práticas dos terreiros de matriz africana, indígenas dentre outros” (Brasil, 2012). Essas práticas ocorrem no âmbito familiar e comunitário, e atravessam gerações.

As conquistas dos movimentos populares, todavia, vêm sendo esfaceladas na atual conjuntura política no País, desde o golpe de 2016 e com o Projeto de Emenda à Constituição 55, de 2016 (PEC do teto dos gastos públicos) (Câmara dos Deputados, 2016), as perdas para

a classe trabalhadora são alarmantes. Os desmontes das políticas públicas associados aos ferozes ataques, patrocinados pela base conservadora do governo, aos movimentos sociais, com mais ênfase aos movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos de Mulheres e Movimento Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binário,+ (LGBTQIAPN+), além da perseguição e criminalização das comunidades tradicionais e indígenas. O advento desses ataques não se dá na contemporaneidade brasileira de forma isolada, mas tem relação estreita com a forma como o capitalismo se organiza na fase monopolista, porém, suas características têm sido cada vez mais brutais e primitivas.

Assim, antes de iniciar a caracterização do território no qual é desenvolvida a investigação, é válido tratar acerca da sua denominação: Alto Sertão de Sergipe. A denominação legal desse território surgiu no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Brasil mergulhava numa intensa onda de esforços governamentais, a fim de reduzir os índices de desigualdade no País. Programas e projetos foram implementados em decorrência da integração entre os setores público e privado, e a sociedade civil, em comum acordo com os ditames neoliberais, sob a égide da lógica capitalista.

Na trama dessa agenda, foi publicado o Decreto 25 de fevereiro de 2008 o qual, na ocasião, instituiu o Programa Territórios da Cidadania e deu outras providências. Os critérios utilizados para definição dos municípios participantes do programa foram os seguintes indicadores: Baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dinamismo econômico reduzido dentre outros indicadores que abarcam o leque das questões socioeconômicas inerentes as sociedades burguesas (Brasil, 2008).

De acordo com o referido Decreto, sete (07) municípios foram eleitos para compor a região do Alto Sertão: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha (Brasil, 2008), conforme figura 1, a seguir:

plantas medicinais e desenvolvem práticas populares em saúde. Mais adiante será justificado o motivo do recorte territorial. Conforme a Figura 1, o Alto Sertão é composto por sete municípios e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2021) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS/2010) se apresentam da seguinte forma: Nossa Senhora da Glória apresentou a maior população 37.715 e o maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* R\$ 15.416,67; Poço Redondo população 35.461 e *per capita* R\$ 9.109,81, Canindé de São Francisco, apresentou a segunda maior população 30.894 e o maior PIB *per capita* R\$ 88.713,54 e Porto da Folha população de 28.788 e PIB *per capita* R\$ 9.552,90 (IBGE, 2021); (Ministério da Saúde, 2010).

Entre os dados obtidos nos *sites* governamentais foi revelado que os municípios do Alto Sertão de Sergipe apresentam índices abaixo da média nacional, tanto no que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), quanto aos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas séries iniciais e finais. Outro fator que aponta risco e vulnerabilidade é a taxa de mortalidade infantil dos municípios da região, que é bastante acentuada, e, por fim, o Índice de *GINI* e a renda *per capita* manifestam que há uma forte concentração de renda no Alto Sertão, pois todos os municípios estão mais próximos de um do que de zero, e isso indica que há uma extrema diferença entre a renda dos mais ricos e a renda dos mais pobres (Ministério da Saúde, 2010).

A partir do levantamento preliminar de informações e dados, realizado em março de 2022, do Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS/2010), com vistas as condições das mulheres da região, campo em que será realizado o estudo empírico, foi denunciado que as mulheres dos municípios do Alto Sertão sergipano estão vivendo em condições de profunda vulnerabilidade e isto nos faz refletir sobre como tem sido a atuação do estado no enfrentamento real a estas vulnerabilidades, haja vista que os indicadores são gritantes, especialmente no município de Canindé de São Francisco, contraditoriamente este é o município que apresenta o maior PIB da região (IPEA, 2010).

Com o intuito de obter informações acerca do atual retrato da questão fundiária do Alto Sertão Sergipano, no tocante às áreas destinadas à reforma agrária, foi realizado estudo, e, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atualizados até 16/11/2021, há um total de 92 áreas de reforma agrária, entre Projeto de Assentamento Federal (PA), Projeto de Assentamento Estadual (PE) e Território Remanescentes Quilombola (TRQ), e estão distribuídas nos municípios de Canindé de São Francisco, 25 áreas e 1.948 famílias beneficiárias, Gararu, 07 áreas e 193 famílias beneficiárias, Monte Alegre de Sergipe, 10 áreas e 170 famílias beneficiárias, Nossa Senhora

da Glória, 12 áreas e 375 famílias beneficiárias, Poço Redondo, 31 áreas e 1647 famílias beneficiárias e Porto da Folha, 07 áreas e 384 famílias beneficiárias (MAPA, 2021).

O único município do qual inexistem áreas destinadas à reforma agrária é Nossa Senhora de Lourdes, bem como não foram identificados, durante os estudos, dados que comprovem a presença de ocupações naquele município. Nos dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até o final de 2022 não foi encontrado o atual número de camponeses e trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, e que demanda atuação da política de reforma agrária para desapropriação e aquisição de áreas.

É imprescindível destacar que as áreas destinadas à reforma agrária precisam ser bem estruturadas, além de atender as demandas dos beneficiários e garantir as condições adequadas para as famílias se manterem nos lotes, pois, do contrário, essas áreas tornam-se depósitos de camponeses e trabalhadores/as sem terra ou com terra insuficiente, portanto, os números, por si só, em relação aos assentamentos criados, não demonstram a realidade concreta do cotidiano dos/as beneficiários/as, ainda que estes não sejam o objeto deste estudo, é cabível esta colocação.

No tocante à questão da reforma agrária do Alto Sertão, segue a Tabela 1, com a distribuição estruturada por quinquênios e áreas criadas nos municípios em cada período:

Tabela 1 – Distribuição da quantidade de áreas destinadas a reforma agrária por quinquênio

QUINQUÊNIO	ÁREAS CRIADAS/MUNICÍPIOS							Total
	Canindé de São Francisco	Gararu	Monte Alegre de Sergipe	Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora de Lourdes	Poço Redondo	Porto da Folha	
1985 – 1989	0	0	0	0	0	1	1	2
1990 – 1994	0	1	1	0	0	0	0	2
1995 – 1999	3	1	1	2	0	9	1	17
2000 – 2004	7	2	5	3	0	4	2	23
2005 – 2009	13	3	3	4	0	13	1	37
2010 – 2014	2	0	0	3	0	2	1	8
2015 – 2019	0	0	0	0	0	2	1	3
2020 até 16/11/2021	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora com base em INCRA, 2017.

Dada a Tabela 1, é perceptível que de 2010 a 2019, anos em que os indicadores que apontam grandes índices de vulnerabilidade, praticamente não se fez reforma agrária na região, já que os números representam a criação média de 1,1 área ao ano; de 2020 até novembro de 2021, contexto do desgoverno de Jair Bolsonaro, não foi criada nenhuma área de reforma agrária no Alto Sertão, porém, contraditoriamente, os relatórios do Plano Safra do

Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apontam que neste período o setor público investiu milhões no agronegócio, na região Nordeste e em Sergipe.

Nesse panorama também é possível destacar o quadro da estrutura fundiária do Alto Sertão Sergipano, quanto à distribuição dos imóveis rurais por municípios e a soma total da área em hectares, por definição da autora, e com o objetivo de tornar as informações mais compreensíveis, excetuam-se do Quadro 1 todas as áreas destinadas à reforma agrária, apesar de nem todas elas comporem as informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR (INCRA, 2022).

Quadro 1 – Distribuição dos imóveis rurais por município, área e quantitativo de acordo com o cadastro de imóveis junto ao SNCR

IMÓVEIS CADASTRADOS (ha)	MUNICÍPIOS													
	Canindé de São Francisco		Gararu		Monte Alegre de Sergipe		Nossa Senhora da Glória		Nossa Senhora de Lourdes		Poço Redondo		Porto da Folha	
	Nº	ÁREA	QTD	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
0 A 10 ha	926	4.609,8857	1.742	8.541,0845	571	3.302,3441	1829	8.683,1227	453	1.824,0969	926	4.609,8857	2405	9.736,5862
10,1 A 50 ha	518	13.652,6234	1.585	35.750,2883	1541	34.354,245	1472	37.863,0749	248	5.199,0356		42.594,1043	1967	4.2847,8274
50,1 A 100 ha	133	9.670,91	223	15.175,8231	140	9.587,5863	221	15.483,7363	27	1.283,2095	278	37.754,5236	274	19.122,8807
Acima de 100,1 ha	150	57.178,7361	143	24.933,8231	65	13.527,2693	143	27.995,8323	15	2.837,3325	150	57.178,7361	143	29.421,9256

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em INCRA/SNCR, 2022 Estudo especulativo que antecede a pesquisa a fim de problematizar e contextualizar o objeto.

A análise do Quadro 1 aponta que no território do Alto Sertão é possível verificar a existência de uma grande quantidade de pequenos imóveis rurais, todavia, o quadro denuncia que é alarmante a concentração fundiária, pois os imóveis de grande extensão, ainda que em menor quantidade, ocupam a maior parte das terras, a despeito de ter sido realizada reforma agrária em todos os municípios em comento, exceto em Nossa Senhora de Lourdes.

Como já foi mencionado anteriormente, o Alto Sertão reúne elementos que são resultantes da expansão do capitalismo no campo, trata-se de uma região com alto potencial para criação de gado leiteiro, sendo denominada bacia leiteira do estado de Sergipe, em razão do território agregar fatores favoráveis a essa cadeia produtiva. De acordo com os dados divulgados pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (EMDAGRO), em 21/07/2021, o estado de Sergipe ocupava a 6ª posição nacional na produção de leite de vaca, sendo o Alto Sertão a “menina dos olhos” dessa atividade (EMDAGRO, 2022).

A região do Alto Sertão é a principal produtora de leite do estado de Sergipe e conta com um grande número de laticínios de médio e grande porte com marcas conhecidas em todo o território nacional, como a *Natvile* Indústria de Laticínios Santa Maria e *Betalac* Indústria de Laticínios *Lacteos*. Ainda de acordo com os dados divulgados pelo governo do estado, só no ano de 2010 foram investidos pelas empresas R\$ 3,5 milhões e R\$ 6 milhões respectivamente, todavia as empresas se beneficiaram do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) no âmbito da locação e incentivos de fiscais.

Enquanto os recursos destinados para a classe trabalhadora do campo é o mínimo possível, como será visto mais adiante, o setor empresarial da cadeia produtiva do leite se beneficia por incentivos fiscais através do Decreto Estadual nº 40.205 de 17/12/2018, o qual modifica o regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e tem validade de dez anos (Sergipe, 2018).

Portanto, verifica-se que os incentivos são voltados exclusivamente para o fortalecimento do mercado e acúmulo de lucros, pois as melhorias e adequações realizadas a partir do reinvestimento feito pelas indústrias, em consonância com o governo do estado, garantem que a produção leiteira seja de melhor qualidade, todavia, a fim de atender a demanda do mercado, e não obstante esse tipo de incentivo exclui pequenos laticínios, pois prioriza indústrias do segmento que processam leite pasteurizado ou ultrapasteurizado (Longa Vida), imediatamente excluiu os produtores que vendem o leite *in natura* e os que não fornecem leite para as grandes indústrias.

O fato acima anunciado expressa que há um risco latente de as classes subalternas do campo serem sucumbidas pelos interesses das classes dominantes e terem seus territórios, políticas públicas, cultura, saberes populares e todo seu modo de vida alterados para atender os interesses da burguesia agrária empresarial, logo, toda dinâmica da gerência governamental se mantém alinhada com a hegemonia burguesa, de modo que não são gerados conflitos, pois, na fase dos monopólios e da globalização do capital, a burguesia imprime a ideia de que seus interesses são universais, sob a lógica da competitividade.

Já no âmbito da política de assistência social e sob execução da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS) ¹ foram criados, no contexto pandêmico, os benefícios Cartão Mais Inclusão e Cartão Mais Inclusão pela Infância, ambos executados em todo território do estado, porém não foram localizadas informações sobre o número de beneficiários e valores investidos na região do Alto Sertão Sergipano.

Quanto à atuação da Secretaria de Estado da Saúde (SES) no Alto Sertão de Sergipe, no que diz respeito ao apoio e fortalecimento das práticas populares em saúde, informações permitiram visualizar apenas dois vagos registros: o primeiro do ano de 2017 assevera que a SES, por meio da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), promoveu curso em educação popular e contou com a participação de representante do município de Poço Redondo; e o segundo registro, do ano de 2018, trata sobre as práticas integrativas e sinaliza vagamente que no município de Nossa Senhora da Glória essas práticas já vinham sendo desenvolvidas naquele ano. Quanto aos cursos realizados pelo Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), executados pela Fundação Estadual de Saúde (Funesa), por meio de convênio com a Fiocruz, não foram localizadas informações sobre a participação do Alto Sertão. A escassez de informações objetivas acerca do referido tema foi instigadora deste estudo, até porque trouxe à tona elementos que fortalecem a problematização e delineiam questionamentos.

Outro agravante, no contexto da política de saúde nessa região, é a escassez de farmácias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil, que, segundo dados atualizados em 22/09/2020, dos sete municípios da região apenas três contam com o programa, sendo: Gararu, duas farmácias credenciadas, Nossa Senhora da Glória cinco farmácias credenciadas e Porto da Folha três farmácias credenciadas (Ministério da Saúde, 2010).

¹ Estudo feito em março de 2022 no *Site* Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho (inclusao.se.gov.br).

Quando verificados os termos de cooperação técnica, relatórios e ações da EMDAGRO, SEIAS e SES ² observa-se que os investimentos para camponeses e trabalhadores rurais da região em estudo são extremamente escassos, sobretudo em comparação aos investimentos para os setores empresariais; não obstante, verificou-se nas pesquisas que não há políticas e investimentos direcionados para as mulheres camponesas da região, ainda que, de acordo com o Atlas do IVS/2010, as mulheres do Alto Sertão se encontravam em situação alta ou muito alta de vulnerabilidade social (IPEA, 2010).

É questionável que toda organização das políticas do Alto Sertão tem se mostrado numa relação visceral com os interesses do mercado da cadeia produtiva agropecuária e do agronegócio, não para garantir renda e sobrevivência das mulheres e homens da região, mas para subsidiar o acúmulo de lucros da burguesia agrária. Inclusive possibilita endossar elementos problematizadores nos anos em que menos se fizera reforma agrária 2010 até 2021, quando o estado mais investiu em incentivos para o setor industrial por meio do PSDI e do reinvestimento do ICMS; no mesmo período, os dados são suspeitos quanto à questão de a região estar abaixo da média nacional nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), além das altas taxas de mortalidade infantil (IBGE, 2021). Nesta encruzilhada se encontra **o objeto deste estudo: políticas econômicas e a subalternização do social, a tensão entre o projeto do capital versus projeto popular, sob a perspectiva de resistência da mulher para o trabalho entre a lógica do valor de uso no espaço concentrado e centrado pela lógica da expropriação e valor de troca.**

Tendo por base os antagonismos citados, pensa-se nas mulheres camponesas de assentamentos e comunidades rurais que vivem na região do Alto Sertão de Sergipe e que, atualmente, desenvolvem práticas populares em saúde, como uma forma de enfrentar as contradições resultantes da sociedade burguesa. O **pressuposto** que move este estudo é que a prática popular em saúde é uma forma de resistência ao modelo metabólico do capital, que, através da lógica da acumulação, transforma plantas medicinais em mercadoria, por meio do valor de troca em detrimento da anulação do valor de uso. Esse é um dos projetos do capital: transformar a medicina popular e humanizada em um projeto mercantil, que exclui quem dele precisa e que não consegue custeá-lo.

Assim, pautadas nas contradições identificadas no território do Alto Sertão de Sergipe elegeram-se as seguintes **questões norteadoras**: *As práticas estratégicas de mulheres*

² Estudo preliminar feito em março de 2022 no site Saúde (saude.se.gov.br), porém em respeito a lei eleitoral nº 9.504/97 o conteúdo não está disponível.

no manejo de plantas medicinais no Alto Sertão de Sergipe não têm sido alvo de políticas regulamentadas pelo Estado, uma vez que a lógica é incrementar políticas voltadas para mercado de capital de alta lucratividade? O avanço do capital monopolista, na era das oligarquias financeiras, reflete no desinvestimento por parte do estado para o fortalecimento da EPS e, portanto, há risco latente das práticas populares em saúde estarem ameaçadas de extinção no Alto Sertão de Sergipe? O trabalho das mulheres, sob a perspectiva do valor de uso das plantas medicinais, tem se firmado para estas como um ato de resistência ao valor de troca? As condições objetivas de vida das mulheres do Alto Sertão que desenvolvem práticas populares em saúde não têm sido alteradas desde as ações executadas pelo governo do estado, assim, os índices de desigualdade se põem como instrumentos desmobilizadores para os processos de organização comunitária e política dessas mulheres?

Sob esse contexto e problematização, emergiu o objeto de pesquisa, a qual induz , alicerçada em informações preliminares, as seguintes **hipóteses**: O Estado tem gerido políticas públicas alinhadas com o avanço do projeto burguês a partir de estratégias que suprimem e deslegitimam as práticas políticos-pedagógicas de mulheres que cultiva o uso de plantas medicinais populares; a convergência do Estado para com a lógica burguesa reflete no desfinanciamento das ações de fortalecimento da EPS e, intencionalmente, as deslegitimam e podem levar suas práticas à extinção a fim de garantir a hegemonia da indústria farmacêutica; As mulheres que desenvolvem o trabalho de práticas populares em saúde no Alto Sertão de Sergipe, sob a lógica do valor de uso não percebem sua atuação como uma forma de resistência ao valor de troca; As ações executadas pelo governo no território do Alto Sertão de Sergipe funcionam como uma espécie de canalização de transferência de mais-valia para as oligarquias do setor agrário industrial e não alteram as condições de vida das mulheres que desenvolvem práticas populares em saúde, portanto, a lógica da competitividade no atual estágio do capital monopolista converge para o enfraquecimento dos processos de mobilização coletiva.

Desta forma, considerando os aspectos preliminares da pesquisa, assinala-se, quanto aos **objetivos** propostos – **Geral**: Investigar práticas políticos-pedagógicas de mulheres em suas estratégias de valor de uso de plantas medicinais populares no Alto Sertão de Sergipe. **Específicos**: a) Caracterizar o perfil socioeconômico das camponesas que atuam como lideranças no campo das práticas populares em saúde no Alto Sertão de Sergipe; b) analisar, a partir do avanço do capital monopolista na era da hegemonia das oligarquias financeiras, como as práticas populares em saúde têm sofrido regressão ou risco de extinção no território do Alto Sertão Sergipano; c) investigar se o trabalho das mulheres, sob a perspectiva do valor

de uso das plantas medicinais, tem se firmado para estas como um ato de resistência ao valor de troca; e d) Examinar de que forma os arranjos de políticas públicas executadas pelo governo do estado neste território têm alterado as condições objetivas de vida das mulheres e como os índices de desigualdades atuam como um entrave para os processos de organização e mobilização comunitária e política das camponesas que produzem plantas medicinais na atual década do novo milênio.

Nesta direção, a metodologia adotada em processo de execução da pesquisa demanda do pesquisador rigor científico desde as fases iniciais até sua fase final, sobretudo no campo das Ciências Sociais, pois dadas as formas como se apresentam os seus objetos de estudos, que por vezes são mascarados pelos processos inerentes às relações sociais, naturalizados e engendrados sob a lógica do conservadorismo burguês, demandam método, metodologia e técnicas capazes de lapidá-lo para apresentar a comunidade acadêmica e a sociedade sua face real com fundamento em análises coerentes.

É importante situar que a necessidade da pesquisa está pautada tanto na ausência de estudos acerca do problema quanto no fato do problema ainda não ter respostas suficientes para suas formas de apresentação no cotidiano dos sujeitos, nesse sentido Minayo *et al.* (2009, p. 16) entendem que a pesquisa é

[...] a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos (grifos no original).

Em face do rigor que é demandado da pesquisa, esta adota a teoria social crítica, a qual é capaz de realizar, à luz do marxismo, as análises necessárias dos processos que envolvem o objeto na sua forma mais real possível e que não deve, em hipótese alguma, sofrer influências dos desejos e aspirações do pesquisador, trata-se na verdade de captar o movimento real do objeto. Assim, no tocante à teoria crítica, Netto (2011, p. 20 e 21) situa que “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. É válido destacar que nesse método de abordagem, o pesquisador precisa se despir das ideias formadas, que tem a respeito do objeto, para conseguir captar o seu movimento real, sem colocar nos resultados da pesquisa elementos que lhe sejam

convenientes conforme seu pensamento, e, assim, permitir que o método deslinde o movimento do objeto conforme suas categorias, o que, de certo, evita equívocos na pesquisa.

No que se refere a questão do método da teoria social consideramos neste processo de conhecimento da realidade social, sob a ontologia marxiana, alguns aspectos de sua natureza e função social, destacando-se três categorias essenciais: totalidade, historicidade e práxis. A totalidade diz respeito ao “conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem hierárquica, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação” (Tonet, 2018, p. 116). Esta possui sua importância para o método, por caracterizar a realidade em si mesma. De outro, a historicidade para o método garante conhecer a origem e os processos sociais e históricos dos fatos que compõem a realidade, evitando que haja um “falseamento da realidade”, caso esses fatos não sejam apreendidos de maneira crítica, ou seja, além do que se mostra no imediatismo.

Outro fator que exige esclarecimento se dá em torno da teoria social crítica desenvolvida por Marx em suas obras, pois não se trata da crítica como ela é pensada segundo o senso comum, esta é na verdade a crítica elaborada que tem como base os elementos que permeiam o objeto, o movimento, o real, seus determinantes sócio-histórico (Tonet, 2018). De acordo com o entendimento de Paulo Netto no âmbito da crítica social de Marx, “Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de ‘crítica’, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o ‘bom’ do ‘mal’ (2011, p. 18).

Postas estas questões, ressalta-se que em consonância com o objeto e com o objetivo geral, esta pesquisa classifica-se como exploratória em razão de ter demandado aproximação teórica com o problema para portanto, construir as hipóteses, pois segundo Gil essas pesquisas “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese” (Gil, 2008, p. 41), ainda em face ao objeto e aos objetivos, esta pesquisa é do tipo explicativa analítica, pois busca trazer respostas ao objetivo geral à luz da totalidade social (Trivinos, 2006).

Compõe ainda o grupo de classificação desta pesquisa o tipo documental, pois foram analisados documentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), através dos *sites* oficiais.

Neste sentido, quanto aos documentos disponibilizados para consulta, pelo INCRA, foi priorizada a relação dos Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação³, disponível em arquivo do tipo PDF, a qual contém as informações de todos os assentamentos e territórios remanescentes de quilombo, na sequência foram aplicados filtros para selecionar a superintendência SR-23 (Sergipe) a fim de fazer o levantamento do quantitativo de assentamentos e territórios remanescentes de quilombolas por município do Alto Sertão de Sergipe, bem como verificar o ano de criação de cada um (conforme o tabela 1 da página 24).

Ainda a respeito dos caminhos adotados para a análise dos documentos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), foram feitas as buscas por cada município do território que compõe o campo empírico, chegando-se aos documentos do tipo tabelas no *Excel*⁴ nas quais foram realizadas a aplicação dos filtros por município do Alto Sertão de Sergipe, a partir da delimitação de hectares a fim de construir o Quadro 1 (página 26).

A pesquisa do tipo bibliográfica também faz parte do grupo de classificação deste estudo, pois esta percorreu este trabalho desde as leituras sobre estudos na área do objeto até a construção dos capítulos e das análises dos dados (relatório final da pesquisa), e é importante elencar que se trata de uma categoria de pesquisa essencial e imprescindível a todo e qualquer estudo. Ainda no rol de classificações o presente estudo trata-se de uma pesquisa do tipo teórica, haja vista o esforço para apreender as categorias que contribuem com a análise dos dados e resultados obtidos.

Com base nos procedimentos e técnicas necessários para responder aos objetivos específicos, esta pesquisa classifica-se como estudo de campo com análise quanti-qualitativa a qual tem como campo empírico o território do Alto Sertão de Sergipe.

Segundo Gil,

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, estudo, de lazer ou voltada para qualquer atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida de por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagens e fotografias (Gil, 2008, p. 53)

É pertinente mensurar que a definição do tipo de pesquisa está diretamente embriçada com o objeto e objetivos, portanto não se trata de uma livre escolha do

³ Neste documento constam as seguintes informações: código do projeto, nome do projeto, município sede, área (ha), número de famílias (capacidade), famílias assentadas, fase, ato de criação (tipo, N° e data) e obtenção (forma e data).

⁴ Nestes documentos constam as seguintes informações por município: código do imóvel, denominação do imóvel, código do município (IBGE), UF, área total, titular (primeiro nome), natureza jurídica, condição da pessoa, percentual de detenção e país.

pesquisador, sob este prisma Marconi e Lakatos (2003, p. 116) definem que a “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Assim, definem-se, novamente, com base nos objetivos, as técnicas para coleta de dados desta pesquisa: entrevista do tipo estruturada com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha (Apêndice B) que deverão ser gravadas com o intuito de captar todas as informações, além da técnica de observação do tipo participante com a utilização do diário de campo.

Marconi e Lakatos inferem que

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (Marconi; Lakatos 2003, p. 191).

Quanto ao universo da pesquisa este é composto por camponesas que vivem em áreas rurais (assentamento, quilombo e comunidades rurais) no Alto Sertão de Sergipe e utilizam plantas medicinais para desenvolverem práticas populares em saúde e que são lideranças comunitárias. Assim, foi necessário delimitar a amostragem em virtude da inviabilidade para acessar todas as mulheres do território com esse perfil, razão pela qual será investigada uma parte desse universo. Por isso, definiu-se a amostragem do tipo probabilística estratificada. Inicialmente foi pensado em realizar a pesquisa com dez mulheres que fossem lideranças comunitárias desse território no âmbito da produção de plantas medicinais e práticas populares em saúde.

No entanto, em virtude de questões pessoais relacionadas à saúde de familiares da pesquisadora fora necessário fazer uma reorganização da amostragem, portanto, foram entrevistadas: duas assentadas de reforma agrária e quatro mulheres quilombolas, porém destas uma é residente em comunidade rural. Importa observar que o reajuste ao processo da pesquisa não causou prejuízo às investigações.

Nesse sentido, as características traçadas para apreender a dinâmica do objeto quanto: residir em áreas rurais, fazer uso das plantas medicinais como prática popular em saúde compõem os critérios de inclusão das participantes desta pesquisa, pois estas características devem ser compartilhadas por todas as participantes. E no que diz respeito aos critérios de exclusão definem-se as seguintes características: mulheres que reúnam os aspectos

acima, mas que por algum motivo pessoal ou profissional não tenham interesse em participar da pesquisa, ou ainda que porventura reúnam apenas alguns dos atributos e, portanto, não contemplem todas as características.

A fim de chegar até a amostragem desta pesquisa, **em cumprimento a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**, após a aprovação do Comitê de Ética⁵, foram tomados os seguintes passos: a) contactamos com representantes de movimentos sociais, líderes comunitários e com pesquisadores que têm vivências no Alto Sertão de Sergipe, a fim de obter os contatos e endereços das mulheres que têm experiência com ervas medicinais e práticas populares em saúde; b) identificação dos contatos telefônicos/*Whatsapp* com as mulheres e posterior aproximação *in loco* para apresentar a proposta da pesquisa e no caso daquelas aceitaram participar da pesquisa, efetivamos a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Apêndice A). Além disso, deixamos uma via do TCLE, com todas as páginas rubricadas, para cada participante e c) agendamento para iniciar a coleta dos dados de acordo com a disponibilidades das mulheres que aceitaram o convite para participar da pesquisa.

Quanto à análise dos dados, essa vem sendo processada conforme a dinâmica da pesquisa, a qual vem ocorrendo a partir das informações obtidas nas entrevistas e daquelas registradas no diário de campo, sua natureza é quanti-qualitativa, pois a entrevista, no seu primeiro bloco, trata acerca da identidade e do perfil socioeconômico das entrevistadas (APÊNDICE B). Quanto às etapas de análise, elas vão ocorrer da seguinte forma: a) redução dos dados; b) categorização dos dados; e c) análise e interpretação dos dados.

As análises e interpretações dos dados devem, pois, obedecer ao método adotado na pesquisa: materialismo-histórico-dialético, o que conferirá ao estudo credibilidade.

Em face da pesquisa envolver seres humanos, e **em conformidade com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**, o projeto de pesquisa desta dissertação foi submetido, para apreciação, ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a fim de atender os critérios e princípios éticos, conforme é necessário em pesquisas que envolvem seres humanos. As mulheres camponesas que vêm sendo convidadas a participar deste estudo, concomitantemente são devidamente esclarecidas acerca da pesquisa quanto aos seus objetivos e metodologia e, ao aceitar em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi lido cuidadosamente a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre o mesmo. O referido documento destrincha todos os riscos da pesquisa,

⁵ Projeto de pesquisa submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe em 01/10/2022 e aprovado em 07/12/2022. CAAE nº 63893122.7.0000.5546.

bem como aborda acerca da autorização por parte das participantes quanto a entrevista ser gravada para fins científicos, ao tempo em que assegura as seguintes garantias éticas as participantes: sigilo das suas identidades a fim de garantir a anonimização dos dados serão utilizados nomes fictícios nas análises e divulgação, aborda a função do Comitê de Ética em Pesquisa que se coloca como proteção ao participante (TCLE, 2023).

Nessa direção, este estudo tem critérios de encerramento ou suspensão nas seguintes situações que porventura aconteçam: por solicitação do CEP/UFS, em casos de risco ou danos à saúde da participante em decorrência da pesquisa, não previstos no TCLE e em situação de suspensão do financiamento. Quanto aos resultados deste estudo os mesmo deverão ser publicados a fim de atender as questões científicas e sociais, bem como deverão ser encaminhados à Plataforma Brasil por meio de formulário relatório e apresentado de forma clara e acessível as participantes da pesquisa.

E por fim, este estudo está organizado em 3 (três) capítulos, em que o Capítulo I “Trabalho, Lutas Camponesas e o Movimento do Capital” abarca os fundamentos do trabalho no seu sentido ontológico e capitalista, faz um resgate dos campesinato, das lutas de classe e da concentração fundiária no Brasil ao tempo em que apresenta o debate do capital rentista e a expropriação da classe trabalhadora na fase atual do capitalismo O Capítulo II - intitula-se “Movimentos Sociais e Mulheres Camponesas na Contracorrente da Hegemonia Burguesa” que trata acerca do movimento feminista camponês no Brasil e da condição das mulheres em contextos rurais ante os interesses produtivistas sob a lógica neoliberal e na sequência faz um debate que tem como ponto focal o capitalismo como instrumento para manutenção de exploração da mulher. E o terceiro e último capítulo intitulado “Valor de Uso das Plantas Medicinais: Rechaço ao capital”, o qual se propõe tratar da análise dos dados coletados na execução da pesquisa no *locu* das experiências concretas das mulheres na lida cotidiana de suas práticas pedagógica no manejo de plantas medicinais e os aspectos políticos das lutas coletivas, nesta direção é apresentado o perfil socioeconômico da população entrevistada, além de trazer a dimensão política do papel das mulheres do Alto Sertão de Sergipe enquanto lideranças comunitárias que atuam em defesa das plantas medicinais e para finalizar o último capítulo abordar-se-á no que diz respeito a subalternização dos saberes populares em detrimento das oligarquias financeiras.

Do exposto, esperamos que este trabalho de dissertação de mestrado possa ser mais uma importante contribuição da pós-graduação à sociedade, reafirmando o papel da universidade pública brasileira em sua responsabilidade e compromisso social com a pesquisa e produção do conhecimento crítico transformador. Entre outras expectativas, acreditamos

que os resultados obtidos poderão provocar a ascensão de novos estudos no território das lutas de mulheres em defesa de um modo de vida resistente ao modelo metabólico e incessante de reprodução dos superlucros, altamente destrutivo, e desta maneira, projeta-se um horizonte emancipador da barbárie.

CAPÍTULO I

1. TRABALHO, LUTAS CAMPONESAS E O MOVIMENTO DO CAPITAL

Neste capítulo tratamos de apresentar um debate alicerçado nos fundamentos do trabalho, tanto no seu sentido ontológico, quanto capitalista a partir de uma leitura crítica que tem por base a perspectiva marxiana apoiada na compreensão do filósofo húngaro Görgé Luckács⁶. Outrossim, o trabalho analisado através do tempo histórico, o qual evidencia a transformação do sujeito como consequência ontológica necessária do objetivo do trabalho (*ser-propriadamente-assim do trabalho*) (Lukács, 2013).

Perpassamos também por uma abordagem acerca das lutas camponesas e a participação feminina nesse espaço de disputa de projetos societários e inserimos alguns elementos que apontam para a questão das mulheres camponesas e os interesses produtivistas do mercado os quais moldam e dirigem as políticas deste segmento. Em seguida são discutidos os aspectos históricos-teóricos e conceituais, sinalizando para questões inerentes ao capitalismo na dinâmica contemporânea, em meio ao aviltamento da expropriação das classes trabalhadora.

Importa salientar no decorrer do debate, os destaques em relação a história da sociedade de classes, frente as crises cíclicas no sistema capitalista e as lutas para a superação do capitalismo. De certo, recorreremos as evidências estratégicas tendo em vista assinalar os aspectos que agravam os níveis de subalternização da classe trabalhadora no sentido mais amplo possível, desde a exploração e expropriação dos recursos naturais até a desaposse dos seus direitos, sob o aval do Estado, enquanto a burguesia eleva seus níveis de concentração e centralização de capitais.

1.1 Os fundamentos do trabalho no sentido ontológico e capitalista

A sociabilidade burguesa de forma orquestrada se apropria de fatores naturais a fim de fomentar o acúmulo de capitais. Neste sentido, além de criar novas necessidades à vida humana o capitalismo também é capaz de ressignificar o trabalho – tornando-o alienado como principal forma de exploração que é capaz de ampliar a incessante geração de excedentes por meio do aumento dos super lucros. Todavia, importa fazer algumas colocações que precedem o trabalho no sentido ontológico e no sentido capitalista e alienado.

⁶ O filósofo e historiador literário húngaro comunista George Lukács nasceu neste dia em 1885. Ele foi um revolucionário herege e marxista que participou do curto governo da República Soviética da Hungria.

Partimos, portanto das três esferas ontológicas situadas por Lukács: inorgânica, orgânica (natureza) e o ser social, que apesar da profunda distinção ontológica existente entre cada uma destas se constituem simultaneamente articuladas entre si, pois uma é necessária a outra, uma vez que a ruptura ontológica ou distinção existente entre as três esferas é incapaz de resultar num processo evolutivo, o que é denominado por Karl Marx e posteriormente por Görg Lukács de *O Momento Predominante*.

De acordo com Lessa,

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teologicamente posta (Lessa, 2007, p. 24 e 25).

Nesta direção, a diferença e o encadeamento entre as esferas ontológicas, naturais e o ser social, é responsável por tornar o trabalho a categoria fundante do ser social. Destarte, Lukács propõe na *Ontologia do ser social* um princípio do homem e, ligado a ele, um princípio da história, considera que o “trabalho serve de modelo para todo ato humano teleológico porque na dialética da estrutura interna do ato laboral se deflagra duas cadeias causais: o indivíduo e o ser histórico-social”(Infranca, 2014, p. 35).

Este movimento se dá a partir de uma situação concreta a qual demanda do sujeito uma prévia-ideação que determina um objeto que terá sua objetivação executada, ou seja, a transformação da natureza e funda portanto, a exteriorização. Outro elemento que deve ser destacado ante a exteriorização é que sujeito e objeto, ainda que sendo criador e criatura são distintos de acordo com Lessa, “[...] sujeito e objeto são ontologicamente distintos, ainda que o mundo dos homens se constitua em um infindável movimento de objetivação de prévias-ideações” (Lessa, 2007, p. 41).

Este mesmo movimento também é o responsável por tornar o trabalho a categoria fundante o ser social, uma vez que o sujeito se firma por meio da objetivação, que na prática é a transformação da natureza a fim de atender a demanda concreta que fora uma prévia-ideação e por a objetivação e objeto. Em conformidade com as colocações retro argumentadas é possível afirmar que a compatibilidade homem – natureza faz nascer a categoria trabalho. Neste sentido, Sérgio Lessa e Ivo Tonet argumentam

Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam

como indivíduos. A partir do trabalho o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais (Lessa e Tonet, 2008, p. 17).

Assim sendo, o homem constrói sua própria história e suas relações, e a esse respeito paralelo a sociabilidade burguesa o ser social passa a construir novas formas de se relacionar com a natureza e tem como ponto central a inversão desta relação a partir da produção fabril e das relações de dominação do capital a qual consubstancia o trabalho alienado.

Essas alterações a respeito do trabalho tem uma relação visceral com a história e suas bases materiais que apontam para as contradições latentes na relação capital X trabalho enquanto é fomentada a ruptura entre a sociedade e a natureza. Objetivamente falando, Marx (2004) na sua fecunda obra *Manuscritos econômicos-filosóficos* (1844) afirmou que

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, *mercadoria* em geral (Marx, 2004, p. 80 grifos do autor).

E em seguida o filósofo denunciou:

*A economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediate** entre o **trabalhador** (o trabalho) e a produção. Sem dúvida. O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (Marx, 2004, p. 82 grifos do autor).*

Estes fatores elencados acima são determinantes e responsáveis pelo alvitamento da classe laboral, enquanto reproduz nesta a ilusão de que quanto mais for produzido por meio do seu trabalho mais sua condição enquanto trabalhador irá melhorar – isto só é possível porque as classes dominantes tornam seus interesses coletivos.

Nesta direção o trabalho como atividade humana sem perspectiva de obter lucro e com valor-de-uso sofre uma ruptura com a natureza e torna-se trabalho alienado que atende aos interesses capitalistas para garantir o valor-de-troca e age como um fator determinante no acúmulo de capitais, “Desse modo a natureza não vale pelo que pode proporcionar ao desenvolvimento coletivo das capacidades e necessidades humanas, mas pelo que é passível de rentabilizar nos mercados financeiros” (Aguiar e Bastos, 2012, p. 86 e 87), pois “a natureza

do capitalismo é capitalizar a natureza. Capitalizar no sentido de adequar aos intentos da produção de lucro” (Idem, 2012).

Esta questão leva o trabalhador ao despertencimento com a natureza e com o mundo a sua volta, pois o seu ser se torna propriedade do capital. Neste sentido, Garcia e Moreira pontuam:

Ao apropriar-se da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho, o capital ao revés de emancipar o trabalhador, aumenta os modos de controle e de subordinação, exigindo cada vez mais “envolvimento” e “cooperação” subjetivo e social do trabalhador, pressão que amplia-se pelo pavor de engrossar as fileiras do crescente subproletariado precarizado e dos desempregados (2020, p.876).

Todavia, o trabalho alienado se reconfigura diante das transformações da sociedade capitalista, em face da crise estrutural que o capital vem enfrentando ao longo dos últimos anos, diversas alterações tem ocorrido na tentativa de perpetuar o acúmulo de riquezas, porém todas estas colocam o trabalhador cada vez mais em condições desumanas e de profunda exploração: a lógica da competitividade, do empreendedorismo e a crescente uberização são exemplos do quanto a vida humana tem sido coisificada em detrimento da ordem burguesa.

Não obstante os grupos mais vulneráveis da sociedade como mulheres, negros, quilombolas, indígenas, pessoas LBTTQIAP+, movimentos sociais camponeses e de trabalhadores rurais continuam se constituindo como os principais alvos dos ataques orquestrados pelo capitalismo. Assim, no próximo tópico trataremos acerca da formação do campesinato, suas bases e concentração fundiária no Brasil a luz das contradições da sociabilidade burguesa, as quais engendram a luta de classes, pois “A história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes” (Marx e Engels, 2015, p. 62).

1.2 Campesinato, lutas de classes e a concentração fundiária no Brasil

O processo de construção das lutas camponesas antecede a sociedade capitalista, pois “Por volta do século XIV, a revolta do campesinato contra os senhores feudais havia se tornado constante, massiva e, frequentemente armada” (Federici, 2017, p. 54). Esta afirmação trazida pela autora retrocitada nos permite pensar sobre as lutas de classes como um reflexo do movimento da sociedade e de suas transformações. A este período, demarcado dito aqui, antecede a sociabilidade burguesa, a luta dos camponeses fora comum com uma base que lutava pelos mesmos objetivos.

Com a composição e avanço da sociedade burguesa e o decesso da sociedade feudal há uma preocupação acerca da organização dos/das trabalhadores/das por parte de Karl Marx e Frederich Engels. Em suas produções intelectuais e cartas escritas os/das autores/das sempre apontaram para a necessidade da classe trabalhadora se organizar coletivamente e fundar seu próprio partido livre da burguesia. Assinalava Antonio Gramsci⁷ acerca da tarefa revolucionária “o sentido da responsabilidade histórica que incumbe à classe trabalhadora e ao Partido que representa a consciência crítica e operante da missão dessa classe” (1978, p. 256).

temos que nos tornar o partido mais poderoso da nação, não só em sentido relativo, mas absoluto, de nos tornar o anti-Estado preparado para substituir a burguesia em todas as suas funções sociais de classe dirigente (Gramsci, 1978 p. 223).

A este respeito O Manifesto do Partido Comunista até os dias atuais se consubstancia como uma bússola tanto para a classe trabalhadora quanto para as produções no campo das ciências sociais e humanas, pois permanece capaz de discutir a necessidade de organização dos trabalhadores a afim de se contrapor aos processos de exploração e dominação. Todavia, vale frisar que as produções respondem as demandas do seu tempo, assim o proletariado classe trabalhadora pensada naquele momento por Marx e Engels (2015) referencia de forma muito tímida o campesinato. Em umas das passagens do Manifesto do Partido Comunista os autores argumentam:

As camadas inferiores da classe média – os pequenos comerciantes, os lojistas e os negociantes aposentados em geral, os artesãos e os camponeses -, todas essas classes caem nas fileiras do proletariado, em parte porque o seu pequeno capital não é suficiente para o grande empreendimento industrial e sucumbe na concorrência com os capitalistas maiores, em parte porque a sua habilidade é desvalorizada por novos modos de produção. De todas as classes da população se recruta assim o proletariado (Marx e Engels, 2015, p. 71 e 72).

Entretendo, apesar da timidez como é tratado o campesinato, nas suas abordagens, Marx e Engels (2015) não deixam de pontuar esta camada da sociedade enquanto classe trabalhadora que está sendo destruída por dois motivos: primeiro porque não dispõe de capital suficiente para concorrer com a grande burguesia e segundo porque suas capacidades de produção são desvalorizadas em face dos novos modos de produção inaugurados pelo sistema capitalista.

⁷ objetivo de Gramsci é muito mais amplo, vai bastante além do Partido e do Sindicato, que têm, como se reconhece, o papel de representar os interesses dos trabalhadores, de ser a sua consciência, mas essas instâncias não podem abarcar o conjunto da classe, não podem expressar toda a atividade e criatividade dos trabalhadores, que constroem diversas instituições sociais próprias (ROIO, Marcos Del, 2020,p.100),)

O desenvolvimento das forças produtivas na Europa e posteriormente nos Estados Unidos foi responsável por uma avalanche de transformações na economia camponesa, a esse respeito Rosa Luxemburgo em sua Obra *A Acumulação do Capital* contextualizou os principais elementos que protagonizaram a destruição da economia camponesa. A esse respeito é pertinente fazer um destaque para o apoio que a burguesia encontrou no Estado durante esse processo de destruição.

Em países da Europa o Estado aluiu o campesinato por meio das elevadas cargas tributárias, da especulação imobiliária e da pilhagem de terras devolutas em favor das empresas ferroviárias. Todo esse movimento forçou a ruptura dos camponeses com a natureza ao obrigá-los a produzir para atender as necessidades do mercado, quando até então se produzia para atender suas necessidades numa perspectiva acerca do valor-de-uso de tudo que era produzido, Rosa Luxemburgo afirma que “A indústria floresceu. Foram-se os tempos em que o pequeno e o médio camponês viviam quase sem dinheiro no bolso, debulhando seu cereal aos poucos e na medida de suas necessidades monetárias” (Luxemburgo, 1985, p. 274).

Este movimento de destruição da economia camponesa se alastrou mundo a fora, Europa, Estados Unidos, África do Sul – expulsou povos tradicionais, camponeses e fazendeiros que não tinham capital para concorrer com a burguesia agrária empresarial, não obstante tornara os indivíduos iludidos ao vender a ideia de que era necessário capital para torná-los capazes de acompanhar a grande burguesia e contraditoriamente os fez reféns dos bancos por meio das altas taxas de juros ao contraírem empréstimos e hipotecarem suas propriedades. Estes elementos verificados no processo de destruição da economia camponesa compõe as contradições inerentes a sociabilidade burguesa, pois

são esses os traços que configuram a dominação capitalista no cenário mundial: primeiro expulsa os camponeses da Inglaterra, depois de lhe arrancar a terra; a seguir os empurra para o oeste dos Estados Unidos; do oeste os empurra para o leste, a fim de – sobre as ruínas da economia indígena – fazer deles, de novo, pequenos produtores mercantis; do leste os desloca para o norte e os arruína outra vez; as ferrovias abriam o caminho e o capital fazia o resto. Assim o capital lidera o movimento e também o encerra como seu carrasco. O encarecimento crescente e geral dos produtos agrícolas sucedeu à queda profunda dos preços nos anos 90, mas o pequeno agricultor americano dele tirou tão pouco proveito quanto o camponês europeu (Luxemburgo, 1985, p. 281).

Nesta mesma direção, Cunha faz a seguinte reflexão:

O campesinato e a sua produção deveriam ser alvo de um trabalho organizado, processo este que paulatinamente o preservasse e o libertasse da opressão do sistema capitalista; mas que também tivesse por objetivo orientar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo. Em última instância, se conduzido por essa via, demonstraria aos camponeses que a preservação de seu *modus vivendi* e de sua reprodução social só poderia ocorrer a partir da superação do espírito de exploração da propriedade individual para a transformação, o

desenvolvimento e o amadurecimento da propriedade e exploração coletivas (Cunha, 2012, p. 28 e 29).

Percebemos que todo movimento abordado até aqui está intimamente ligado a sociabilidade burguesa, e que enquanto houver a lógica da propriedade privada, ainda que pequena, e a produção individual, como é o caso das produções dos camponeses, estes estarão fadados a exploração e presos a lógica produtivista para atender as demandas de mercado.

No cenário dos séculos XVII e XVIII o território brasileiro encontrava-se colonizado. O processo de colonização no Brasil associado a expropriação das terras e dos recursos naturais, além do assolamento que sofreu a população indígena, e a escravidão que os/as negros/as trazidos/as da África foram submetidos/as, se consubstanciam como elementos fundamentais para fortalecer a acumulação primitiva, isto porquê ao tempo em que o capitalismo buscava se aperfeiçoar na Europa os países colonizados tinham suas riquezas naturais canalizadas para os países centrais.

Marx (1985), inclusive extraí desse processo de colonização, a qual foram submetidos os países da África e da América, os elementos que lhe dão bases para compreender e explicar a acumulação primitiva. A esse respeito, Karl Marx assevera que

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são os fatores fundamentais da acumulação primitiva. Os métodos (de acumulação primitiva) se baseiam, em parte, na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição (1985, p. 868).

No caso brasileiro é importante pensar como esses desdobramentos da acumulação primitiva se deram, pois enquanto os/as camponeses europeus e norte-americanos no século XVIII e XIX sofriam com a expropriação dos seus territórios e tinham seus modos de vida alterados, ao tempo em que se viam obrigados a migrar para os centros urbanos, no Brasil o território ainda estava sob domínio colonial, porém subserviente ao capital externo (conforme será visto no item 1.3).

Neste sentido enquanto a sociedade burguesa e as forças produtivas avançavam nos países da Europa contraditoriamente os/as trabalhadores/as mais pobres eram descartados/as pelo modo de produção capitalista. Este movimento contraditório foi responsável pela onda de imigrações ocorridas no século VXII, concomitantemente no Brasil se dava o “esgotamento”

do sistema escravocrata, e segundo Lisboa, este fenômeno é o embrião que vai dá origem ao campesinato brasileiro, pois

Nesse cenário a partir de 1851, intensificou-se a imigração de trabalhadores pobres, dispensados pelo emergente capitalismo europeu. Uma parte foi dirigida para a cafeicultura e canaviais fluminenses e paulistas, integrado ao regime colonato; outros foram na direção do Sul produzir alimentos para as cidades. A aquisição de terras pela compra e a integração ao mercado caracterizava os colonos do Sul. É nesse cenário que nasce o campesinato brasileiro. Sem se negar o genocídio dos povos indígenas e da população africana sequestrada e escravizada pela empresa colonial, o campesinato tem origem nos habitantes originários, nos europeus que imigraram e na população de ex-escravos e mestiços (Santos, 2019, p. 225).

No entanto, é cabível aqui fazer um adendo quanto à formação sócio-histórica do Brasil, pois esta denuncia que a propriedade privada da terra é um empecilho a ser enfrentado uma vez que sua formação sócio-histórica possibilitou a alarmante concentração fundiária que se deu tanto no período colonial quanto no Brasil República.

As capitanias hereditárias e as sesmarias legalizadas pela coroa portuguesa foram formas de garantir a expropriação do território e o acúmulo de riquezas: elementos fundamentais para consubstanciar a concentração da terra no território nacional. Além das capitanias hereditárias e das sesmarias merecem destaque três episódios da história do Brasil, os quais estão alinhados com o modo de produção capitalista, para assim pensarmos rapidamente a propriedade privada da terra no Brasil⁸: Lei de Terras⁹ – 1850, abolição da escravatura – 1888 e Proclamação da República – 1889. Logo,

a lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras. As terras que não se reduziam a condição de propriedade de algum ocupante foram declaradas devolutas, pertencentes ao Estado brasileiro, que fora, evidentemente, conivente com fraudes, títulos e documentos falsificados e alterações topográficas, de modo que a lei pouco se alterou a conformação fundiária nacional e muito menos a correlação de forças políticas no seio do Império. Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso a terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Nestes termos, e ainda com Florestan Fernandes, bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo, a questão agrária (Nakatani, Faleiros e Vargas, 2012, p. 219).

⁸ Neste período, de acordo com estudos, há registros da luta quilombola a exemplo da luta do Quilombo dos Palmares (na Capitania de Pernambuco) que teve como líder Zumbi dos Palmares, morto em 1695. Quanto à luta da população indígena, neste período histórico, os estudos apresentam lacunas tendo uma bibliografia mais vasta a partir do século XIX.

⁹ Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm

Todavia, é válido ressaltar que os dados mais recentes acerca da questão fundiária no Brasil revelam que a estrutura agrária permanece inalterada, haja vista que, de acordo com estudos, o Índice de *Gini* aponta uma concentração de 0,867¹⁰ que é bastante elevada.

Esta concentração na contemporaneidade está intimamente ligada ao modelo de produção capitalista, que no âmbito da propriedade privada da terra, prioriza a produção das *commodities* para atender ao mercado externo, mais uma prova da dependência ao capital externo.

Feitos esses adendos, é possível afirmar que o domínio do latifúndio no Brasil se conforma sob o aval do Estado, o qual coaduna com os interesses das classes dominantes. O que se verifica ao longo das leituras é que a dependência do Brasil ao mercado externo tratou cada vez mais de se sustentar e se fortalecer com a aprovação do estado. A concentração fundiária é o carro chefe desta dependência, capaz de gerar excedentes, expropriar e suplantar as comunidades tradicionais, explorar a classe trabalhadora, controlar os recursos naturais e agregar valor-de-troca a tudo que é produzido.

A este respeito convém salientar que a burguesia compunha os partidos políticos como uma estratégia de domínio, e de encontro a esta ordem em março de 1922 foi criado o PCB – Partido Comunista Brasileiro, o qual criou em 1940 as Ligas Camponesas. Segundo Araújo, “O PCB foi o responsável pela criação das primeiras Ligas Camponesas com o objetivo principal de organizar as massas dos trabalhadores rurais para protestar contra os grandes proprietários de terras, os latifundiários. Tal organização iniciou-se ainda nos anos de 1940.” (Araújo, 2016, p. 2).

No período ditatorial, sob a promessa do Milagre Econômico¹¹, ficou ainda mais evidente que tanto a classe trabalhadora quanto as riquezas naturais estavam sendo surrupadas pelo capitalismo. O avanço das forças produtivas tanto na cidade quanto no campo, com ênfase na expansão do capitalismo no campo, implicou na ampliação das ligas camponesas, principalmente no Nordeste brasileiro, pois nesta região havia uma alarmante concentração de terras além da exacerbada exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

Ao tempo em que avançara a força das ligas camponesas o PCB sofria ataques e ameaças sob a disseminação da ideia de demonização do partido, haja vista sua possibilidade de ascensão entre as massas camponesas e demais trabalhadores o partido foi posto a ilegalidade por duas vezes, sendo a primeira no governo Vargas e a segunda no governo Dutra. Este período foi marcado por uma luta constante contra a ordem vigente.

¹⁰ Ver dados em [liv101773_cap2.pdf \(ibge.gov.br\)](#)

¹¹ A esse respeito ver OS DESPOSSUÍDOS de Sérgio Henrique Abranches.

Registros apontam que no início do século XX que surgem os primeiros sindicatos e as primeiras conquistas referentes à legislação trabalhista, porém se nas áreas urbanas apenas algumas categorias¹² tiveram acesso à garantia desses direitos, na zona rural os trabalhadores só tiveram estas garantias regulamentadas na década de 60, contudo reservadas somente aos homens.

No âmbito das políticas de desenvolvimento rural é possível demarcar 06 (seis) períodos: 1930 – 1945 primeira era Vargas, 1945 – 1964 democracia populista, 1964 – 1974 autoritarismo burocrático, 1974 – 1985 distensão e transição democrática, 1985 – 1990 nova república – governo transição e 1990 – 2002 democracia representativa e participativa.

É na segunda fase (1945 – 1964) mais propriamente na década de 1950 que se erguem os movimentos de trabalhadores/as rurais como forma se opor ao modelo das políticas de desenvolvimento rural as quais atendiam exclusivamente os interesses do capitalismo, nesta direção Fonte (2006, p. 59) pontua que “A década de 1950 foi marcada pela emergência das lutas do campo e pela organização do movimento sindical de camponeses e trabalhadores rurais, reivindicando, sobretudo a redistribuição de terras e a instauração dos direitos trabalhistas”,

Nesse cenário os camponeses se organizam contra a ordem vigente, e principalmente contra ditadura. Estas lutas emergem em decorrência da expansão do capitalismo no campo que se dá por meio da chamada revolução verde e da inserção dos pacotes tecnológicos, que tornara as camponesas e camponeses presos aos interesses burgueses e como consequência se funda no trabalho alienado, além da produção de mais-valia, pois

La “modernización” de la agricultura brasileña está dentro de un proceso de integración del sistema de producción y distribución de mercancías agrícolas brasileñas, subordinada a un proceso de acumulación de capital a nivel global/mundial, principalmente en los países centrales (Lima e Pereira, 2019, p.97).

Por esta razão, Rosa Luxemburgo assevera que

O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil. O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado (Luxemburgo, 1985, p. 275)

¹² Categorias beneficiadas pela legislação trabalhista: Ferroviários e Marítimos.

A dependência da economia brasileira aos países centrais faz o capitalismo se estabelecer de forma mais severa e brutal, o que veremos no item 1.3 ao discutir acerca da teoria da dependência.

Nesta direção o Estado Brasileiro atravessa séculos e preserva a sua economia a serviço do capital externo, porém na fase monopolista esta submissão agrega fatores cada vez mais desiguais para a classe trabalhadora e mais combinados¹³ para o acúmulo dos super lucros. Octavio Ianni infere que,

A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo [...]” (Iani, 2019, p. 94).

Desta forma, o item a seguir nos apresenta os elementos do capital na sua fase atual e nos coloca diante de uma reflexão acerca da expropriação da classe trabalhadora em face do capital rentista.

1.3 Capital rentista: expropriação da classe trabalhadora

O advento do capitalismo foi responsável por transformações severas não somente na dinâmica da sociedade, bem como nas formas de vida da classe trabalhadora. Suas fases: comercial, industrial e imperialista/financeiro, demarcadas em diferentes períodos históricos, com específicas formas de organização, produção e reprodução rebatem no cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores de todo o globo, que, historicamente, necessitam prover o seu sustento e, inclusive, dispor de condições para vender sua força de trabalho a qual foi transformada em mercadoria pela ordem burguesa. A esse respeito “A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção, e, desse modo, todas as relações sociais” (Marx e Engels, 2015, p. 66).

Sob a luz da afirmação retro, o capitalismo monopolista, na sua fase tardia, demarcado no pós-Segunda Guerra Mundial, provocou bruscas alterações na sociedade, na fase em que o capital hegemônico dos países do centro não tinha uma organização que lhes distanciasse da sociedade de classes, muito pelo contrário, os elementos da sociabilidade capitalista são reafirmados sob o aval da pactuação entre Estado e oligarquias financeiras na condição de regulador da economia.

¹³ Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotski : tratar a parte da expansão do modo de produção capitalista no conjunto do mundo para estabelecer este processo de diferenciação (Trotski, 1977).

Sua natureza permanece a mesma, a lei do valor não está superada, todavia na era dos monopólios suas formas de organização concentram maiores esforços para garantir a acumulação de superlucros, por meio da tecnologia, redução de custos da produção, aumento da produtividade, minimização da concorrência e, não obstante, nessa fase foram construídos mecanismos a fim de evitar a entrada de capitais menores o que resulta numa maior longevidade dos monopólios. De acordo com Mandel,

sob o capitalismo monopolista – do qual o próprio capitalismo tardio é apenas uma fase – é o tamanho gigantesco dos “monopólios” ou, em outras palavras, a acumulação de alguns de seus “muitos capitais” em dimensões astronômicas, que constitui uma barreira formidável à entrada em setores monopolizados, e assim aumenta a duração da apropriação dos superlucros (Mandel, 1985, p. 371).

O movimento então, supracitado é composto por elementos fundamentais para a manutenção da ordem burguesa, que transcendem o que está posto aos olhos - não se quer, aqui, ater-se à propriedade privada -, que é o núcleo duro da sociedade capitalista, mas suscitar as peças que compõem esse quebra-cabeça que é o seu sustentáculo: mais-valia, taxa de lucro, força de trabalho, enquanto mercadoria, salário, produção, circulação, valor de troca, capital orgânico entre outros.

De todas as peças, a mais-valia seguida da taxa de lucro ocupam um lugar privilegiado dentro do quebra-cabeça da sociedade de classes, pois são os pivôs da garantia do acúmulo de capital, que determinam a conformação do exército industrial de reserva e, portanto, capazes de alterar a dinâmica das demais peças, visto que a flutuação da mais-valia incide diretamente tanto na taxa de lucro quanto nos salários dos/das trabalhadores/das.

Mandel, em sua frutífera obra, *O Capitalismo Tardio*, infere que

O mecanismo inerente ao modo de produção capitalista, que normalmente conserva dentro de limites o aumento no valor e no preço dos salários, é a expansão ou reconstrução do exército industrial de reserva ocasionada pela própria acumulação de capital, isto é, pelo aparecimento inevitável em períodos de alta salarial, de tentativas no sentido de substituir em grande escala a força de trabalho vivo por maquinaria. A queda na taxa média de lucros resultante de um aumento na composição orgânica do capital e dos salários em alta tem o mesmo efeito. Se a taxa de lucros cair abaixo do nível necessário para promover uma contínua acumulação de capital, esta última cederá abruptamente; na depressão resultante a demanda da mercadoria força de trabalho cai com rapidez, e o exército industrial de reserva é reconstruído, detendo dessa maneira o aumento de salários ou provocando a sua queda (Mandel, 1985, p. 106) .

Conforme já foi dito, é importante colocar que, em nenhuma das suas fases, o capitalismo conseguiu superar a lei do valor, razão pela qual seu ordenamento demanda constante “nova conformação”, a exemplo da dominação dos territórios externos, sendo estes

chamados de países periféricos, em razão de suas forças produtivas não terem avançado, em consequência da subordinação e colonização imposta pelos países centrais. A esse respeito o intelectual Ruy Mauro Marini, em uma de suas fecundas obras (Marini, 2011) apresenta uma importante análise pautada na Teoria da Dependência, que aponta os elementos-chave para compreender como ocorre a dependência dos países latino-americanos em relação aos países de capitalismo central; inclusive, para o autor, não existiu no Brasil pré-capitalismo, pois, uma afirmação desta natureza levaria a uma análise incoerente e que desconsidera a categoria totalidade do materialismo-histórico-dialético.

Sob este prisma, as classes trabalhadoras dos países latino-americanos estiveram na base da pirâmide, ao canalizar riquezas através de sua mão de obra para os países europeus, especialmente a Inglaterra, por meio do abastecimento do mercado externo com a oferta de alimentos e matérias-primas destinadas à manufatura, a baixos custos. Desta forma, ao tempo em que as forças produtivas avançavam na Europa, com o capitalismo industrial constituído e com a gestação do capitalismo monopolista em curso, países latino-americanos, como o Brasil, participavam de maneira subordinada, mas bastante acentuada desse processo feroz e incessante pela busca da acumulação de riquezas e dominação dos territórios da periferia.

Assim, a partir do esgotamento da Era de Ouro, classificada por Mandel (1985) como “onda longa” de expansão o que se assistiu foi o aprofundamento da dependência dos países latino-americanos em detrimento da depressão econômica que solapou a acumulação capitalista nos países centrais nas fases pós-guerras. É imprescindível abrir um parêntese e situar que, na fase da Era de Ouro, a classe trabalhadora foi acometida pela apatia em torno do seu poder de mobilização, haja vista os mecanismos controladores e pacíficos (estratégia antagônica, mas positiva) utilizados pelo capital: o pleno emprego e o poder de compra foram os principais responsáveis pela situação. A mais-valia, antes produzida somente nos chãos das fábricas, passou a ser produzida pelo poder de compra da classe trabalhadora, que transferiu o mais-valor de forma satisfatória enquanto adquire bens de consumo supérfluos.

Nos países latino-americanos a dependência é aprofundada a partir do processo de industrialização implantado no território com vistas a atender o mercado externo. Nesse panorama Ruy Marini argumenta que,

é a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. **A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação**

supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.
[...] (Marini, 2011, p. 134 – 135 grifo meu).

O que Ruy Mauro Marini¹⁴ vê como possibilidade para o fim da dependência latino-americana é a supressão das relações de produção envolvidas nessa trama, ou seja, o fim das relações de produção capitalista; no entanto, como foi dito anteriormente, a América Latina contribuiu de forma eficaz para a acumulação de capitais dos países do centro os quais, portanto, adquiriram mais força para atuarem sobre as nações da periferia.

Não obstante as contradições inerentes a esse modo de produção capitalista que se dá principalmente por meio da lei do valor não permitem o fim das suas crises, quando muito consegue é prolongar o espaçamento entre seus ciclos; desse modo, de acordo com Iamamoto, “O capital como sujeito não-antropomórfico, no seu processo de acumulação, depende de uma série de metamorfoses (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria), cuja necessidade não depende da escolha dos homens, mas da lei do valor e da valorização” (Iamamoto, 2007, p. 52).

Como saída para a manter a acumulação das riquezas foi inaugurada a era tardia/madura do capitalismo monopolista, que caiu como uma luva para os países hegemônicos manterem a perpetuação da dependência dos países latino-americanos, a qual está centrada na superexploração da classe trabalhadora. Assim, Marini (2011) identifica três mecanismos a esse respeito: “[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2011, p. 149), dessa forma a relação capital-trabalho no território latino-americano é selvagem, ferócia e extremamente atrasada.

A superexploração é o mecanismo pelo qual se produz o mais-valor em virtude da diferenciação de preço das mercadorias em relação aos países de capitalismo central e que é arrematada pelos baixos salários que são pagos aos trabalhadores, assim estes são explorados sucessivamente. De acordo com Marini:

¹⁴ Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi um intelectual brasileiro que compôs um dos mais importantes grupos teórico-político da década de 1960 – formado por Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e outros –, dedicando-se à formulação de uma nova interpretação a respeito das específicas condições do desenvolvimento capitalista na América Latina. Para além do campo teórico, esses intelectuais tinham uma preocupação central com a prática política, enquanto instrumento essencial para a superação dos gargalos ao desenvolvimento social, próprios do sistema capitalista de produção. Assim, a dedicação desse grupo de intelectuais à tentativa de propor uma interpretação do capitalismo latino-americano tinha o objetivo de construir fundamentos teóricos para a prática política da esquerda, a qual permitisse a compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos que resultavam na conformação de uma estrutura econômica fundada na consolidação das relações de dependência. As teses elaboradas por esse grupo resultaram na criação da teoria marxista da dependência (TMD)DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Teoria marxista da dependência: a contribuição teórica de Ruy Mauro Marini. 31n.1p.131-1562021 Nova Economia.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (2011, p. 154 – 155).

Se, inicialmente, o Brasil não detinha forças produtivas desenvolvidas e exportava alimentos e matéria-prima para a Europa a baixos custos, agora passou a importar capital, enquanto assume dívidas a fim de constituir suas forças produtivas, o que, para os países centrais, é a garantia da manutenção da dependência associada à acumulação capitalista. Esse movimento escancara a face contraditória da sociedade burguesa, sob o aval do Estado que solapa, não somente a classe trabalhadora, mas também as nações periféricas, mediante a dominação desses territórios.

Contraditoriamente, porém, o citado movimento tende a suprimir as lutas de classes, enquanto torna invisível o processo de superexploração e expropriação, a partir da sua nova formatação na fase mundializada do capital: a era dos ativos, do capital portador de juros, dos dividendos e dos rentistas. A esse respeito, Virgínia Fontes (2010) faz a seguinte afirmação:

Massas incontroláveis de capital fictício, estreitamente coligadas com as demais formas do capital, promovem intensa destruição social, ambiental e humana ao perseguirem e inventarem maneiras de converter a atividade humana em trabalho, ou seja, em forma de extração de mais-valor (Fontes, 2010, p. 303).

Uma era inaugurada sob os holofotes da centralização e concentração de capitais gerenciados por poucos e escassos grupos financeiros. Assim,

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção e bens e serviços. [...] (Chesnais, 2005, p. 37).

Trata-se de uma fase na qual o ser humano e suas necessidades são profundamente anuladas em detrimento do avanço do novo modelo de finança, totalmente desregulamentada e livre para realizar suas operações, o que Mandel (1985), na década de 1980, alertou ser um paraíso fiscal, pois a ação reguladora do Estado é, na verdade, uma *pseudo* regulação, uma vez que as instituições financeiras têm liberdade para atuar de qualquer parte do mundo ao realizarem importações de capital, sob a perspectiva de ampliação de mais-valor, “Deu-se um

duplo presente às rendas elevadas: beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas” (Chesnais, 2005, p. 41).

Sob a pressão das dívidas, os estados passaram a adotar medidas de ajustes que rebateram na redução dos seus investimentos nas políticas sociais, e subordinam toda dinâmica da sociedade em face da acumulação e especulação financeira. Tal comportamento imprimiu novamente a face contraditória do sistema capitalista, a qual sob esse prisma, François Chesnais aponta que,

nos países chamados “em desenvolvimento” (PED) ou “de industrialização recente” (*new industrializes countries*, NIC), a dívida tornou-se uma força formidável que permitiu que se impusessem políticas ditas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de desindustrialização em muitos deles. A dívida levou a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países centrais sobre os da periferia (Chesnais, 2005, p. 40).

Nesse sentido, Marilda Yamamoto infere que,

Assim, o capital internacionalizado em amplo movimento de concentração e centralização da propriedade das empresas expande sua face financeira e especulativa, com irrestrita liberdade de operar sem regulamentações. É acompanhado da redução da capacidade contratual da força de trabalho, do aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e da periferia. Referendado e apoiado pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura. Potencia as mistificações – o mundo dos seus fetichismos –, tornando opacas das relações de exploração e subordinação política que mantém com trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e sua desagregação (Yamamoto, 2007, p. 53).

Em face do exposto até aqui, nesta reflexão, é possível perceber que em nenhuma das suas passagens históricas o capitalismo se curvou diante das necessidades objetivas das classes trabalhadoras, quando muito fez foram concessões a fim de subsidiar, de forma pacífica, a incorporação de novas formas de exploração e expropriação.

Assim, o que se verifica é uma constante usurpação da vida humana em detrimento da valorização de capitais, cada vez mais centralizada e centrada, sob a pretensão de invisibilizar suas novas formas de produzir mais-valia que, no estágio dos monopólios (na era da financeirização), está mais fortalecida em razão do protagonismo e da potência dos capitais portadores de juros; a esse respeito, segundo Krein (2001, p. 16) “Ela cresce, nos últimos vinte anos, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, do PIB (inclusive dos países da OCDE), ou do comércio exterior”.

Logo, ao tempo em que a financeirização não permite ser vista a “olho nu”, pois é um parasita que se camufla nas relações sociais, ela provoca um abismo cada vez maior entre a classe trabalhadora e a burguesia, assim como coloca as nações periféricas em posições cada

vez mais inferiores e subalternizadas em relação aos países de centro capitalista. Desta forma, a hegemonia burguesa adota estratégias cada vez mais nefastas para se manter no topo da pirâmide, bem como para superar as crises, a exemplo da expropriação dos direitos sociais que sofrem constantemente com o desfinanciamento das políticas sociais. Sob este viés, um dos principais alvos é o fundo público, que, de acordo com Costa,

O fundo público funciona como um elemento necessário ao capital e no processo de financiamento das políticas sociais sobram migalhas a serem geridas para a efetivação de alguns direitos. Estamos em um momento de perdas históricas para a classe trabalhadora que vivenciará patamares mais profundos da superexploração. (2017, p. 960).

Conforme o exposto, na era globalizada, a principal saída para desafogar a crise do capital está centrada na expropriação do fundo público, pois “no capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas” (Salvador, 2010, p. 622). Este tem sido o movimento do “capital que rende juros, capital que se valoriza extrapolando a esfera produtiva expropria as alternativas à luz da dinâmica da financeirização (Fontes,2010).

Outra alternativa presente na cena contemporânea, que busca alcançar a saída da crise, tem sido as renúncias fiscais validadas pelo Estado, as quais têm como objetivo manter as taxas de lucros das grandes empresas. Essa alternativa, todavia, se coloca como uma ação benevolente amparada no discurso da geração de emprego e renda, mas, na sua essência, tem sérias implicações para sociedade uma vez que contribui para a redução da arrecadação de impostos que deveriam ser revertidos para garantia dos direitos sociais. Outrossim, Salvador (2017, p. 437) afirma que “As renúncias tributárias comprometem o financiamento da seguridade social, como os fundos de participação dos estados e dos municípios, que são formados a partir da arrecadação dos impostos federais”.

Assim, são reflexos destas alternativas de saída das crises os ajustes estruturais impostos pelos órgãos de financiamento, as contrarreformas cada vez mais severas, o desfinanciamento das políticas sociais, os constantes ataques a cultura e aos movimentos sociais, assim como a lógica da individualização que tensiona os projetos coletivos. Destarte, caminha-se na direção da docilidade, apassivamento e controle social dos sujeitos coletivos,

sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O rebaixamento da pauta

política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou a burocratização das organizações construídas na década de oitenta (Sampaio Jr. 2006,p. 72)

Nesta direção, em face dos marcadores de gênero, as mulheres constituem-se como principais alvos destas reflexões, pois em razão do machismo e do patriarcado arraigados na sociedade brasileira e até então não superados, a atual conjuntura tem promovido lacunas ainda maiores quanto as desigualdades entre homens e mulheres. Não obstante, a lógica da competitividade age neste cenário a favor do capitalismo, assim a mulher está exposta as mais diversas formas de superexploração, ainda mais subjugadas as ríspidas expressões da questão social encontra-se a mulher negra (Martins). Heleieth Saffioti indica que:

Na fase de implantação do capitalismo o gigantesco arsenal mecânico, destinado a eliminar trabalho humano, absorve imensas quantidades de força de trabalho: de homens, mulheres e crianças. O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe de família não porque a nova sociedade tenha subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração (Saffioti, 2013, p. 69).

O capitalismo tende a se aperfeiçoar em suas estratégias de superacumulação, e nesse sentido adotar novas roupagens a fim de garantir a acumulação, e assim, tornar seus interesses universais. Este plano escamoteia a luta de classes e naturalmente a luta das mulheres, sejam estas do campo ou da cidade, da floresta e das águas, em cada território a fragilização da luta se faz presente, pois no atual estágio do capital sob a égide da globalização as crises e os seus reflexos espalham-se rapidamente, haja vista o seu caráter mundializado assim, o próximo capítulo abordará, de forma pontual, acerca dos movimentos sociais com ênfase no movimento feminista camponês e no Movimento Popular de Saúde – MOPs, além de trazer elementos que fundamentam a resistência do territórios, por meio da luta do projeto popular contra o projeto hegemônico, ao tempo em que fará um *link* com políticas sociais nos moldes da agenda (utra)neoliberal à luz dos interesses do capitalismo.

CAPITULO II

2.MOVIMENTOS SOCIAIS E MULHERES CAMPONESAS NA CONTRACORRENTE DA HEGEMONIA BURGUESA

O avanço do capitalismo e suas novas formas de organização, além da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, exigiu da classe trabalhadora um novo ordenamento. Até então, de acordo com a literatura, os únicos movimentos sociais registrados eram os clássicos: sindicalismo, partidos socialistas e as Associações Internacionais de Trabalhadores, isto no cenário dos países centrais.

Todavia, no Brasil em face da sua formação sócio-histórica a estruturação da classe trabalhadora se dá a partir do movimento do capital na Europa e nos Estados Unidos com a expulsão dos/as camponeses/as de suas áreas e com as demissões em massa dos/as operários/as em razão da substituição mão-de-obra pelos maquinários. Segundo Eduardo Montaña e Lúcia Duriguetto

um dos elementos fundamentais para a formação da classe trabalhadora no País foi a vinda de operários imigrantes europeus (que já haviam tido contato com as lutas operárias em seus países), a partir de fins do século XX. Suas influências incidiram nas concepções políticas e ideológicas dos trabalhadores brasileiros e nas formas de organização de suas lutas, em especial, *os anarquistas* (Montaña e Duriguetto, 2011, p. 234).

A presença dos imigrantes junto as organizações dos movimentos de trabalhadores no Brasil foi alvo de repressão, pois sobretudo, se colocara como uma ameaça ao capital estrangeiro que até então via no Brasil um terreno fértil e de portei ras abertas para ser superexplorado. Neste sentido as organizações de luta do proletariado se concentravam na defesa pelos direitos dos/as trabalhadores/as urbanos/as, como já foi mencionado capítulo anterior.

Assim, o presente capítulo reafirma a capacidade da sociedade burguesa de modificar suas formas de exploração e acumulação frente as crises, ao tempo que aponta para a resistência do projeto popular que caminha na direção contrária da corrente hegemônica, da lógica das privatizações, usurpação e expropriação da natureza e da vida.

Logo, este capítulo empreenderá uma abordagem acerca do movimento feminista camponês no Brasil, sob a perspectiva dos paradigmas dos movimentos sociais de classes e fará um *link* com as políticas sociais e os territórios rurais, no contexto da expansão do capitalismo campo, orquestrado pelas políticas macroeconômicas e que tem como linha de frente a burguesia agrária empresarial sob as diretrizes do grande capital mundial regido pela agenda da oligarquia internacional (Mészáros,2018).

2.1 O movimento feminista camponês no Brasil

A abordagem do item 1.2, no capítulo anterior, tratou acerca das bases de formação do campesinato e a respeito da concentração fundiária no Brasil e apontou elementos que fundamentam o debate, todavia é imprescindível situar que, inicialmente, no âmbito das ligas camponesas estiveram à frente destas organizações os camponeses homens, pois para as mulheres era reservado o espaço doméstico, o que não anulou a participação das camponesas neste movimento, pois segundo Luciana Calaça “A história de luta e organização das mulheres camponesas no Brasil, data de antes dos anos 1960” (Calaça, 2021, p. 45).

A partir dos anos 1960, marco das forças autocráticas burguesas, sob a égide da ditadura civil-militar registrou-se que a luta do movimento feminista no Brasil, não se debruçou apenas sobre as problemáticas peculiares de um grupo específico de mulheres, a exemplo das camponesas, a opressão de gênero e o poder exercido por homens na elaboração e execução das políticas no campo. Cabe salientar que estas coadunaram com o entendimento de que as mulheres eram incapazes de ocupar espaços públicos e de participar dos processos de tomadas de decisões, fatores estes que também validaram a invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres nas áreas rurais. Neste sentido, Passos assevera que

na zona rural, o valor do trabalho é medido pelo esforço físico despendido. O do homem é considerado como mais importante porque é mais “pesado” e o da mulher como de menor valor, por ser considerado “trabalho leve” quando, de fato **sabe-se que elas realizam tanto o trabalho produtivo, quanto o reprodutivo e grande parte do comunitário** (Passos, 2000, p. 8 grifo meu).

Com a participação das mulheres negada nos espaços de luta e na esfera pública, Lima infere que “Para boa parte das pessoas, participar dos movimentos era considerado um risco moral para as mulheres, pois podiam ficar ‘faladas’. O entendimento generalizado era de que as responsabilidades da mulher eram na família, com os filhos, com o lar” (Lima, 2006, p. 110).

Diante dessas relações de desigualdades e subordinação que foram construídas historicamente em desfavor das mulheres e em face da emergência das lutas coletivas pela derrocada do regime autoritário, a década de 1980 foi marcada por reivindicações de camponesas que buscavam a promoção da igualdade de direitos e inclusive o direito de acesso à terra.

Segundo Silva:

As mulheres camponesas estão espalhadas por todo o Brasil, nas várias regiões de geografias e costumes culturais diferenciados. São agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas, parceiras, mulheres índias, negras, descendentes de europeus, juntas compõem a diversidade do nosso país. Pertencentes à classe trabalhadora, têm como objetivo comum a luta em favor da causa feminista e da transformação da sociedade (Silva, 2016, p. 44 e 45)

Dada à conjuntura da época retrocitada, as representatividades camponesas despertaram a consciência de que era necessário ampliar o debate sobre as questões que as cometiam em seu cotidiano:

Importante situar que de acordo com Oliveira e Paula

Na América Latina, a pobreza rural aparece nos discursos hegemônicos como consequência do atraso e da falta de modernidade no setor agrícola. Nesta região, especialmente desde 1980, observaram-se processos de privatização e de abertura das economias ao capital estrangeiro com efeitos diretos na agricultura. Tais investidas aprofundaram a desigualdade social e a concentração de terras (Oliveira e Paula, 2017, p. 7).

Nesta direção, na década de 1980 as organizações de trabalhadores rurais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Comissão da Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA entre outros passaram a contar com a participação de mulheres, pois “Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo” (Movimento de Mulheres Camponesas, *online*)

Neste sentido no que se trata da participação das mulheres junto aos movimentos camponeses as autoras do livro eletrônico *Feminismo Campesino Popular: reflexiones a partir de experiencias en el movimiento de mujeres campesinas de Brasil* (MMC), argumentam que

como mujeres, vivíamos en el anonimato y estábamos invisibilizadas a pesar de participar ampliamente en este proceso de lucha por el fin del golpe militar, contra el hambre, las desigualdades y las injusticias impuestas por la perversidad del capitalismo y del patriarcado. Fue justamente en ese contexto cuando empezamos a reunirnos y a discutir la realidad de los diversos lugares del Brasil; unas antes y otras después, fuimos dándonos cuenta de que sólo superaríamos las maldades y los dolores, surgidos por tantas opresiones y violencias a las que estábamos sometidas, con lucha política y organización (Lorenzoni, Seibert e Zolle, 2019, p. 14).

Apesar da luta das mulheres camponesas ser uma luta mais recente e tardia, em razão da formação sócio-histórica brasileira, trata-se de um movimento que não está restrita apenas

ao direito à terra e se configura como uma luta política sobretudo, frente aos conflitos agrários decorrentes-da expansão do capitalismo no campo, pois se consubstancia como uma luta de maior amplitude em defesa da vida, da sobrevivência da família e da comunidade, pelo acesso à educação, a saúde e em defesa do uso livre dos recursos naturais e principalmente pelo direito de não terem seus modos de vida alterados em detrimento do capitalismo. Neste sentido, a camponesa E4 a partir das suas experiências junto ao movimento quilombola, argumentou que a luta das mulheres transcende a pauta do direito à terra e fez a seguinte fala em relação aos projetos que beneficiou a comunidade a partir da luta coletiva:

Esse daí que veio diretamente para a comunidade. **Cada um ter uma casa, porque aqui era uma comunidade pobre, pobre. Ninguém tinha nada**, eram poucos que tinham um salário. Só os mais velhos que eram aposentados que sustentavam os outros e graças a Deus, **depois da luta da gente mudou**, era muito diferente. (E4, grifo meu, maio/2023)

Segundo o MMC,

nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero (MMC, *online*).

No Nordeste, na década de 1980, no estado do Maranhão/MA, por exemplo, registrou-se a luta das quebradeiras de coco babaçu em defesa do uso livre desse recurso vegetal como uma forma de enfrentamento e resistência à violência imposta pelos fazendeiros. Já no município de Alagoa Grande no estado da Paraíba/PB foi registrada a luta liderada pela sindicalista Margarida Alves¹⁵, contra a burguesia agrária empresarial da época.

Cabe registrar aqui uma importante manifestação que ocorre, anualmente, desde o ano 2000, em Brasília, e que leva o nome da sindicalista retrocitada, que é a Marcha das Margaridas¹⁶, a qual tem uma grande capacidade de mobilização política junto as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais de diferentes organizações e movimentos sociais.

¹⁵Sindicalista e defensora dos direitos humanos. Uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. A sindicalista foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, na época com 40 anos, tendo grande repercussão nacional e internacional, chegou a ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Virou símbolo da luta sindical no Brasil: “Da luta não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome.” Durante o período em que esteve à frente do sindicato local de sua cidade, foi responsável por mais de cem ações trabalhistas na justiça do trabalho regional, tendo sido a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba durante a ditadura militar. <https://www.cese.org.br/margarida-alves-presente>

¹⁶ Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de diferentes organizações parceiras, movimentos e organizações feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais Sindicais e organizações internacionais que articulam e mobilizam mulheres em torno de diferentes questões que nos permeiam. <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=oquee>

É pertinente asseverar que somente em 2004 as mulheres camponesas conseguiram se unir a único movimento o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas e que “O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas nas outras organizações das quais faziam parte, pois suas demandas estavam sempre em último plano, ou até mesmo eram desconsideradas” (Calaça, 2021, p. 47).

Assim a respeito da consolidação do MMC o mesmo pontua:

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. (MMC,2024, *online*).

É inegável que a existência e resistência dos movimentos sociais é uma resposta ao momento histórico. Nesta direção o item a seguir faz uma abordagem sobre mulheres camponesas em contextos rurais ao tempo em que faz um *link* com a lógica dos interesses produtivistas.

2.2 Mulheres em contextos rurais ante os interesses produtivistas

Sendo os contextos rurais espaços marcados pela opressão que tensiona a vida das mulheres que vivem nestes territórios é pertinente, primeiro, pontuar que os elementos sócio-históricos nos permitem compreender como as políticas do campo foram delineadas e definidas. Para isto devemos considerar que as raízes do patriarcado produzem reflexos em diversos contextos e esferas e como consequência desses reflexos as mulheres são subalternizadas e anuladas em detrimento da dominação masculina, isto se dá em decorrência da conformação de hierarquias que se constituem em relações de poder, tais relações não são uniformes e se delineiam de maneiras distintas em cada espaço.

No caso das mulheres camponesas que compõem os grupos de unidades produtivas em regime de economia familiar os principais desafios a serem enfrentados são a falta de acesso à propriedade da terra, que se desdobra na impossibilidade de comprovar o exercício das atividades rurais para fins de acesso a benefícios, e a falta de reconhecimento do trabalho feminino, o qual é mascarado a partir do *status* de “ajuda” tanto pela ausência da remuneração

direta quanto pelos papéis que são designados às mulheres: o da reprodução e do cuidado, principalmente a vida privada do cotidiano do lar.

A este respeito, durante a aplicação das entrevistas, uma das lideranças entrevistadas expôs a resistências dos homens em aceitar que suas esposas participem de debates coletivos, principalmente se estes ocorrerem fora da comunidade, segundo a liderança comunitária:

Levei ela para a Paraíba, levei ela para Salvador, levei ela para Aracaju para uma reunião que teve lá, ali em São Cristóvão. Aí, ficamos lá quando chegou aqui ele: cadê o dinheiro? Não, a gente foi para uma pesquisa lá com as parteiras. Aí, depois, você não vai mais, que eu não vou ter uma mulher para andar, disse até uma doídice, para andar igual gente besta sem ganhar nada. Aí ele tirou ela. (E1, grifo meu, maio/2023)

Ainda em continuidade nesta direção é importante considerar que a ideia de ajuda quanto ao trabalho desempenhado pelas camponesas reforça o estereótipo de que não cabe as mulheres o espaço público, e por fim a noção de ajuda está respaldada divisão sexual e social do trabalho.

A referida falta de reconhecimento do trabalho da mulher desencadeia uma série de fatores que são naturalizados no bojo das nas relações de gênero e são responsáveis pelas gigantescas disparidades que permeiam a vida das mulheres quando comparadas aos homens. De acordo com Scott (2010, p. 23) “A noção da compreensão do trabalho feminino na roça e em atividades de auferir renda e recursos para sustento como “ajuda” persiste sendo mais acentuada em contextos nos quais predomina a agricultura familiar”.

Historicamente a divisão das tarefas no meio rural se constituiu a partir das suas representatividades e capacidade de auferir renda, por exemplo, as atividades de avicultura, ovinocultura, caprinocultura, produção de plantas medicinais, laticínios, hortaliças, frutíferas e afins são de responsabilidade das mulheres, pois se destinam ao consumo do próprio grupo familiar e não gera renda direta. São tarefas consideradas capazes de serem desenvolvidas no âmbito privado, pois sempre são executadas nos entornos da residência, como uma forma de garantir a conciliação das mesmas com os trabalhos domésticos e cuidados com os filhos.

Todavia quando tais atividades passam auferir alguma renda e geram a necessidade de estabelecer relações comerciais (compra e venda), acesso a créditos e a assistência técnica à figura masculina ocupa este lugar e conduz a tomada de decisões, o que se verifica, portanto é a forte presença da cultura de gênero que é materializada nestas relações permeadas pela dicotomia e divisão de papéis que se conformam sob o discurso que se sustenta na “incapacidade da mulher de gerir e prover”, segundo Oliveira e Almeida (2010, p. 254), “Isso

é o que se chama de cultura de gênero, que na tradição das sociedades ocidentais designa às mulheres o limite do espaço privado, no qual não se criam direitos políticos nem cidadania; e cabe ao homem o domínio dos espaços públicos – espaços da produção”.

É a partir desse cenário de desigualdades que movimentos de mulheres lutaram pelo estabelecimento de estratégias capazes de delinear condições de igualdade para mulheres camponesas, os principais marcos históricos mundiais na luta pelos direitos das mulheres camponesas foram: Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) em 1979 que trouxe dois artigos específicos tratando sobre mulheres rurais; ainda em 1979 foi elaborada a Carta do Campesinato, fruto da I Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CMRADR) da ONU; em 1995 ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher e de acordo com Butto e Hora (2010, p. 126) “A Plataforma de Ação, um dos documentos aprovados, identifica os obstáculos e propõe objetivos estratégicos e ações para a efetivação dos direitos das mulheres”, pois apesar das recomendações e pactos que são frutos de conferências anteriores o efeito positivo sobre a vida das mulheres rurais ainda era parco. Desse modo é possível verificar esforços na agenda internacional a fim de garantir igualdade às mulheres rurais, todavia os esforços se esbarram numa problemática maior: o capitalismo.

No cenário brasileiro o grande marco na busca pela igualdade entre homens e mulheres foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 com destaque para os artigos 5º, 189, 226 §5º; outro avanço se deu com o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o qual criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, todavia a face machista e patriarcal do Estado brasileiro não permitiu a garantia de igualdade as mulheres. A propriedade, ao acesso aos créditos, a assistência técnica e a participação política permaneceram tensionadas pelo capitalismo a partir das orientações das agências de fomento e financiamento.

A Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001 do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário sob a perspectiva de combater a feminização da pobreza rural, determinou que minimamente 30% (trinta por cento) dos créditos do PRONAF no exercício/plano safra de 2001 fossem destinados para mulheres camponesas, além de apontar percentuais mínimos quanto o acesso à assistência técnica e capacitação além da concessão de títulos de terra, e trouxe ainda recomendações para que no ano seguinte fossem criados mecanismos que garantissem a igualdade entre homens e mulheres que vivem em regime de economia familiar em contextos rurais, e aponta as seguintes justificativas para a instituição da referida portaria:

Considerando que a feminização da pobreza é um grave problema nos países com economia em transição e está diretamente relacionada com a falta de oportunidades de acesso ao crédito, à propriedade da terra, direito à herança, à educação, aos serviços de apoio e sua mínima participação no processo de tomada de decisões; Considerando que no contexto brasileiro apenas 12% dos títulos da terra têm sido concedidos para as mulheres no meio rural, e que historicamente seu acesso aos créditos não ultrapassa aos índices de 10% do total concedido; Considerando que às mulheres no meio rural brasileiro destina-se 29,4% da renda dos homens nas mesmas atividades agropecuárias e na produção extrativista; Considerando a necessidade de adequar as ações da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, da Secretaria de Reforma Agrária - SRA, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, do Banco da Terra e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, objetivando a otimização da utilização de seus recursos de aplicação no campo, bem como a maximização dos seus resultados, através de estratégias plenamente integradas e com enfoque de gênero e raça incorporado (Brasil, 2001, p. 01).

A partir das orientações da portaria retrocitada fora instituído no Plano Safra 2003/2004 o Pronaf Mulher na condição de sobre teto e como linha de crédito no Plano Safra 2004-2005. Na condição de crédito o programa buscou representar autonomia, autodeterminação, independência e reconhecimento das próprias agricultoras quanto as situações as quais estão sujeitas.

Não obstante, mesmo diante da agenda de lutas dos movimentos de mulheres camponesas somadas a adoção de estratégias por parte do Estado brasileiro na execução das políticas públicas, que se deram até o golpe de 2016, ainda é possível verificar recorrentes manifestações de desigualdades entre homens e mulheres no meio rural, que são permeadas por relações conflituosas, isto porque a divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos permaneceram arraigadas de forma veemente.

Estudos acadêmicos, análises realizadas pelos movimentos sociais e dados acerca da participação política das mulheres no Brasil apontam que, apesar de todos os esforços empreendidos e pactos firmados desde o final de década de 1970, poucos avanços aconteceram e por esta razão tem sido necessário repensar as estratégias para superar as condições de desigualdades.

É necessário executar políticas para mulheres camponesas a partir métodos críticos e transversalizar o debate de gênero no âmbito rural num movimento de dentro para fora e vice-versa, pois o debate precisa atingir todos os atores envolvidos neste espaço e é imprescindível desenvolver uma percepção crítica sem se desprender do capitalismo, pois este tem relação direta com as condições as quais estão submetidas as camponesas.

2.3 Capitalismo: instrumento para manutenção de exploração da mulher

Historicamente o capitalismo desempenha com maestria a sua promoção em detrimento da subalternização e expropriação da classe trabalhadora. Desde seu surgimento até a fase atual há registro de crises, todavia o caminho para a saída das crises é sempre o de impetrar o pedido de socorro ao Estado. Atualmente o capitalismo está voltado para além da produção de bens e serviços, principalmente para produção e reprodução ampliada de capitais. A busca incessante pelo acúmulo desenfreado de capitais, capaz de aniquilar a vida e suas necessidades básicas, causando a barbarização da vida social (Mészáros, 2018).

Neste cenário os movimentos sociais tem sido um dos seus principais alvos e não por coincidência, os movimentos de mulheres estão entre os principais movimentos que sofrem ataques, enquanto os ajustes estruturais e o conservadorismo reduzem a nada os direitos conquistados e simultaneamente os tornam mercadorias.

Em face a sociabilidade burguesa as relações de gênero se perfazem de maneira assimétrica e, portanto, constituem-se diversas formas de opressão, dominação, exploração e submissão as quais estão sujeitas todas as mulheres independente de classe social e da esfera que ocupe, porém as mulheres de classes mais pobres e as negras enfrentam duramente as mazelas oriundas destas desigualdades¹⁷.

Neste sentido, Cisne e Santos fazem a seguinte reflexão:

Partimos da concepção marxista de que as relações sociais se fundam por meio do trabalho. O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social, fundada nas relações entre classe sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismo e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (Cisne e Santos, 2018, p. 26).

É importante considerar que a formação sócio-histórica do Brasil sofreu influência ocidental e suas relações sociais estão fortemente imbricadas no patriarcado que culminam na divisão sexual do trabalho (base material do patriarcado), na dicotomização do que é

¹⁷ Sugestão de leitura: “NA ANTE-SALA DA DISCRIMINAÇÃO: O PREÇO DOS ATRIBUTOS DE SEXO E COR NO BRASIL (1989 – 1999), de autoria de Ciro Biderman e Nadya Araujo Guimarães. Artigo que compõe a Revista Estudos Feministas.

pertinente ao homem e do que é pertinente a mulher, estabelece hierarquias e delinea as relações de poder. Para Cisne e Santos,

O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o “modelo” patriarcal do “macho” também sofrem opressão. Todos eles, porém, são associados pejorativamente ao sexo feminino. Assim, ainda que atinja outros sujeitos, a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais (Cisne e Santos, 2018, p. 43).

Por conseguinte divisão sexual, social e racial do trabalho se acentua negativamente sobre todas as mulheres, colocando-as em posições subalternas e imprime para estas o *status* de responsáveis pelo espaço privado e reprodutivo sob justificativas que buscam suas explicações no plano subjetivo.

A divisão do trabalho é um mecanismo que materializa o patriarcado razão pela qual não deve ser naturalizada, pois é estruturado no campo das relações sociais. Em uma de suas importantes obras, Silvia Federici argumenta que,

O trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres, tanto que é rotulado como “trabalho de mulher”. Na realidade, o trabalho doméstico, como conhecemos, é uma estrutura bastante recente, datada do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, quando, pressionada pela insurgência da classe trabalhadora e pela necessidade de mão de obra mais produtiva, a classe capitalista da Inglaterra e dos Estados Unidos começou uma reforma social que transformou não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar e, antes de tudo, a posição social das mulheres (Federici, 2021, p. 157).

Hirata e Kergoat inferem:

[...] A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata e Kergoat, 2003, p. 599).

Cisne e Santos complementam:

A divisão sexual do trabalho possui um enraizamento tão presente nas relações sociais e com um significativo poder ideológico de parecer natural que se espalha desde a infância, por meio de uma divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras, passando pela organização e gestão da força de trabalho e, ainda, na divisão sexual da política e poder (Cisne e Santos, 2018, p. 65).

O patriarcado e a divisão sexual e social do trabalho são frutos das relações sociais de gênero, o qual é um conceito amplo que transcende as questões biológicas e se constitui no bojo das relações, a esse respeito Scott faz a seguinte colocação:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: [...] (Scott, 1995, p. 21).

Saffioti (2015, p. 47), completa “O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres.”, isto significa que as questões de gênero e suas relações não se referem unilateralmente ao que diz respeito a homens X mulheres, mas que, envolve toda relação em sociedade, e perpassa por questões de classe, sexo, raça, poder etc. Em face do conjunto de elementos inerentes as desigualdades desencadeadas no cotidiano das mulheres, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas a esse respeito, Saffioti (2013, p. 109) argumenta que “Os processos de industrialização e urbanização concentraram nas áreas urbanas numerosos problemas sociais, dentre os quais surgia, de modo explícito, o grave problema da mulher”.

Surgem, portanto atos individuais e coletivos de mulheres que se opunham ao conjunto de discrepâncias nas relações sociais de gênero. O movimento feminista levantou bandeiras de luta em contextos e cenários distintos na perspectiva de erradicar o conservadorismo expresso através da discriminação, preconceitos e estereótipos quanto a figura feminina, todavia é inconteste a necessidade de uma pauta anticapitalista.

Ainda em sua valiosa obra “A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade”, a autoria Saffioti elenca o seguinte argumento:

Os determinantes da vida social da mulher são encarados, pois, por Marx, como decorrências de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito. Logo, a superação está contida nessa fase de superação de desenvolvimento histórico (ou pré-histórico) da humanidade. A ideia de que a mulher, assim como o próprio homem, só atingirá a verdadeira liberdade no regime socialista se apresenta, aliás, como invariância de todo socialismo chamado científico (Saffioti, 2013, p. 118)

Sobre a relação camponesas e movimentos de mulheres é possível afirmar que houve um despertar em detrimento das condições de negação e o auge desse despertar se deu com a introdução de questões teóricas dentro dos movimentos, segundo Montañó e Duriguetto,

a consciência de classe é inseparável da luta de classes. Ela é condição para uma luta revolucionária, que vá para além da mera reivindicação pontual (para as melhores condições de venda da força de trabalho), dentro da ordem (como é o caso da “consciência sindical”), elaborando o conhecimento científico dos fundamentos da sociedade que se pretende transformar (2011, p. 111).

Como consequência da participação das agricultoras nos movimentos, uma série de conquistas foram galgadas: instauração de legislação trabalhista, título da propriedade rural, benefícios previdenciários, acesso a crédito, assistência técnica, inclusão na Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP, criação do Pronaf Mulher entre outros¹⁸, todavia esses avanços não representam a efetivação de mudanças dos papéis e por esta razão há uma gama de produções e estudos que discutem a situação das mulheres camponesas sob análises e críticas e com discussões que apresentam as disparidades existentes entre homens e mulheres que vivem em contextos rurais, na percepção de Siqueira (2014, p. 37) “A dificuldade de inserção da mulher em lugares específicos da sociedade civil, sobretudo no mundo do emprego, na atividade produtiva – em nosso caso específico, na área rural –, é um problema de natureza cultural, educativa e política.”

Trata-se, pois de um projeto de exploração e subordinação da mulher ao capitalismo, com direcionamentos acerca do aprofundamento do trabalho alienado e da constante subalternização, é inconteste que as conquistas resultantes da luta das mulheres camponesas se põem numa perspectiva contraditória, pois atende fielmente, sobretudo, os interesses do capitalismo sob o viés desenvolvimentista, produtivista e econômico, nesta direção o próximo tópico irá fazer uma abordagem centrada nos elementos do capital rentista e na expropriação da classe trabalhadora de modo amplo.

¹⁸ Para conhecer mais ações que buscam cessar as desigualdades entre homens e mulheres, recorrer ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>.

CAPÍTULO III

3. VALOR DE USO DAS PLANTAS MEDICINAIS: RECHAÇO AO CAPITAL

O presente capítulo abordará o uso das plantas medicinais no Alto Sertão de Sergipe como uma prática popular nos cuidados em saúde, a partir da sua dimensão ideopolítica. Isto porque trata-se de uma prática que tem como protagonistas mulheres pretas/pardas dos segmentos camponês, assentadas de reforma agrária, quilombolas dentro de um território marcado pela expansão do capitalismo no campo e pela crescente investida (ultra)neoliberal sob o aval do governo do estado por meio de políticas de incentivos fiscais, que canalizam riquezas para a burguesia agrária empresarial através da extenuação de investimentos para a superação da pobreza.

A este respeito perfaz o caráter político desta discussão, o fato de na fase atual, o capitalismo ser responsável pela condução da expropriação dos recursos naturais, da cultura e dos saberes populares além dos constantes ataques aos movimentos sociais em detrimento da geração de excedentes. Assim, o uso das plantas medicinais se firma como uma resposta de resistência à sociabilidade burguesa, ainda que esta resposta não se faça dentro de uma organização coletiva.

Outrossim, o debate está posto a partir da contextualização sistematizada na introdução com base nos dados inerentes ao território do Alto Sertão Sergipano. Outro elemento da discussão é a categoria trabalho no sentido ontológico e capitalista transversalizado nos processos analíticos. A crítica a sociabilidade burguesa e a fase atual do capital (monopolista/imperialista) também complementa a discussão que segue sob o aporte teórico acerca do capitalismo tardio, dialética da dependência e a acumulação do capital a partir do enfraquecimento das lutas camponesas.

3.1-Perfil socioeconômico da população entrevistada

O capítulo que segue está estruturado em três tópicos, a saber: Perfil socioeconômico da população entrevistada, Mulheres do Alto Sertão: lideranças comunitárias no enfrentamento às contradições do capital e o antagonismo das oligarquias financeiras, destacado as práticas políticas-pedagógicas no uso das plantas medicinais. A proposta aqui é analisar com base no debate teórico rigoroso as informações coletadas e observadas *in locu*

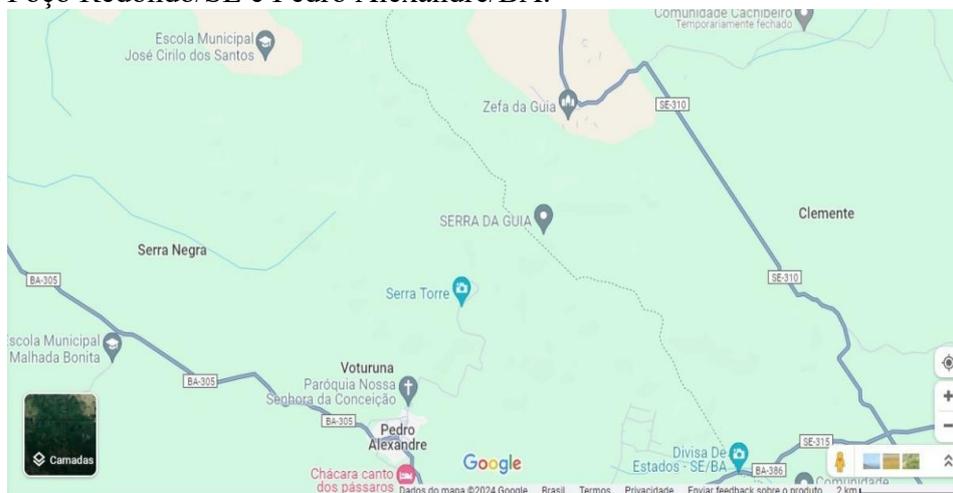
durante as entrevistas, tomando por direção a perspectiva crítica social conforme discutimos acima.

Logo, iniciamos o presente item pela apresentação do perfil socioeconômico da população entrevistada observando que o levantamento do perfil socioeconômico se deu por meio do bloco I do roteiro de entrevista (Apêndice B), onde foram abordados: 1- Idade, 2- Estado civil, 3- Naturalidade, 4- Se a entrevistada tem filhos ou não e em caso positivo a quantos, 5- Número de pessoas no domicílio, 6 - Renda mensal do grupo familiar, 7- Se entrevistada exerce atividade remunerada fora da área rural, 8- Se recebe algum benefício, 9- Orientação sexual, 10- Identidade de gênero, 11- Identidade étnico racial, 12 - Religião, 13 - Situação do imóvel e 14 - Grau de escolaridade.

Das lideranças entrevistadas: 02 (duas) residem no Quilombo Mocambo, em Porto da Folha, 01 (uma) reside no Quilombo Serra da Guia, em Poço Redondo que faz divisa com o município de Pedro Alexandre na Bahia e está localizado na área vizinha a Serra Negra, 01 (uma) reside no Povoado Curitiba, Canindé de São Francisco, 01 (uma) reside no PA Mandacaru, Canindé de São Francisco e outra reside no PA Jacaré Curitiba localizado nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo. Estas informações traduzem a existência de variados segmentos que dialogam no território em seus processos de lutas cotidianas. Quanto a situação do imóvel, 04 (quatro) entrevistadas se declararam proprietárias e 02 (duas) assentadas, revelando a realidade reversa do predomínio dos minifúndios e a reprodução da estrutura fundiária hegemônica na região, ou seja, a grande propriedade como eixo da política do território que não conformata consensos, mas históricos conflitos (Filhos, 2020).

Das lideranças entrevistadas: 01 (uma) reside no Povoado Curitiba, Canindé de São Francisco, 01 (uma) reside no Projeto de Assentamento Mandacaru, Canindé de São Francisco, 01 (uma) reside no Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba localizado nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, 02 (duas) residem no Quilombo Mocambo, Porto da Folha, 01 (uma) reside no Quilombo Serra da Guia, Poço Redondo que faz divisa com o município de Pedro Alexandre na Bahia e está localizado na área conhecida como Serra Negra. Destarte, a Figura 02 visualiza este quadro sócio-geográfico:

Figura 02: Mapa do Território da Serra da Guia e Serra Negra. Divisa entre os municípios de Poço Redondo/SE e Pedro Alexandre/BA.



Fonte: *Google Maps*.

É importante situar que Serra Negra é uma cordilheira que reúne um complexo de montanhas na divisa entre os municípios de Poço Redondo/SE e Pedro Alexandre/BA, onde está localizado o Território Remanescente de Quilombo Serra da Guia. No momento de contato com uma das lideranças, tanto durante a aplicação da entrevista quanto no momento em que não estavam sendo feitos registros de áudio, a liderança quilombola se referiu à Serra Negra trazendo relatos de memórias da luta do povo quilombola fazendo menções a seus antepassados. E deu destaque para a relação de solidariedade existente entre os antepassados que viveram na região das serras. Segundo o relato da liderança não havia relação comercial entre os escravos que viviam na Serra da Guia e os escravos residentes no território de Pedro Alexandre, pois segundo a mesma era comum a troca de gêneros alimentícios como forma de garantir a luta pela sobrevivência.

No que diz respeito a naturalidade das lideranças entrevistadas 02 (duas) são naturais de Porto da Folha/SE, 02 (duas) de Poço Redondo/SE e 02 (duas) de Canindé de São Francisco/SE. Quanto a situação do imóvel onde residem as lideranças, 04 (quatro) das entrevistadas se declararam proprietárias e 02 (duas) assentadas. Cabe salientar que as moradias são de alvenaria, com uma estrutura em média entre quarto/cinco cômodos.

Cabe pontuar que há uma contradição, pois conforme trazido na contextualização, de acordo com dados do INCRA, até 16/11/2021 no território do Alto Sertão havia o total de 92 assentamentos, porém apesar de existir neste território um número considerável de assentamentos de reforma agrária, houve dificuldade em localizar/identificar mulheres

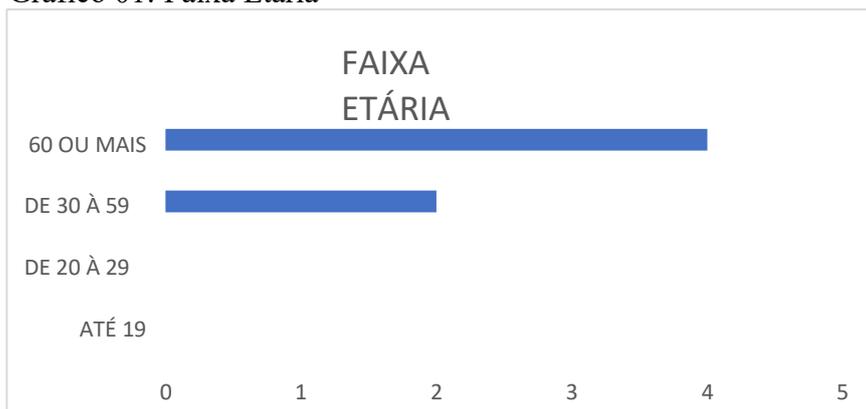
assentadas líderes comunitárias que atuam na produção e defesa das plantas medicinais. Ainda assim fora realizado contato com dirigentes do MST do setor de produção e de saúde, na região do Alto Sertão, e estes sinalizaram a inexistência de lideranças que atuam na produção e defesa das plantas medicinais, não obstante as duas lideranças assentadas entrevistadas não foram identificadas através do MST.

Este fato chama a atenção para a necessidade de pensar estratégias para o fortalecimento da organização interna do movimento bem como formas de combate ao apassivamento da classe trabalhadora haja vista o avanço das forças capitalistas e o apoio dado pelo Estado a burguesia, a este respeito Filho pontua:

No início da década passada (2002/2003), com a ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciamos uma fase de grande euforia com a eleição do primeiro trabalhador para a Presidência da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda na transição do projeto neoliberal, Lula optou pela construção de um governo de coalização entre os diferentes setores da burguesia nacional e a classe que vive do trabalho (Filho, 2020, p. 191).

Em continuidade aos dados do perfil socioeconômico das camponesas entrevistadas no tocante a orientação sexual e identidade de gênero, 100% das entrevistadas se declararam heterossexual e mulher, respectivamente. A seguir, conforme a estrutura do bloco I do roteiro de entrevista são apresentadas informações no que diz respeito a faixa etária, estado civil e se as lideranças tem filhos/as ou não:

Gráfico 01: Faixa Etária

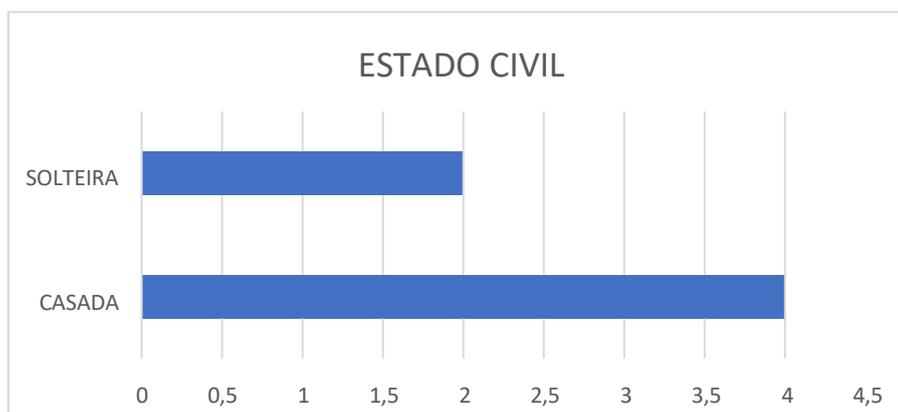


FONTE: Entrevistas aplicadas por Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, 2023.

Importante pontuar que de acordo com o IBGE (2022) as faixas etárias são organizadas da seguinte forma: 0 à 19 anos, de 20 à 59 e partir de 60 anos de idade. No entanto, afim de melhorar a exposição da faixa etária das lideranças entrevistadas, o gráfico acima foi organizado por faixas etárias até 19 anos, de 20 à 29 anos, de 30 à 59 e acima de 60

anos e, portanto, verificam-se que mais de 50% das lideranças comunitárias são mulheres idosas e contraditoriamente não há registo entre as lideranças de adolescentes e adultos até os 30 (trinta) anos de idade. Esse ponto será trazido no item seguinte como uma preocupação apontada pelas lideranças comunitárias.

Gráfico 02: Estado civil



FONTE: Entrevistas aplicadas por Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, 2023.

Quanto ao estado civil foi verificado que mais de 50% das camponesas são casadas e apenas uma das entrevistadas não tem filhos, sobre a composição do grupo familiar/pessoas por domicílio verificou-se que mais de 50% das entrevistadas vivem em residências com mais de 3 pessoas chegando a até 7 (sete) pessoas. Seguindo com os resultados do perfil socioeconômico é pertinente situar que os dados revelados nos gráficos convergem com a contextualização desse trabalho e são reafirmados a partir das falas das entrevistadas. Todavia é importante considerar que questões como grau de escolaridade, renda do grupo familiar e até mesmo religião são orientados pela sociabilidade burguesa ao dominar os direcionamentos políticos nos territórios.

De acordo com as informações coletadas durante as entrevistas a maior parte das entrevistadas tem uma renda mensal de até 02 (dois) salários no grupo familiar, renda que em mais de 50% dos casos é oriunda de benefícios previdenciários. Este dado dialoga com a contextualização deste trabalho no que diz respeito aos dados do Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS/2010). Nesta direção, Eraldo Filho argumenta que

no tocante à agenda do combate à pobreza, o rural ganhou destaque nos esforços envidados mediante a conformação de políticas públicas e programas focais específicos para estes territórios, tendo em vista aí a concentração dos maiores indicadores de pobreza. Sob forte influência das agências supranacionais e em conjunção com as matrizes teóricas-conceituais que ascenderam no país na primeira fase do neoliberalismo, foi espacializada a abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade como projeto de concretização do pacto social nas escalas locais, em todo território brasileiro, [...] (Filho, 2020, p. 193)

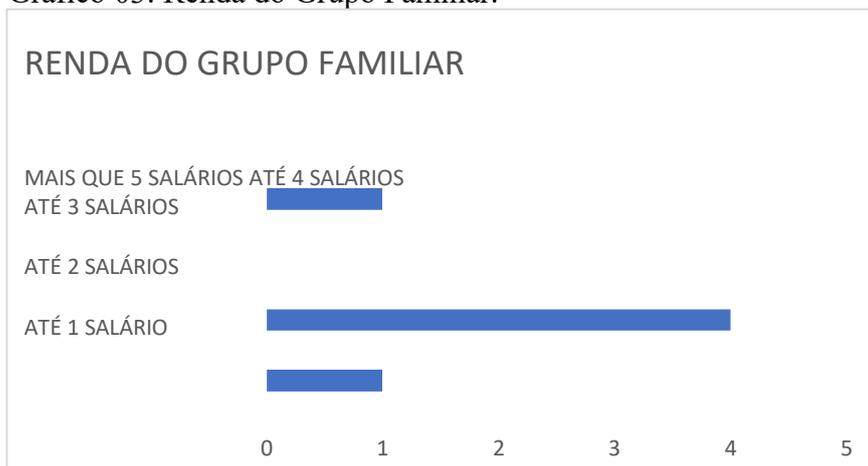
E de acordo com Campos,

Deste ponto de vista, com o qual concordamos, a pobreza não é um fenômeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar; ao contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente.

Quando se diz que algo é produzido socialmente significa que não surge aleatoriamente, mas que é fruto de um processo produtivo, em que determinados meios são utilizados para atingir determinados fins, que envolve pessoas e instituições que se relacionam umas com as outras e entre si (Campos, 2011, p. 51).

Este quadro revela os rebaixados salários, ainda em situação mais precarizada quando retrata a realidade da trabalhada do campo, conforme expressa dados PNAD-Contínua (2022), o setor laboral sofre com o desemprego conjuntural e, principalmente, devido sua natureza estrutural, atingindo brutalmente o segmento mais pauperizado e segregado ético-socialmente (Boschetti, 2006). Este panorama agravou-se final do século XX e início do XXI frente a agenda contrarreformista do estado ultraneoliberal, que expropria os fundos públicos, desfinancia, desmonta a agenda social aprofundando as expressões da questão social, então, superprecarizada (Behring, 21010). Frente ao atual cenário o quesito renda tem sofrido sucessivos rebaixamentos.

Gráfico 03: Renda do Grupo Familiar.



FONTE: Entrevistas aplicadas por Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, 2023.

O trabalho (aparentemente) não alienado desenvolvido pelas camponesas, membros da família e com a comunidade, acerca do cuidado em saúde a partir do uso das plantas medicinais contraria o trabalho alienado, pois não tem centralidade no valor de troca, não gera excedentes e não assume um papel de exploração. “Compreender que o trabalho alienado permite-nos entrever três grandes rupturas fundamentais para a vida e a saúde, operadas desde

o século XVIII, como vimos: a ruptura nas relações dos homens com a natureza, a ruptura dos laços dos homens entre si e, também, do homem consigo mesmo.”

Dando continuidade ao perfil socioeconômico das camponesas, de acordo com os dados obtidos por meio das entrevistas, 05 (cinco) das lideranças se reconhecem como quilombolas, ainda que destas apenas 03 (três) vivam em territórios remanescentes de quilombo, porém as mesmas trouxeram falas que consubstanciam suas identidades.

A entrevistada E2 (maio/2023) sobre sua identidade étnico-racial pontuou: “Nós somos quilombola, mas, não temos terra, não temos casa como quilombola. Eu ainda não peguei.”. Já a entrevistada E4 (maio/2023) quando questionada sobre sua identidade étnico-racial enquanto quilombola fez a seguinte fala: “Com certeza. Eu sou nascida e criada aqui nesta terra. Cansada da luta que desde o primeiro passo da luta que eu estou na luta.” Nesta direção é pertinente abordar a reflexão trazida por Amoras, Costa e Araújo (2021, p. 4) “O saber ancestral mobilizado por essas mulheres para construir estratégias de resistência e de organização política institucional tampouco é reconhecido como poder e força de transformação social em muitas instituições acadêmicas.” Para as autoras ainda há desimportância junto as instituições de ensino superior acerca do papel político desempenhado por mulheres negras a partir dos seus saberes ancestrais.

Ainda sobre o questionamento em relação a sua identidade étnico racial E6 fez a seguinte colocação:

Minha filha eu acho que eu faço parte dos quilombos, mas só que eu era lá pertinho da Serra da Guia lá, meus pais eram lá de Brotas, entre Risadas e Brotas, tinha esse lugar lá. Lá perto da Guia. Entonces, a gente é tudo do quilombola. Meu marido mesmo é quilombola, meus filhos também (E6, maio/2023).

Nesta direção,

A formação capitalista no Brasil traz algumas “particularidades” devido a nossa posição de capitalismo periférico de economia dependente, que na formação das classes sociais, está permeada pelas relações étnicas e raciais e traz para o interior das classes, diferenças em seus processos de organização e luta. Neste cenário, percebe-se que pensar a luta da classe trabalhadora nos impõe o desafio de entender também a formação dessa classe que não é homogênea (Coletivo Nacional de Gênero do Movimento dos Pequenos Agricultores, p. 7).

Logo, de forma contraditória a identidade étnico-racial onde predominou a identidade quilombola, quanto a religião houve predominância do catolicismo, ainda que tenha sido observado durante a aplicação do roteiro de entrevista práticas religiosas que são características das religiões de matriz africana.

Figura 03: Altar da Casa de Oração “Vale Encantado” no Projeto de Assentamento Jacaré Curitiba.



Fonte: Registro realizado pela pesquisadora em maio/2023.

Todavia mais de 50% das entrevistadas declararam a prática do catolicismo, inclusive durante o dia em que a pesquisadora esteve no Quilombo Serra da Guia a mesma pôde acompanhar a manifestação católica, em devoção a Santa Rosa, em que a comunidade seguiu em procissão até o povoado vizinho. Assim, de acordo com Silva *apud* Magalhães, Bandeira e Monteiro “Na Região Nordeste do Brasil, a utilização de plantas medicinais como prática terapêutica está disseminada nas famílias, incorporando, por vezes, simpatias e oração, num misto de credence e fé, herança dos pajés e dos jesuítas” (Silva, 2003).”

Gráfico 04: Religião



FONTE: Entrevistas aplicada por Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, 2023.

Figura 04: Capela Católica do Quilombo Serra da Guia. Localizada vizinho a sede da associação comunitária.



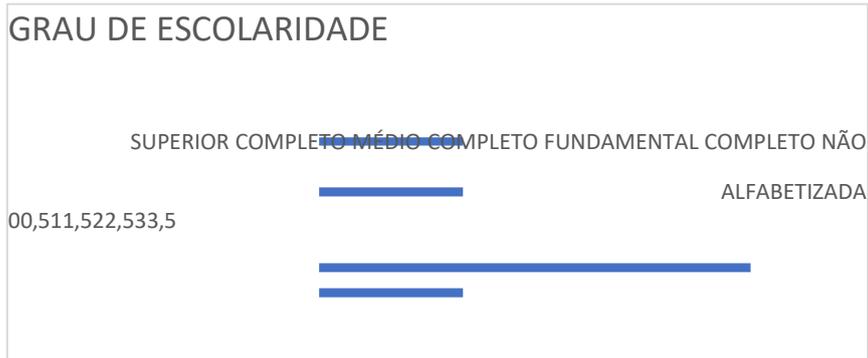
Fonte: Registro realizado pela autora em maio/2023.

Quanto ao grau de escolaridade os dados revelaram que metade das entrevistadas não finalizaram o ensino fundamental e as falas trazem elementos que determinam as dificuldades para prosseguir os estudos. E2 fez a seguinte declaração: “O meu estudo eu não tive quase nada. A gente estuda assim, até a quarta série mas sem aprender nada quase. Porque a gente morava na roça. A agente saia de manhã para ir trabalhar”.

Já E6 faz a seguinte colocação:

Da primeira nunca sai. Só foi a primeira mesmo. Da primeira mesmo, quando ia passar segunda nunca conseguiu. Cheguei no Canadá fui para a segunda ver se conseguia. Obviamente, no Canadá quando cheguei, já mode os dezoito filhos. Mas não aturou, esses estudinhos, que de repente parou (E6, maio/2023).

Gráfico 05: Grau de escolaridade



FONTE: Entrevistas aplicadas por Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, 2023.

A fala das camponesas E2 e E6 chamam atenção para um fato que merece destaque: a falta de acesso a educação formal a partir da falta de acesso em razão do trabalho e em razão da maternidade e dos seus desdobramentos. A este respeito são estabelecidas relações desiguais na sociedade machista e patriarcal e torna a mulher responsável pelo trabalho de cuidado. Segundo Cisne,

A “qualidades” tidas como femininas, ao serem consideradas naturais ou próprias de uma suposta essência feminina, desconsideram o treinamento informal das mulheres. Isso implica não valorizar as atividades realizadas pelas mulheres como trabalho especializado. Essas atividades a serem muito mais consideradas como uma obrigação ou um papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres (Cisne e Santos, 2018, p.65).

Feito até aqui a apresentação do perfil socioeconômico o próximo tópico irá abordar acerca do bloco II do roteiro de entrevista e fará um diálogo com as contradições da sociabilidade burguesa e com a resistência das mulheres ao capitalismo.

3.2 Mulheres do Alto Sertão: lideranças comunitárias em defesa das plantas medicinais

A região do Alto Sertão de Sergipe é um território historicamente marcado por conflitos agrários, não obstante a presença da burguesia agrária empresarial é bastante acentuada e o estado converge de forma evidente com as oligarquias financeiras. Por outro lado, é a região do estado de Sergipe que concentra o maior número de assentamentos de reforma agrária, além da presença dos TRQ – Território Remanescentes Quilombola, conforme dados trazidos na contextualização deste estudo.

Na década de 1970 e principalmente na década 1980 foram registrados, no Alto Sertão de Sergipe, os maiores conflitos agrários do estado, os quais em sua maioria foram liderados pelo MST sob o apoio da igreja católica, conforme já foi tratado na contextualização deste trabalho e que se evidencia a partir das entrevistas assim, conforme, E5 segue: “Já tivemos uma experiência com outras entidade lá no início da luta que aí tinha o centro Dom Brandão”.

Ainda no bojo das lutas sociais, que marcaram o final do século XX, segundo Montão e Durigueto

No ano de 1980 é criado o Partido dos Trabalhadores (PT). Militantes do “novo sindicalismo”, dos diferentes movimentos associativos populares de bairro e rural (organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEBs), intelectuais de esquerda e ex-militantes de organizações de esquerda

clandestinas, constituíram a base para a formação do PT. O PT passou a representar, no início de sua trajetória, um instrumento político de expressão dos interesses da classe trabalhadora, tendo nos interesses dessa classe a referência central para um projeto de transformação da sociedade (2011, p. 243).

Em continuidade, converge com a afirmação acerca da participação da igreja católica junto a mobilização e organização das lutas da classe trabalhadora do Alto Sertão de Sergipe a fala da entrevistada E4 (maio/2023) que fez a seguinte colocação “Nós vencemos a luta com a ajuda de Frei Enoque¹⁹. Foi um grande guerreiro com a gente, não podemos esquecer.”

Assim, a este respeito é importante trazer o quadro abaixo qual apresenta os dados referentes a participação das lideranças comunitárias em movimentos sociais, conforme entrevistas aplicadas:

Quadro 2 – Demonstrativo da participação das camponesas entrevistadas em movimentos sociais:

ENTREVISTADA	PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL?	QUAL?
E01	Sim	Comunidade local
E02	Não	-
E03	Sim	MST
E04	Sim	Movimento Quilombola de Sergipe
E05	Sim	Movimento Quilombola de Sergipe
E06	Sim	MST

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados nas entrevistas aplicadas em maio/2023.

Todavia não foram identificados na literatura registros acerca da participação de mulheres enquanto lideranças nesses processos de luta pela terra no Alto Sertão Sergipano. No entanto, conforme o quadro acima entre todas as entrevistas apenas 01 (uma) liderança declarou que não participa de nenhum movimento social ou organização comunitária e as demais se declararam militantes do MST e do Movimento Quilombola de Sergipe, movimentos estes que tem pautas mais amplas do que a luta e defesa pelo direito à terra.

Em prosseguimento a coleta de dados a respeito da participação das lideranças junto aos movimentos sociais a E6 relatou:

E graças a Deus, hoje, eu estou aqui. Estou satisfeita porque tudo que eu tenho hoje foi tudo dado pelo meu trabalho, trabalho dos meus filhos, trabalho de luta, de movimento sem-terra, garra, o IPA tem me ajudado também, porque, eu não vou dizer que essa haste aqui de tão boa, nesse negócio aí, foi o IPA, o Dom Hélio, foi o IPA. É tudo luta, a gente é da luta para ter as coisas. É vocês aprendendo, aprendizais. E nós que já estamos mais de idade, ensinando para vocês. O que se pega e confiando em Deus, daqui uns dias o nosso mundo nunca vai

¹⁹ Frei Enoque é pernambucano. Ele foi prefeito do município de Poço Redondo, no Sertão sergipano, por três mandatos, mas precisou renunciar ao cargo, diante de uma imposição da Igreja Católica, que proibiu padres e demais líderes religiosos de exercerem cargos políticos. <https://www.google.com/search>.

faltar gente para orientar uns aos outros, todo mundo vai orientar, vai ter (E6, grifo meu, maio/2023).

A camponesa E5 (maio/2023) durante a entrevista demonstrou satisfação em ser militante do MST e pontuou: “Sem-terra. Esse boné é de Iva o meu está ali”, e a E4 (maio/2023) afirmou “Inclusive, a comunidade participa dos movimentos, tanto a nível municipal, como a nível estadual. Todas as mulheres quilombola elas participam.”, mas E3 (maio/2023) fez a seguinte observação quanto a fragilização e desmobilização do movimento social no seu PA “Essa quebra, tipo, muita gente desacreditou, tipo, não estava mais acreditando no MST por causa disso porque Bolsonaro, tipo, *ele quebrou a perna, né?* Em muitas coisas, o povo já desacreditava”.

Seguem algumas falas das entrevistas quando questionadas sobre a participação em movimentos sociais:

a gente não tinha saneamento, não era calçado. As crianças adoeciam com dor de barriga, **tivemos um surto de cólera** e graças a Deus depois da água, que **já tem vinte anos**. Mas antes da água, que bebíamos água diretamente do rio, era muita dor de barriga, era muita anemia, era muita doença, principalmente, intestinal. Eu lembro disso. Que a gente nessa idade se for tomar água do rio da dor de barriga, e dizem, é besteira. E não é besteira, a gente também naquela época tinha anticorpos para quê suportasse, né? E ficava lá adormecido mais hoje, a gente, todo mundo tem sua água tratada. É segundo eles está ok mas, a gente ainda tem o filtro, ainda tem pessoas que filtro, que é purificador, é tem filtro ainda de barro, ou seja, a gente tem água da DESO hoje, da empresa, então, **tivemos esse momento que eles passaram para ver que aqui tinha muita pessoas com muita anemia, pessoa diagnosticadas com anemia falciforme**, tem uma família que não considerou quilombola, três pessoas com anemia falciforme. Aí foi feito exame nessa época, mas, eles não trouxeram o resultado. Acredito que no campo tem muita gente que já morreu de anemia falciforme sem saber e acho que uma de nós também tem anemia falciforme, porque, anemia falciforme não consegue exame de rotina ver, tem ser pela medula. Hoje pela orelhinha sabe, né? Mas naquela época tinha que ser pela medula. Então, aqui teve uma família que conscientemente não considerou mas o avô é quilombola, o pai não se considerou, mas tiveram três filhos, *que já morreram dois, né?* **Então, nós tivemos essa experiência que eu esqueci o nome do movimento agora mas, foi feito o movimento negro.** Deixe eu ver, que era, foi feito isso também” (E5, grifo meu, maio/2023).

[...] **ontem estávamos com a secretária na câmara de vereador.** Aí, **estávamos falando sobre o carro da prefeitura, das escolas, nunca pintaram aqui a escola, tem quatro anos, nunca pintaram, nunca veio uma secretária olhar, nunca veio nada. Tem dias que o ônibus quebra bem aí.** É obrigado eu mandar aquele carro vim buscar os meninos daqui os meus netos e bisnetos são pequenos. E ontem o que disseram lá na câmara é que ficam com os meninos rodando do colégio de Poço Redondo e dormindo na casa de um vereador e nem o conselho, nem a secretaria procurou, para dizer, ao menos, de quem eram esses filhos. **E aí, ontem foi uma briga, foi um desafio, foi uma coisa muito... que eu mesma não me senti bem.** E a secretária colocou o pano na cara e levou um advogado. E foi aquela coisa. *Jorge Araújo estava, acho que vocês conhecem?* (E1, grifo meu, maio/2023).

Ao tempo em que se verificou a amplitude acerca dos debates promovidos em defesa dos direitos das comunidades, é possível fazer um *link* com a discussão da autora Silvia Federici, na Obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e a acumulação primitiva*

Por volta do fim do século XIV, a revolta do campesinato contra os senhores feudais havia se tornado constante, massiva e, frequentemente, armada. No entanto, a força organizativa que os camponeses demonstraram nesse período foi resultado de um longo conflito que, de um modo mais ou menos manifesto, atravessou toda a Idade Média.

Contrariamente à descrição da sociedade feudal como um mundo estático no qual cada estamento aceitava o lugar que lhe era designado na ordem social — descrição que costumamos encontrar nos livros escolares —, o retrato que emerge do estudo sobre o feudo é, na verdade, de uma luta de classes incansável (Federici, 2017, p. 54).

As entrevistadas também foram convidadas a falar sobre o debate acerca das plantas medicinais nos espaços de discussão, a esse respeito segundo E4 (maio/2023) “Sempre no começo foi discutido muito agora parou mais, porque já no começo foi discutido”

E2 argumenta:

Mas assim, a primeira vez que está chegando à pessoa em minha casa pra ver a minha planta são vocês, né. Que ela está trazendo que ninguém nunca veio. **A gente sempre ver, alguém está com dor de cabeça, está com febre a gente faz um chazinho dar ali e toma.** Pronto. Mais ninguém nunca chegou para dizer assim, vou.

Hoje em dia o povo quase nem se interessa muito, né? O povo hoje é tudo em negócio de médico, tem um negócio já está no médico, tem um negócio médico. Qualquer coisa tem está no médico, né? Tem que ser o médico né? Mas que não existe, né? Quem quer se interessa e planta (E2, grifo meu, maio/2023).

E nesta direção E2 (maio/2023) fala sobre suas experiências em defesa do valor-de-uso das plantas medicinais: “A gente faz o remédio ou a gente tem o remédio aqui e sou satisfeita de passar o remédio ao meu povo a quem vier e a quem precisar. E se for preciso eu tento a erva e passo para eles fazer na casa deles mais não vou chegar a esse ponto, eu acho”. Já E1 (maio/2023) desenvolveu outra estratégia para garantir o acesso aos saberes populares. Segundo E1 ela monta um grupo via *Whatsapp* e convida mulheres do Quilombo Serra da Guia e adjacências para participarem de um momento para que ela compartilhe suas experiências e saberes, mas segundo a liderança entrevistada não tem ocorrido a participação dos mais jovens:

A gente fala, participa, eu gosto do grupo, eu mando a menina montar, aí eles vêm, **quarenta ou cinquenta mulher.** **A gente faz aqui uma reunião e a gente participa do xarope, lambedor, vitamina, do fortificante, do banho de asseio, pra inflamação, pra infecção.** [...]

Aí eu chamo **a mulherada, as parteiras, que eu já ensinar a fazerem algum parto e remédio, e essas coisas, eu passo sempre pra elas** (E1, grifo meu, maio/2023).

A partir dos dois últimos relatos é possível fazer uma conexão com o trabalho na perspectiva ontológica e capitalista, isto porque as duas entrevistadas falam das suas experiências de trabalho ao desenvolverem práticas de cuidado em saúde a fim de transmitirem seus conhecimentos nas comunidades onde vivem. Todavia, ainda que o trabalho desenvolvido por estas lideranças, na sua aparência, não esteja em acordo com o trabalho alienado é possível afirmar que, mesmo sem gerar renda direta, e sem auferir excedentes visíveis/palpáveis, este trabalho compreende-se como trabalho alienado, uma vez que este se dá na esfera da sociedade capitalista.

Quando questionadas sobre nos possíveis movimentos sociais que fazem parte e se nestes movimentos são suscitados debates sobre a importância das plantas medicinais, E6 pontuou:

Não. Tinha não. [...]

Só os de lá, de Poço Redondo pra lá eu fui para a reunião junto com as meninas de **Dom Edí que nós se ajudávamos lá um rebanho de mulheres que, aí, passava com as plantas medicinais, planta de coisa. As plantas eles traziam, a gente ver, as de cá a gente tirava, nós tudo falava das plantas de remédio e de tudo.** [...]

Elas traziam as mulheres para a minha casa em Canadá. [...]

Era o IPA. Era o Dom Edí. Da igreja. (E6, grifo meu, maio/2023)

Há uma enorme contradição, pois as entrevistadas trazem em suas falas afirmações quanto a importância das plantas medicinais nos seus processos de vida e de suas comunidades e que durante muito tempo fizeram parte das formas de cuidado, todavia de acordo com as entrevistadas o conhecimento sobre as plantas medicinais tem sofrido uma espécie de descrédito e não tem sido motivo de interesse pelos mais jovens.

Consubstancia essa questão a ausência de ações do EdPopSUS no estado de Sergipe, pois conforme fora tratado na contextualização não há registros sobre suas ações por meio da SES e nem há registros de valor investidos. A esse respeito

A seguridade Social enfrenta dificuldades desde seu nascimento, em consequência, entre outros fatores, da não-implementação do orçamento para este fim, previsto na Constituição Federal de 1988. A finalidade principal do orçamento da seguridade social era constituir-se em um espaço próprio e integrador das ações de previdência, saúde e assistência social, assegurando a apropriação de parte dos recursos do orçamento fiscal, que deveria constituir e ampliar o orçamento da seguridade social. Entretanto isso na prática não consolidou (Boschetti e Salvador, 2006, p. 33).

Cabe destacar que das lideranças entrevistadas apenas uma é membro de conselho, porém do conselho municipal de educação enquanto representante do TRQ. Não houve nenhum registro de lideranças que sejam membros dos conselhos municipais de saúde e todas afirmaram que não há espaços públicos onde sejam incentivados os debates sobre as plantas

as medicinais. Todas as iniciativas que suscitam os debates e que buscam transmitir os saberes populares são independentes do poder público e ocorrem individualmente, exceto no TRQ Serra da Guia onde há relatos da existência de um encontro mensal para transmitir saberes e experiências para outras mulheres.

Segundo E4 (maio/2023) “Os mais novo pouco se interessa também, né. Mas a gente os mais velhos já vinha fazendo para dentro de casa até *churé*” e E2 (maio/2023) argumenta que atualmente não há o mesmo interesse pelas plantas medicinais, esse respeito:

É poucas pessoas. Hoje não, as mulheres hoje é negócio mais coisa de médico, né? É negócio de médico. Vai num médico, vai ne outro. E planta de médico, você sabe, que é poucas pessoas que se interessa em tomar chá hoje, né? Nem todo o mundo quer, né? **A gente mais antigo que já fica naquele mesmo costume que sabe que é bom e toma, né?** Porque remédio de farmácia é bom mais também não é essas coisas pra estar só se enchendo de remédio, né? Toma remédio natural porque serve, eu acho que serve, né? [...]
É está se perdendo mais esse remédio natural, né? (E2, grifo meu, maio/2023)

Neste mesmo direcionamento E5 (maio/2023) afirma “Não. Os mais velhos minha filha. Nós continua, os de quarenta, os de cinquenta, sessenta mas, as adolescente não acredita muito não em ervas. É porque a gente aqui que mais preserva. Mas faz muito chá, você entendeu?”

A esse respeito é cabível trazer aqui duas reflexões: primeiro é importante analisar que o possível desinteresse pelas plantas medicinais é resultado do projeto burguês que mercantiliza a saúde e subestima os conhecidos populares e os saberes tradicionais, ao tempo em se apropria destes para torná-los mercadorias sob a lógica da acumulação de lucros das indústrias farmacêuticas e de bioprodutos que são extraídos da natureza e transformados em mercadoria. Neste sentido:

Esta classe, na luta por hegemonia, coage, subjuga e desqualifica qualquer outro conhecimento que não coadune com sua lógica; e apoiada na legitimação social que sua hegemonia lhe proporciona, ela explora e submete à sua lógica qualquer outro conhecimento que de alguma forma lhe traga contribuições. O que possibilitou e possibilita a hegemonia da ciência ocidental reducionista em todo o mundo é a ideologia cultural e econômica a qual está vinculada, a ideologia burguesa [...]
 (Guimarães, 2015, p. 68).

E segundo é indispensável, inclusive, situar a questão acima no âmbito na teoria da dependência, pois a hegemonia da ciência ocidental determina os rumos e limites da ciência e da tecnologia nos países periféricos, como é o caso do Brasil.

Assim, de acordo com Shiva

O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos por meio de muitos processos. Primeiro fazer o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. Isso é muito fácil para o olhar distante do sistema dominante de globalização. Em geral os sistemas ocidentais de saber são considerados universal (Shiva, 2003, p. 21)

E para fechar as discussões, neste tópico faremos um *link* com a contextualização onde trouxemos informações sobre os investimentos do Governo de Sergipe para a classe trabalhadora do Alto Sertão de Sergipe, a saber benefícios e projetos executados pela antiga SEIAS e pela SES, EMDAGRO e INCRA onde investigou-se a respeito das transformações nas condições objetivas de vida das mulheres entrevistadas.

Primeiro é cabível pontuar que estas análises devem considerar a sociabilidade burguesa que é contraditória desde a sua gênese, e segundo que as mulheres compõem as minorias as quais são duplamente alvos dos processos de opressão e exploração inerentes ao modo de produção capitalista. A esse respeito,

na América Latina, a pobreza rural aparece nos discursos hegemônicos como consequência do atraso e da falta de modernidade no setor agrícola. Nesta região, especialmente desde 1980, observaram-se processos de privatização e de abertura das economias ao capital estrangeiro com efeitos diretos na agricultura. Tais investidas aprofundaram a desigualdade social e a concentração de terras (Brasil, 2006 *apud* Oliveira e Paula).

Assim, ao considerar os dados observados na contextualização no que se refere as ações do Estado de Sergipe, as entrevistadas foram questionadas a respeito das possíveis mudanças e melhorias na vida das mulheres camponesas que vivem no Alto Sertão de Sergipe e foram feitas as seguintes colocações:

Teve muitos projetos que mudou né? Ai, desses conjuntos aí, foi um projeto muito bom, que ninguém tinha dinheiro para fazer uma casa e, agora, todo mundo tem uma casa.

Esse daí que veio diretamente para a comunidade²⁰. Cada um ter uma casa, porque aqui era uma comunidade pobre, pobre. Ninguém tinha nada, eram poucos que tinham um salário. Só os mais velhos que eram aposentados que sustentavam os outros e graças a Deus, **depois da luta da gente mudou, era muito diferente.**

Quem era que tinha uma bolsa para estudar? E hoje quilombola tem. Caroline, começou no IFS sofrendo, sem recebe a bolsa. Depois passou a receber a duzentos reais e hoje está recebendo a bolsa de mil e quatrocentos reais. Por isso, que o caminho está aí, os que não vão é porque não tem interesse para ir. E graças a Deus as minhas duas quis. Essa começou em Pão de Açúcar, estudou biologia em Pão de Açúcar, pago, sofrendo, correndo com medo de bandido, enfrentou. E eu, dando forças a ela, né? (E4, grifo meu, maio/2023)

Mulher aqui²¹ é esquecido. As mulheres do sertão não tem negócio de melhora não. Só quando elas vão em busca. Se a pessoas ficar em casa quieta, não tem não. Tem umas bolsa família que agora estão pegando. Tudo as mulheres agora estão esperta, nó mesmo. Antiga, não ia atrás de nada. Não tinha.

²⁰ Quilombo Mocambo – Porto da Folha.

²¹ P.A. Jacaré Curitiba – Canindé de São Francisco.

Aí, entonce vai para a ação social, o povo vão, se mobiliza, faz lá o cadastrinho e todas as mulheres hoje... (E6, grifo meu, maio/2023)

Minha filha aqui as mulheres sempre lideram²², mas assim, os projetos aqui não estão vindo assim. A gente estar precisando muito que isso comece, entendeu? **É. As mulheres aqui tem os seus potenciais mas estar precisando dessas políticas voltada para a mulher.** Aí, nós estamos agora com o projeto “Dada” que era para ser com as mulheres de fundo de quintais. **Nós colocamos nas escolas para jovens, para depois irmos para as mulheres.** Mais ainda é pouco. **O governo do estado e o governo do município tem não, não vejo não.** (E5, grifo meu, maio/2023)

Merecer ser motivo de reflexão os relatos acima, pois segundo as entrevistadas as mudanças ocorridas estão sempre atreladas as suas lutas, que não são lutas com pautas de interesses apenas das mulheres camponesas, mas lutas que tem pautas amplas e que beneficiam toda comunidade: saneamento básico, habitação, bolsas estudantis, educação e transporte escolar.

FIGURA 05: Diálogo com Mulheres Quilombolas. Quilombo Mocambo – Porto da Folha.



Fonte: Registro realizado pela autora em maio/2023.

Com exceção, apenas a liderança do PA Mandacaru fez o seguinte argumento: “Aqui melhorou. Pelo menos aqui na minha comunidade eu vi que melhorou. Tem dias que você não está fazendo nada e vem aqui ter uma diária²³ e já ajuda na renda.” (E3, maio/2023), neste sentido a liderança se referiu ao Projeto Convert, Conversação e Recuperação da Caatinga do Mona do São Francisco, que vem sendo executado no PA pela UFS e tem por objetivo o

²² Quilombo Mocambo – Porto da Folha

²³ E entrevistada se refere a diária que é paga pelo projeto a mulheres associadas que vendem sua força de trabalho para o cuidado e manejo do viveiro de mudas.

reflorestamento da caatinga. Apesar do projeto não ter um viés voltado para a questão das plantas medicinais, a recuperação da caatinga se firma como um desdobramento em defesa das plantas medicinais, pois no bioma há uma variedade imensa de plantas com propriedades medicinais, conforme será visto no apêndice C.

FIGURA 06: Acesso ao viveiro de mudas do projeto desenvolvido pela UFS na Associação de Mulheres do P.A. Mandacaru.



Fonte: Registro realizado pela autora em maio/2023.

FIGURA 07: Viveiro de mudas da Associação de Mulheres do PA Mandacaru.



Fonte: Registro realizado pela autora em maio/2023.

Todavia em nenhum momento as ações do Governo do Estado trazidas na contextualização deste trabalho foram postas como instrumentos de transformação social pelas entrevistadas. A esse respeito é cabível afirmar que o Alto Sertão de Sergipe é

tensionado pela lógica da teoria da dependência, porém dentro de um contexto territorial onde o território está sujeito aos interesses da burguesia agrária empresarial que é beneficiada com mão de obra barata, precarizada ao tempo em que domina os meios de produção da cadeia produtiva do leite²⁴ e domina o território economicamente e politicamente. Assim, segundo Marini

A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor – e, portanto, de mais-valia – que da taxa de mais valia. (MARINI, 2011, p. 169, grifo meu)

Assim, o próximo tópico irá fazer um panorama a respeito do antagonismo entre as oligarquias financeiras e a resistências das mulheres camponesas quanto ao valor-de-uso das plantas medicinais.

3.3 A subalternização dos saberes populares em detrimento das oligarquias financeiras

As transformações implementadas pelo modo de produção capitalista em face das crises econômicas refletem diretamente no cotidiano da classe trabalhadora. O desfinanciamento das políticas sociais, a canalização de recursos do fundo público para a ampliação ao acúmulo dos grandes capitais, a perda de direitos e a expropriação dos territórios, a mercantilização da natureza e da saúde, além das tensões provocadas pelo capital portador de juros e os ataques que incidem diretamente sobre os movimentos sociais são algumas das mazelas ocasionadas pela burguesia na sedenta busca pela ampliação das suas riquezas.

O que se pode afirmar até aqui é que o Alto Sertão de Sergipe é uma região onde a burguesia agrária empresarial é beneficiada a partir dos incentivos do Estado. O PSDI e os benefícios canalizados para a população através da SEIAS, do INCRA e da EMDAGRO são elaborados sob a perspectiva da permanência da exploração da classe trabalhadora para manter a servidão ao capital e criar a *pseudo* independência dos trabalhadores.

A partir destes pontos elencados o item que segue irá abordar a relação das mulheres camponesas com as plantas medicinais no Alto Sertão de Sergipe e os entraves para a manutenção dos saberes populares e das práticas pedagógicas no cuidado em saúde no território pesquisado.

²⁴ Principal arranjo produtivo local.

Todas as lideranças comunitárias entrevistadas afirmaram que o cuidado em saúde por meio das plantas medicinais e dos saberes populares sempre fez parte do cotidiano das famílias do Alto Sertão Sergipano, todavia os conhecimentos eram passados pelas mães, em nenhuma das entrevistas apareceu a figura masculina como responsável pelo cuidado em saúde. Logo,

O cuidado em saúde dos grupos populares é um conjunto de ações já estabelecidas na cultura e no cotidiano dos indivíduos e da sua coletividade, ao qual se recorre para a manutenção da saúde, a fim de evitar o adoecimento de si e/ou do outro. Essas práticas são repassadas de geração a geração e têm na mulher sua principal propagadora e praticante, que perpetua essa prática, considerada comum, no seio das comunidades quilombolas (Silva *et al.*, 2022, p. 2).

A reafirmação da mulher, identificada neste estudo, como o principal sujeito responsável pelo cuidado em saúde no campo empírico pesquisado, está respaldada na divisão social e sexual do trabalho.

No que concerne à divisão social está fundamentada partir da divisão de classes sociais e coloca o trabalho desenvolvidos por estas mulheres num patamar, intencionalmente, de pouca importância para a sociedade em geral. Enquanto que na divisão sexual do trabalho está pautada na divisão social de sexo e destina-se as mulheres em virtude da rotulação do cuidado e do zelo.

No entanto no que diz respeito a transmissão dos saberes populares para a população jovem sobre o manejo, produção ou indicação das plantas medicinais, todas as camponesas afirmaram que tem ocorrido um desinteresse por parte da população das faixas etárias mais jovens. Inclusive a afirmação das camponesas se comprova com os dados do gráfico 1, pois todas as lideranças comunitárias entrevistadas têm idade superior a 30 anos.

Assim,

Preciosos conhecimentos perderam-se no decorrer da história das civilizações, extintas por fenômenos naturais, migrações e, principalmente, pela ocorrência das invasões gregas, romanas, muçulmanas e pelas colonizações europeias, que impuseram seus costumes, alterando realidades socioculturais e econômicas. No Brasil, o conhecimento dos índios, dos africanos e de seus descendentes está desaparecendo em decorrência da imposição de hábitos culturais importados de outros países, havendo um risco iminente de se perder essa importante memória cultural (Magalhães, Bandeira e Monteiro, 2020, p. 22).

Todavia,

Sob o prisma da ontologia marxiana, devemos entender que tais transformações não descem do céu à terra, ou seja, não se fazem por obra de um desígnio ou de uma vontade alheia ao homem, sequer pela força desencarnada do desenvolvimento tecnológico, como ditam os adeptos da assim chamada sociedade do conhecimento. Ao contrário, permanecem em última instância, atadas aos reclamos das relações

sociais de dominação, agora, acirradas por uma crise de caráter estrutural do próprio sistema do capital (Gonçalves e Jimenez, 2013, p. 690).

A liderança E3 (maio/2023) a respeito do uso das plantas medicinais pontua: “Eu acho que já foi mais forte, tipo, os mais velhos, né? Que mais usa.” E nesta direção E4 (maio/2023) argumenta: “Os mais velhos. A juventude. Só usam quando a mãe ou pai dão. Tome uma casca de pau para você tomar.”, consubstancia as falas anteriores: “Minha mãe fazia o chá para nós e eu adoeci numa casa de farinha e minha mãe fez o chá que graças a Deus eu estou aqui. E não sei que chá ele me deu. Agora, elas não dizia não.” (E6, maio/2023)

Nesta direção, enriquece o debate as falas abaixo:

A minha vó sempre tomava esse remédio, quando eu estava com sete anos minha vó já plantava essas plantas e sempre a gente tomava esses remédios. Está gripado, faz um lambedor, a gente toma, igual o xarope, toma e melhora. Estar com dor de cabeça, toma um chazinho, toma. Minha vó já fazia, minha mãe já fazia, né? Era assim. (E2, maio/2023)

Tem, a gente cuida, traz as plantas para a mãe, traz para lambedor, traz para dor e se começa a fazer chá, quem sabe fazer um lambedor, não sabe, traz para eu fazer. E levam tudo daqui e não custa nada. [...] foi começado pelos escravos. A minha mãe é quem cuidava de enfermidades, toda a doença, leproso, chagas... essas coisas tudo minha mãe cuidava. E ela me ensinou uma parte. E eu sempre falo (E1, maio/2023)

Percebe-se, inclusive nos dois últimos registros que estas mulheres camponesas desempenham o trabalho do cuidado em saúde, por meio dos saberes populares, dentro das suas comunidades, ao tempo em que se relacionam com a natureza, sem que exista uma perspectiva de mercantilização dos saberes e comercialização das plantas medicinais. Segundo Garcia e Moreira (2020, p.856) “A atividade humana mais primitiva e primordial é o trabalho. Através dele o homem se relaciona com a natureza, transformando-a e transformando a si. Por meio do trabalho o homem interage com outros indivíduos, em busca de atender às suas necessidades, produzindo coisas úteis.”

Não obstante todas as lideranças afirmaram que as condições hídricas e o desmatamento tem sido os principais entraves para produzir as plantas medicinais nos quintais e manter as plantas nativas, respectivamente; com exceção apenas das camponesas residentes no Quilombo Mocambo, primeiro porquê o TRQ é abastecido com água potável e está localizado as margens do Rio São Francisco e segundo porquê de acordo com as entrevistadas a comunidade está organizada coletivamente em defesa das suas reservas.

Todavia no Quilombo Serra da Guia a liderança explicou que a falta de água tem sido uma das principais dificuldades para manter as plantas medicinais cultivadas em quintais, segundo a camponesa: “Por que não tem água encanada. Aqui compro, eu compro por carga de água de quatrocentos reais, duas carradas eu boto. Ainda ontem, ontem, eu coloquei uma e

molhou aquelas plantas da igreja tudinho e essas também. Entendeu? Que eu não deixo morrer.” (E1, maio/2023).

No PA Mandacaru a falta de água na comunidade também foi relatada pela liderança como um fator que dificulta a manutenção das plantas medicinais nos quintais: “A gente deve dificuldade com água. Tipo aqui tem uma rede da DESO se tivesse água ali, não tinha morrido. [...] Por causa da falta de água.” (E3, maio/2023)

Percebe-se, portanto, a ausência do estado no que diz respeito ao abastecimento de água, por outro lado na contextualização os dados provam que o Estado tem canalizados recursos e oferecido incentivos para a instalação e ampliação dos grandes laticínios na região, claramente estando seus recursos disponíveis para barganha da burguesia. Este fenômeno é resultado da subalternização do social em detrimento do capital na era das oligarquias financeiras, pois

Existe uma miríade de formas de gastos sociais e de financiamento, incluindo a questão da manutenção e da valorização dos capitais pela via da dívida pública. A formação do capitalismo seria impensável sem o uso de recursos públicos, que, muitas vezes, funcionam como uma “acumulação primitiva”. Como se mostra na atual da crise do capitalismo (Salvador, 2010, p. 608).

Ainda nesta direção, “O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo.” (Salvador, 2010, p. 608).

Todas as camponesas afirmaram que o Estado não tem canalizado nenhum tipo de esforço no sentido de financiar e/ou apoiar ações de fortalecimento a disseminação das práticas pedagógicas em saúde e de todas as entrevistadas apenas uma relatou que certa vez um médico orientou o uso de plantas medicinais no tratamento de um determinado diagnóstico.

Há, portanto, um projeto de destruição dos saberes populares, primeiro ele se dá por meio da expropriação da classe trabalhadora e da alteração dos seus modos de vida, segundo sob interesse da burguesia é fomentar o descrédito dos saberes populares e das plantas medicinais, pois assim a lógica do valor-de-troca se fortalece por meio da indústria farmacêutica e de biotecnologia. Assim,

Interligado ao desenvolvimento da fase imperialista do capital operou-se outro processo, de caráter científico-técnico, em particular no domínio das ciências naturais, estimulado pela intensa industrialização e pelo crescente interesse no controle da natureza que culminou na ascensão e na hegemonia da ciência reducionista moderna, cognominada de positivismo e que vem sendo gestada desde o início do século XVI (Shiva *apud* Guimarães, 2015, p. 66).

O fundo público ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. (Salvador, 2010, p. 608)

Assim em face das investidas do capital contra o projeto popular as camponesas foram convidadas a relatar se consideram suas práticas pedagógicas como uma forma de enfrentamento ao projeto de mercantilização da saúde e de enfrentamento a indústria farmacêutica. A camponesa E4 (maio/2023) pontuou: “Eu acho, creio muito e eu faço, na minha casa eu uso muito. Primeiramente, eu confio em Deus. E o chá eu uso muito. Eu acredito muito em Sambacaita.”, a camponesa E3 (maio/2023) acrescentou: “É. Porque o farmacêutico ele pega o remédio. Ele não vai dizer como é a produção. Ele não vai dizer não. E, às vezes, é o mesmo que você tem em casa.”. Ocorre que de todas as entrevistadas apenas E3 (maio/2023) pontuou críticas ao método farmacológico, e as demais não se perceberam enquanto sujeitos que resistem as ofensivas do capital e da indústria farmacêutica, ainda que sejam reconhecidas enquanto lideranças comunitárias e referências no âmbito das plantas medicinais e práticas populares em saúde.

Assim não se verificou resistência manifestada nas falas das camponesas no sentido de suas práticas enfrentarem o projeto burguês, mas contraditoriamente ao longo das entrevistas as camponesas trouxeram argumentos consistentes quanto seus potenciais de luta, por esta razão, para fechar o presente tópico é válido fazer o registro da fala de E4 (maio/2023): **“No maior sufoco da vida. E eu lá dentro e continuo, só saio do meio quando eu morrer. De defender o meu quilombo, eu só deixo quando eu morrer.”**

FIGURA 08: Mandacaru as Margens do Rio São Francisco - Quilombo Mocambo.



Fonte: Registro realizado pela autora em maio/2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada aqui, buscou investigar práticas políticos-pedagógicas de mulheres em suas estratégias de valor de uso de plantas medicinais populares no Alto Sertão de Sergipe. A pesquisa bibliográfica, preliminar, trouxe elementos que foram responsáveis por estruturar as hipóteses, questões norteadoras e o objeto da pesquisa, enquanto as pesquisas bibliográfica e teórica, que se deram ao longo deste trabalho, permitiram responder os objetivos a partir dos dados coletados durante as entrevistas, bem como a partir das informações preliminares obtidas para construção da contextualização deste estudo à luz da teoria social crítica

Assim, durante o desenvolvimento da pesquisa tratou-se a respeito da expansão do capitalismo no campo, com ênfase no território do Alto Sertão de Sergipe, a saber destacamos: pactuação e consensos geradores de apassivamentos entre as classes num território marcado por conflitos, intensas desigualdades sociais, forte concentração de terras, crescente espaço de dominação da burguesia agrária e empresarial via esgotamento da reforma agrária popular, exploração da mão de obra camponesa, expropriação dos/as camponeses/as dos seus territórios, saberes e culturas, êxodo rural e empobrecimento dos trabalhadores/as.

Nesse sentido, a lógica da agenda de políticas públicas do estado de Sergipe sob orientação (ultra) neoliberal, coloca-se ainda mais distanciada das práticas de saúde popular, embora se verifique a apropriação de retóricas em defesa das lutas das mulheres no campo e na cidade. Cabe destacar uma sinalização do refluxo do Movimento Popular de Saúde\MPS em meados de 2023, o que nos levar a indícios da retomada do debate, quiçá, pressionar o poder municipal a implantar políticas pública de saúde sob a diretriz de práticas populares.

Consustancia esse estudo os elementos da sociabilidade burguesa, a categoria trabalho, a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, além dos debates acerca do avanço do capitalismo monopolista, na fase imperialista, bem como a expropriação da classe trabalhadora, perpassando pelo capitalismo tardio, movimentos sociais, luta das mulheres camponesas e expropriação do fundo público em detrimento dos interesses da burguesia nacional e capital internacional.

O estudo confirmou que o Estado tem desenvolvido suas ações com total atenção ao projeto da burguesia urbana, agrária empresarial, enquanto o projeto popular de defesa das práticas políticos-pedagógicas das plantas medicinais tem sofrido um conjunto de tentativas

de anulação, pois não há incentivos que possibilitem a sua disseminação levando-as para uma possível extinção paralelo ao crescimento das indústrias farmacêuticas e de biotecnologia.

Não obstante foi confirmado que as ações desenvolvidas pelo estado como os benefícios executados pela antiga SEIAS²⁵, EMDAGRO e INCRA tem se firmado como canalizadores de riquezas e mais-valia para o setor da cadeia produtiva do leite, pois todos as ações casam com o arranjo produtivo de laticínios desenvolvido naquela região. Este aspecto reafirma a histórica velha política cuja *modus operandi* reifica a lógica dos negócios como centralidade da política pública e os arranjos de políticas sociais para fins de controle social, via a docilidade dos *corpus*.

Outro elemento importante identificado durante a pesquisa foi a respeito do valor-de-uso das plantas medicinais, uma vez que as mulheres desempenham papéis importantes dentro das suas comunidades sob uma perspectiva do trabalho, aparentemente, não alienado, livre de lucros e excedentes, mas que pelo fato de estar no circuito do capital não deixa de se perfazer para atender os interesses das classes dominantes em todos os seus aspectos.

A pesquisa também confirma que apesar de todas as lutas e conquistas alcançadas pelas camponesas, conforme foram identificadas durante as entrevistas, estas não se reconhecem enquanto sujeitos que enfrentam e resistem ao projeto burguês, por meio das suas práticas populares em saúde. E, portanto, este resultado merece ser problematizado, pois como haveria enfrentamento, estando estas mulheres no bojo da sociedade capitalista, uma vez que o trabalho desempenhado por elas contribui para a reprodução da lógica capitalista?

Foi evidenciado pela pesquisa, que na fase atual do capitalismo é possível afirmar que os elementos da acumulação primitiva sustentam as condições objetivas de vida das mulheres, pois ocorre no território do Alto Sertão de Sergipe a dominação da burguesia agrária, a disputa pela terra conforme registros bibliográficos, que datam desde a década de 1980, e que mesmo diante do número de assentamentos e territórios remanentes de quilombo ainda registra-se uma enorme concentração de terras, além de ser um território que se constitui um campo favorável para a busca de lucros pelas indústrias do ramo de laticínios, haja vista a mão de obra barata das camponesas e camponeses que são obrigadas/os a trabalhar para atender ao mercado da cadeia produtiva retrocitada sem se quer ter acesso a melhorias nas condições de vida, como foi demonstrado durante as entrevistas.

Todo esse conjunto de resultados merece atenção e requer pensar, a partir daqui estratégias de fortalecimento e reconhecimento dos papéis das mulheres camponesas do Alto

²⁵ Atualmente SEASIC – Secretaria da Assistência Social e Cidadania.

Sertão de Sergipe, pois o não reconhecimento alarga ainda mais os caminhos para o avanço das oligarquias financeiras no Alto Sertão de Sergipe com danos cada vez mais agressivos.

Desta forma, este estudo continua se afirmando como um documento que estará à disposição das camponesas, lideranças comunitárias que desenvolvem práticas populares em saúde, da classe trabalhadora em geral e dos movimentos sociais, a fim de contribuir com a reflexão acerca da construção de uma nova ordem societária livre das amarras do capitalismo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Valente; BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. **Revista Katálysis**. nº 1, v. 15, p. 84-94, jan./jun. 2012. Disponível em: < [RKv15n1a08.pmd \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 07 maio. 2023

ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas camponesas: formação, luta e enfraquecimento. XI CONNEPI, 2016. Disponível em: < [LIGAS CAMPONESAS: FORMAÇÃO, LUTA E ENFRAQUECIMENTO \(ifal.edu.br\)](#)> Acesso em: 04 ago. 2023

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 87. Ano XXVI. São Paulo: 2006

BRASIL. **Análise do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/05**. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, aprovada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/9/1990**, Página 18055. Brasília, 1990.

BRASIL. Decreto de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 01/07/1996**, Página 11854. Brasília, 1996.

BRASIL, Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/2/2008**, Página 1. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/pneps-2012.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2022.

BRASIL. Portaria nº 121 de 22 de maio de 2001. Institucionaliza política pública do MDA, facilitando o acesso para mulheres agricultoras rurais aos recursos de crédito do PRONAF, Banco Terra, crédito fundiário de combate à pobreza rural, com capacitação, assistência técnica e extensão rural; respeitando suas especificidades. **Diário Oficial da União**.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

CALAÇA, M. Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 29–66, 2021. DOI: 10.53000/rr.v13i1.4433. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17016>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 (PEC do teto dos gastos públicos). Norma Gerada: **Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 27 set. 2022.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COSTA, Renata Gomes da. O fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, nº 34, p. 77-99, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6242357>>. Acesso em: 20 jun.2022

CISNE, Miria; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A teoria do partido e o campesinato em Marx e Engels. In: **O campesinato, a teoria da organização, e a questão agrária: apontamentos para uma reflexão**. Marília: Expressão Popular, 2012. p. 19 – 30.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE (EMDAGRO). **Termos de Cooperação Técnica**. Última atualização: 11/04/2022. Disponível em: <<https://emdagro.se.gov.br/convenios-3/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FONTE, Eliane Maria Monteiro da. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir da de 1930. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs). *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.

GARCIA, Ivan Simões; MOREIRA, Eduardo Ribeiro. A categoria trabalho em Lukács segundo a dialética marxista. **Revista Direito e Práxis**, nº 02, v. 11, p. 854-879, 2020. Disponível em: < [SciELO - Brasil - A Categoria Trabalho em Lukács segundo a Dialética](#)

Marxista A Categoria Trabalho em Lukács segundo a Dialética Marxista>. Acesso em: 07 maio, 2023.

GRAMSCI, Antonio. (1975). *Quaderni del cárcere*. Torino, Einaudi editore, 4 tomi.

_____. (1978). *La costruzione del Partito Comunista (1923-1926)* (a cura di Elsa Fubini), Torino, Einaudi editore.

GUIMARÃES, Ingrid Mendes. **O acesso e a proteção do conhecimento tradicional associado, no âmbito da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF): um estudo de suas determinações e contradições no contexto do novo imperialismo**. São Cristóvão: UFS, 2015. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Cristóvão, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, nº 132, v. 37, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <SciELO .> Acesso em: 22 maio. 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

INFRANCA, Antonino. Trabalho, Indivíduo, História: o conceito de trabalho em Lukács. Tradução Christianne Basilio e Silvia De Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) . **Sergipe**. Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Painel de Assentamento. Sergipe (SR23). Atualizado até 2017. Disponível em: < <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 27 set. 2022.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Consulta pública: Sergipe. Última atualização em 01/09/2022. Disponível em: < <https://snr.serpro.gov.br/snr-web/consultaPublica.jsf?windowId=60a>> . Acesso em: 17 abr. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Atlas do índice de vulnerabilidade social**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: < <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BwdWrr-FsToJ:ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: 27 set. 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990**. 2001. 194p. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). São Paulo: Unicamp, 2001. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Unijuí, 2007

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008

LIMA, Clara Regina Medeiros de. PEREIRA, Glaciene Vareiro. *Agricultura campesina y agronegócio: mujeres en resistencia*. In: **Feminismo Campesino Popular: reflexiones a partir de experiencias en el movimiento de mujeres campesinas de Brasil (MMC)**. Disponível em: < [FEMINISMO CAMPESINO POPULAR \(MMC-BRASIL\) \(3\).pdf](#) - Google Drive> Acesso em: 20 jun. 2023

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *As mulheres no sindicalismo rural*. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs). *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

LORENZONI, Carmem. SEIBERT, Iridiani Graciele. ZOLLE, Zenaide. *Movimiento de mujeres campesinas de Brasil: senderos de muchas historias*. In: **Feminismo Campesino Popular: reflexiones a partir de experiencias en el movimiento de mujeres campesinas de Brasil (MMC)**. Disponível em: < [FEMINISMO CAMPESINO POPULAR \(MMC-BRASIL\) \(3\).pdf](#) - Google Drive> Acesso em: 20 jun. 2023

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131 – 172.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SILVA, Nelmiere Ferreira da (org.). *Racismo estrutural, institucional e Serviço Social* São Cristóvão: Editora UFS, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/racismoestrutural202006251609458647220.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

MARX, Karl. *A chamada acumulação primitiva*. In: *O Capital*. São Paulo: Difel, 1988. p. 828-882

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. Tradução: Milton Camargo Mota. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução, prefácio e notas: Edmilson Costa. Apresentação: Anníbal Fernandes. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD Coordenação-Geral de Implantação - DDI - Sistema SIPRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. Período da criação do projeto: 01/01/1900 até 16/11/2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil**. 2010. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez. 2011

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL. **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: < [História - MMC - Movimento de Mulheres Camponesas \(mmcbrasil.org\)](http://www.mmcbrasil.org)>. Acesso em: 17 out. 2023.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 110 Abril/Junho. São Paulo: 2012

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Hersilia M. Cadengue de; ALMEIDA, Mariomar. Relações de gênero e poder no assentamento rural Arariba da Pedra Cabo de Santo Agostinho Pernambuco. In: SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010

OLIVEIRA, Larissa Carvalho de. PAULA, Helga Maria Martins de. **Mulheres camponesas e teoria marxista da dependência: aproximações da análise sobre o patriarcado no campo no contexto dependente latino-americano**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: < [1498794756_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENEROFINAL.pdf \(dype.com.br\)](https://www.dype.com.br/1498794756_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENEROFINAL.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PASSOS, Elizete. Gênero e sua aplicabilidade. In: Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião, Vitória da Conquista, p. 3-13, 16-18 fev. 2000. Disponível em: <NEIM UFBA.> Acesso em: 20 set. 2017

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAMPAIO JR., P. de A. Brasil: as esperanças não vingaram. OSAL, Observatorio Social de América Latina, ano VI, n. 18. CLACSO, Buenos Aires, Argentina, janeiro de 2006.

SANTOS, Josefa de Lisboa. Estrutura fundiária de Sergipe: o fracionamento da unidade de produção familiar camponesa. In: SANTOS, Josefa de Lisboa. FILHO, Eraldo da Silva Ramos. SANTOS, Laiany Rose Souza. (Orgs). Ajustes espacial do capital no campo: questões conceituais e r-existências. Aracaju: Artner, 2019.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 104, p. 605-631, out./dez. 2010. Disponível em: <SciELO - Serviço Social & Sociedade, Número: 104, Publicado: 2010> Acesso em: 07 jun. 2022

_____. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº130, p. 426-446, set./dez. 2017 Disponível em: SciELO - Fascículos:Serviço Social & Sociedade≥ Acesso em: 07 jun. 2022.

SANTOS, R. S.; NETO, A. L. R.; CAMPOS, I. M.; LIRA, D. R.; Santos, C. A. Mapeamento geomorfológico do alto sertão sergipano, através de aplicações geotecnológicas. In: SINAGEO, XI. **Anais [...]**. Maringá, 15 a 21 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.sinageo.org.br/2016/trabalhos/6/6-241-1454.html>>. Acesso em: 26 set. 2022.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. In: Gênero e Geração em Contextos rurais; SCOTT, Parry. CORDEIRO, Rosineide. MENEZES, Marilda. (Orgs). Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010

SERGIPE. Decreto n. 40.205 de 17 de dezembro de 2018. Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 21.400, de 10 de dezembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**, 18 de dezembro de 2018. Aracaju, 2018.

SHIVA. Vandana. **Monocultura da Mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Ivanilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: UFPB, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE. João Pessoa, 2016.

SILVA, Rosemiro Magno da; LOPES, Eliano Sérgio. **Conflitos de terras e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: EDUFS; Secretaria de Estado da Irrigação e da Ação Fundiária, 1966.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta do [sic] posseiros de Santana do Frade**. São Cristóvão: EDUFS; Fundação Oviedo Teixeira, 2002.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. 2014. 250p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e

Feminismo). Salvador: UFBA, 2014. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher, 2014.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TROSTSKI, L. História da Revolução Russa, vI, Rio de Janeiro: Saga, 1977.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

APÊNDICES

APÊNDICE – A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora Responsável: Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa

Endereço: Residencial Vila Real, Rua Samantha Valeriano Novaes, nº 264. Bairro: Distrito Industrial, CEP: 49300-000 Tobias Barreto/SE

Telefone para contato: 79-98885-4204 ou 79-99808-2600

E-mail: flavia_servicosocial@academico.ufs.br

Orientadora: Dra. Nelmires Ferreira da Silva

Prezada participante,

Você está sendo convidada como voluntária para participar da pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), intitulada “Mulheres do Alto Sertão Sergipano e o Valor-de-uso das Plantas Mediciniais: resistência ao modelo metabólico do capital”, esta pesquisa tem como objetivo geral: Investigar práticas políticas-pedagógicas de mulheres em suas estratégias de valor de uso de plantas medicinais populares no Alto Sertão de Sergipe. Os objetivos específicos são: caracterizar o perfil socioeconômico das camponesas que atuam como lideranças no campo das práticas populares em saúde no Alto Sertão de Sergipe; analisar, a partir do avanço do capital monopolista, na era da hegemonia das oligarquias financeiras, como as práticas populares em saúde têm sofrido regressão ou risco de extinção no território do Alto Sertão Sergipano; investigar se o trabalho das mulheres, sob a perspectiva do valor-de-uso das plantas medicinais, tem se firmado para elas como um ato de resistência ao valor-de-troca; Examinar de que forma os arranjos de políticas públicas executadas pelo governo do estado neste território têm alterado as condições objetivas de vida das mulheres e como os índices de desigualdades atuam como um entrave para os processos de organização e mobilização comunitária e política das camponesas que produzem plantas medicinais na atual década do novo milênio.

Sua participação é voluntária, portanto, não é obrigatória e, se aceitar, sua participação ocorrerá por meio da aplicação de entrevista estruturada com perguntas abertas, fechadas e de múltipla-escolha que será gravada, além da técnica de observação participante onde a pesquisadora irá registrar as informações no diário de campo (caderno), e concedida à pesquisadora para fins acadêmicos. Assim, você estará contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa voltada para a apreensão acerca das políticas econômicas e a subalternização do social, a tensão entre o projeto do capital *versus* projeto popular, sob a perspectiva de resistência da mulher para trabalho entre a lógica do valor de uso no espaço concentrado e centrado pela lógica expropriação e valor de troca.

Ressaltamos que, conforme a Resolução nº 566/12 do Conselho Nacional de Saúde, em todo projeto de pesquisa que envolve ser humano há riscos aos participantes. Os riscos e desconfortos desta pesquisa são os seguintes: possibilidade de a participante sentir que sua privacidade está sendo invadida, responder questões sensíveis que mexam com seu emocional e que, inclusive, revele pensamentos ou sentimentos até então nunca revelados, além da possibilidade de tomar o tempo da entrevistada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS

Com o intuito de minimizar os possíveis riscos serão adotadas as seguintes cautelas: as entrevistas serão aplicadas em locais reservados que garantam conforto e segurança à participante; a entrevistada não será obrigada a responder as questões que lhe causem impacto ou que julgue como constrangedoras, e a pesquisadora estará atenta aos sinais verbais e não verbais que expressem algum tipo de desconforto. **Todavia, de acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, caso o participante da pesquisa venha a sofrer qualquer dano resultante da sua participação na pesquisa, estando o dano “previsto ou não no Registro Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, o participante tem direito a buscar por meio das vias judiciais indenização que deverá ser arcada pelo pesquisador, patrocinador e instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.**

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida pela pesquisadora a respeito da pesquisa em qualquer aspecto que se faça necessário. **E a pesquisadora em consonância com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, firma o compromisso em divulgar os resultados da pesquisa de forma clara e acessível por meio de rodas de conversa e registro escrito e se porventura essas técnicas de divulgação não forem suficientes a pesquisadora firma o compromisso em adotar novas técnicas até que a população pesquisada seja devidamente contemplada quanto a divulgação dos resultados a fim de subsidiar os debates sobre o tema pesquisado.** A pesquisa estará a sua disposição quando for finalizada, e a análise dos dados coletados através das entrevistas irá obedecer aos critérios éticos, e não serão divulgados os nomes das participantes, assim, na análise, **a fim de garantir a anonimização dos dados** serão utilizados nomes fictícios e sua identidade não será revelada em hipótese alguma garantindo sigilo total. As informações prestadas nas entrevistas serão utilizadas unicamente para fins acadêmicos com o objetivo de subsidiar a produção do conhecimento.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado em duas vias, encontra-se assinado pela pesquisadora e será apresentado junto com a entrevista, quando você terá acesso a uma via deste **com todas as páginas rubricadas** a fim de reafirmar a legitimidade ética da pesquisadora diante das informações concedidas. É válido ressaltar que a execução desta pesquisa está em acordo com o disposto na Resolução nº 566/12 do CNS.

No que diz respeito aos cuidados relacionados à biossegurança no âmbito da COVID-19, a pesquisadora compromete-se a apresentar seu cartão de vacinação e seu certificado de vacinação emitido pelo Ministério da Saúde, ambos referentes ao esquema vacinal completo (quatro doses), além de a mesma comprometer-se a utilizar máscara do tipo PFF-2/N-95 e também deixar à disposição das participantes desta pesquisa: álcool em gel e máscaras do tipo PFF-2/N-95 e cirúrgica (descartável) para que ela possa escolher qual tipo prefere.

Se, além das informações aqui prestadas, você sentir a necessidade de buscar outras informações a respeito da pesquisa, poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Universidade Federal de Sergipe/UFS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Prédio da Administração Departamental I (Centro de Ciências Sociais e Aplicadas I / CCSA I) – 1º Andar. Av. Marechal Rondon, S/N, Bairro: Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – SE, CEP: 49100-000 ou no endereço residencial: Vila Real, Rua Samantha Valeriano Novaes, nº 264. Bairro: Distrito Industrial, CEP: 49300-000 Tobias Barreto/SE, telefone para contato: 79-98885-4204 ou 79-99808-2600.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS**

Caso haja dúvidas acerca dos seus direitos como participante desta pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Sergipe, por meio do contato telefônico (79)3194-7208 e no E-mail: cephu@ufs.br , **pois o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos tem como função a proteção ao participante da pesquisa.**

Pesquisador

Participante de pesquisa/responsável legal

Local e data

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco I – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

- 01** - Idade: **02**- Estado civil: _____ **03**- Naturalidade: _____
- 04**- Tem filhos? () Não () Sim Quantos? _____ **05**- Quantas pessoas vivem no domicílio?
- 06**- Renda mensal aproximada do grupo familiar: _____
- 07**- Exerce alguma atividade remunerada fora da área rural? () Sim () Não
- 08**- Recebe algum benefício? () Não () Sim Qual? _____
- 09**- Orientação sexual: () Heterossexual () Bissexual () Assexual () Prefere não responder
- 10**- Identidade de gênero: () Mulher () Mulher trans () Homem trans () Travesti () Não binário () Prefere não responder
- 11**- Identidade étnico racial:
 () Quilombola () Indígena () Cigano () Ribeirinho () Nenhum () Branca () Parda () Preta () Não sabe
- 12**- Religião: () Católica () Evangélico ou Protestante () Espírita () Umbanda ou Candomblé () Outra () Nenhuma
- 13** - Situação no imóvel rural: () Assentada () Proprietária () Posseira () Meeira () Cedido () Agregada: _____ () Outro: _____
- 14**- Grau de escolaridade:
 () Não alfabetizada () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino superior completo () Outro
 Identificar: _____

Bloco II – TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

- 01** - Participa de algum movimento social? () Sim () Não
 Em caso positivo qual/quais? _____
- 02**- Com qual frequência participa de reuniões, encontros ou atos de mobilização e, se não participa, o que tem dificultado a participação?
- 03**- Nesses espaços tem sido possível suscitar o debate acerca da importância das ervas medicinais para o cuidado em saúde?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS

ROTEIRO DE ENTREVISTA (CONTINUAÇÃO)

04- Em caso negativo, o que tem dificultado o debate desta pauta?

05- Enquanto liderança comunitária você participa de discussões junto as prefeituras, governo do estado ou em conselhos acerca do fortalecimento das práticas populares em saúde no âmbito das ervas medicinais? () Sim () Não

Em caso positivo com qual frequência?

Favor

relatar:

06 - Você tem conseguido apoio/financiamento para transmitir aos mais jovens da comunidade os saberes relacionados ao uso das plantas medicinais? () Sim () Não

Favor

relatar:

07- No seu entendimento: as ações, projetos e benefícios implementados pelo governo do estado no seu território tem melhorado as condições de vida das mulheres?

() Sim () Não

Favor

relatar:

Bloco III – CAPITALISMO MONOPOLISTA/OLIGARQUIAS FINANCEIRAS E ERVAS MEDICINAIS

01 - Neste território (Alto Sertão de Sergipe) o cultivo de ervas medicinais e o uso destas sempre fez parte do cotidiano das camponesas no cuidado em saúde? () Sim () Não

02 - Sobre a questão acima, em caso positivo, o cultivo e o uso das plantas medicinais continuam ocorrendo na mesma intensidade/proporção nos tempos atuais? () Sim () Não

Por

favor,

relate:

03 - Você considera que existem dificuldades para a produção das ervas medicinais no território do Alto Sertão? () Sim () Não

Por

favor

relate:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PROSS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA (CONTINUAÇÃO)

04 - Quando vocês procuram atendimento na atenção básica/posto de saúde o profissional da medicina costuma orientar/recomendar ou prescrever o uso de plantas medicinais?

() Sim () Não

Por

favor

relate:

05 - No seu entendimento, o trabalho desenvolvido por mulheres em relação ao uso das ervas medicinais tem sido uma forma de enfrentar o projeto de mercantilização da saúde, que se dá principalmente por meio da indústria farmacêutica? () Sim () Não

Por favor relate:

06 - Na sua avaliação, o poder público tem demonstrado interesse em financiar projetos e/ou fortalecer o debate e o cultivo das ervas medicinais? () Sim () Não

07 - Quais são as principais ervas cultivadas e quais são as principais ervas nativas do Alto Sertão?

08 - Sobre as ervas cultivadas e as ervas nativas quais tem sido as maiores dificuldades para garantir suas respectivas produções e manutenções?

APÊNDICE – C

Nº	PLANTA/ERVA (NATIVAS)	INDICAÇÕES/AÇÕES
01	Alfazema	Cólicas
02	Ameixa	Anti-inflamatório / adstringente / cicatrizante
03	Aroeira	Contra febre / gripes / diarreias / doenças do trato urinário / inflamações
04	Aroeira	Anti-inflamatório
05	Babosa	Queimaduras / cicatrizante / dores reumáticas / Queda de cabelo
06	Caatingueirinha rasteira / miúda	Gripes / Mal estar intestinal
07	Cana de macaco	Anti-inflamatório / diurético / antimicrobiana
08	Canudinho	Inflamações
09	Craibeira	Problemas estomacais / diabetes / vermes
10	Crista de galo	Tosse e bronquite
11	Erva ferro	Ferimentos / Amebíase / problemas hepático, renal, cardíaco e pulmonar /
12	Jatobá	Dores / cansaço
13	Jurema branca	Inflamações ginecológicas
14	Jurema preta	Antiparasitária / cicatrizante / anti-inflamatório
15	Malva branca	Dor na garganta / febre / cólicas / ansiedade
16	Marmeleiro branco	Bronquite
17	Moringa	Antidiabético / redução do colesterol ruim /
18	Mororó	Gastrite / diabetes / tratamento digestivo / asma e tosse
19	Mulungu	Calmante / age contra ansiedade
20	Pau coronha	Dor nas pernas / esporão
21	Pitanga	Febre / cefaleia / reumatismo
22	Quebra pedra	Calculo renal
23	Quixabeira	Anti-inflamatório
24	Sambacaitá	Anti-inflamatório / analgésico / contribui na eliminação de gorduras nas artérias
25	Tipi/Cabambá	Anti-inflamatório

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da aplicação do roteiro de entrevistas.

Nº	PLANTA/ERVA (CULTIVADAS EM QUINTAIS)	INDICAÇÕES/AÇÕES
01	Anador	Tosse / inflamação / bronquite
02	Arruda	Problemas circulatórios. Doença parasitária: sarna humana e piolho
03	Boldo	Mal estar estomacal
04	Capim santo	Analgésico / Calmante / Dores no estômago e abdominais
05	Cidreira	Problemas gástricos / Calmante
06	Cintrolena	Repelente
07	Dipirona	Antitérmico / Analgésico
08	Erva cedreira	Mal estar estomacal e intestinal. Calmante
03	Romã	Problemas na garganta

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da aplicação do roteiro de entrevistas